



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bom dia, senhores. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública de 2014, 8ª audiência temática do PL 467/14, Orçamento para 2015.

Temas desta audiência: Secretaria de Governo Municipal; Secretaria de Relações Governamentais; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Ipem – Instituto de Previdência Municipal; Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Secretaria dos Negócios Jurídicos; Controladoria Geral do Município; Secretaria das Relações Internacionais; Secretaria Executiva de Comunicação; SP Securitização – Companhia Paulista de Securitização; SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos; SP Negócios; e Prodam – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo.

Informo que a reunião está sendo transmitida pelo portal da TV Câmara São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br link auditórios *online*.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público geral no portal Câmara Municipal de São Paulo, mesmo endereço anterior, só que no *link* audiências públicas, Registro Escrito.

Passo a presidência da audiência pública ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço a presença de todos.

Registre-se a presença do Secretário Paulo Frateschi e do Secretário Adjunto Rodrigo Alves Teixeira.

Vamos iniciar a audiência pública com a apresentação da Secretaria de Governo. O horário de hoje é até 17h30min, para assim esgotarmos a pauta.

Passo então a palavra, por dez minutos, ao Secretário Francisco Macena, para apresentação do orçamento da sua pasta. (Pausa)

Pela ordem, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, por favor, chamemos o Secretário Paulo Frateschi para sentar à mesa,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Convido o Secretário Paulo Frateschi para se sentar conosco à mesa.

Tem a palavra o Secretário, sempre Vereador, Francisco Macena.

O SR. FRANCISCO MACENA – Muito obrigado, Presidente Paulo Fiorilo. Cumprimento o Vereador Ricardo Nunes, o Secretário Paulo Frateschi e todos os presentes.

Agradeço o convite para, mais uma vez, estar nesta Casa. Sempre fico muito feliz por retornar a este plenário.

Presidente Fiorilo, Vereador Ricardo Nunes, demais presentes, rapidamente vou apresentar o orçamento da Secretaria. Inicialmente, gostaria de fazer algumas observações sobre o nosso orçamento. A Secretaria de Governo, como todos sabem, é uma secretaria-meio. Dentro do seu orçamento temos basicamente: administração do gabinete do Prefeito, a administração da Prefeitura; todos os eventos da cidade de São Paulo; e alguns repasses que eram e são feitos para algumas secretarias. Alguns desses repasses estamos retirando da Secretaria de Governo, e vou aqui expor, pois fica melhor do ponto de vista do acompanhamento da execução orçamentária por parte do Executivo, como também do ponto de vista da fiscalização do Legislativo quanto à aplicação das verbas.

Em 2014, o Gabinete do Secretário, tinha um orçamento de 413.027 milhões de reais. A primeira observação que vão notar no quadro que apresento é que o valor passou para 255.165.433 milhões. A primeira vista, é um corte substancial quando, na verdade, são verbas que estavam na Secretaria de Governo, mas foram repassadas a outras secretarias. Por exemplo, 115 milhões eram para a Fábrica do Samba, para obras que agora são repassados diretamente da Secretaria de Infraestrutura. Temos 26 milhões para a parte administrativa, mas também por uma decisão, lá atrás, havia centralizado algumas obras de reforma de prédios administrativos da Prefeitura num valor em torno de 50 milhões de reais. Repassamos,

descentralizamos os recursos e demos autonomia e cada secretaria, e ela mesma executará a reforma.

Para a Secretaria Executiva de Comunicação, eram 166.153.390 e passou para 155.292. Aqui houve dois movimentos. A verba de 155 e todas as verbas da Secretaria de Comunicação - que faziam parte do orçamento da Secretaria de Governo, na peça orçamentária encaminhada à Casa - nós desassociamos, desmembramos o valor. E a verba de publicidade, com os custos do pessoal da publicidade, foi para a Secretaria de Governo. Por isso, dá essa diferença de 166 para 155.

Aqui nós temos um pequeno detalhamento de todo orçamento. Para a promoção de campanhas e eventos - eu vou detalhar lá na frente o que são essas campanhas e eventos na cidade de São Paulo - em 2014, havia 136.230 e nós passamos para 127.916. A diferença de valor foi repassada à Secretaria de Relações Institucionais, e o Secretário Paulo Frateschi está aqui. E foi para melhorar o atendimento de todas as demandas de entidades que recorrem à Secretaria de Relações Institucionais. E a verba ficava dividida entre as duas secretarias, como eu já disse, dificultando o acompanhamento, a execução orçamentária e a fiscalização por parte do Legislativo Municipal.

Para as publicações de interesse do Município, aqui praticamente está a verba de publicidade sobre a qual falei. Foram aprovados 90 milhões, em 2014; já está em 114 milhões, com as suplementações ocorridas; e há uma previsão de 120 milhões para o ano de 2015. Essa verba não foi repassada à Secretaria de Comunicação e a execução orçamentária foi para a Secretaria de Governo.

A modernização do complexo Anhembi, por uma questão de convênio, para ela há uma verba de 60 milhões advinda do Governo Federal, para que possamos enfim modernizá-lo. Faremos as obras no complexo, a São Paulo Turismo realizará as obras principalmente quanto à segurança, extintores de incêndio, e resolverá também a questão do ar-condicionado e principalmente algumas questões quanto à acessibilidade. Tudo será feito com essa verba de

60 milhões.

Para construção, como eu disse, para a reforma administrativa, foi destinados 50 milhões, pois envolve várias sedes. E nós diminuimos naquilo que diz respeito aos prédios de responsabilidade da Secretaria de Governo.

Aqui há um resumo da verba para os eventos. Fizemos questão de desmembrar para dar maior transparência naquilo que a cidade gasta com seus eventos. Fórmula 1 – há recurso de 45 milhões gastos pela Prefeitura com o evento, que estão na Secretaria de Governo, e todos os recursos são repassados à São Paulo Turismo; Carnaval Paulistano – são 40 milhões; Natal Iluminado – o custo são 9,750 milhões; São Paulo *Fashion Week*, a Prefeitura tem contrapartida no evento de 8,5 milhões. Há também um evento do Rotary Internacional, algo que havia sido negociado com a cidade de São Paulo há pelo menos quatro anos, o Encontro Internacional dos Rotarianos, em que estarão presentes representantes de vários países, e a Prefeitura dará uma ajuda no valor de 7,6 milhões. Ainda em Interlagos, há o evento Le Mans, que é aquela corrida que acontece todo ano, da FIA, são 7,5 milhões.

Há uma série de eventos, como aniversário de bairro, datas comemorativas que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Governo, são 4,456 milhões; o evento do Dia 7 de Setembro, gastamos 2 milhões de reais; Maratona Mundial do Conhecimento, 1,5 milhão; Aniversário da Cidade, 860 mil; e Reveillon 760 mil reais.

Temos aqui um gráfico - e não está parando a imagem - que é só para dizer que 85% do orçamento advém do recurso 00, do Tesouro Municipal. Como já citei, 15% diz respeito basicamente a complementação da Fábrica do Samba e a modernização da São Paulo Turismo, e são recursos do Governo Federal, pois conseguimos realizar convênios.

Foi uma apresentação sucinta, e estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sucinta, mas completa.

Registro a presença do Vereador Dalton Silvano, que nesta audiência substitui o Vereador Abou Anni do PV; e do Vereador Aurélio Nomura.

Passemos às inscrições. O primeiro inscrito é o Vereador Ricardo Nunes; depois os Vereadores Aurélio Nomura, Dalton Silvano e Paulo Fiorilo.

Peço que a assessoria da Comissão abra as inscrições aos que queiram tratar do tema Secretaria de Governo.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, presidente da audiência. Cumprimento o sempre Vereador Chico Macena, hoje nosso Secretário de Governo.

Começo falando da alegria da ação fundamental do PMDB, no dia de ontem, no Senado, aonde é maioria, pois deu aval para a diminuição da dívida da cidade de São Paulo, que agora depende da sanção da Presidente Dilma. Eu já tive a boa notícia de que o Chico Macena, junto com o Prefeito Fernando Haddad, parece que há informação de que ela irá sancionar. Isso vai ajudar por demais a cidade. Não poderíamos ter tido melhor notícia, diante da atual peça orçamentária, não poderia ter sido melhor a notícia.

Como o Chico Macena participou, junto com o Haddad, dessa negociação, sabe-se que houve uma ação pessoal do Prefeito na renegociação da dívida, um benefício não só para a cidade, mas para o país. Porém, a cidade de São Paulo é quem mais se beneficiará. Se depois o Chico Macena puder nos dar um resumo do assunto, acho que tem tudo a ver com a peça orçamentária. Não tem a ver com a sua Secretaria, mas tem a ver com a cidade, sim. Depois, Chico, se você puder falar, eu agradeceria.

Começo então com essa alegria, eu tenho orgulho do meu partido, do PMDB, que é maioria no Senado, que conseguiu esse feito, evidentemente, junto com o trabalho do Prefeito Fernando Haddad e demais senadores, mas fico feliz porque avançamos nessa questão.

Secretário, parabênzo o senhor, o senhor é uma pessoa que todos gostam. A Secretaria Leda deve gostar bastante do senhor, não há nenhum 07 no seu orçamento. (Risos)

Há Secretários que chegam aqui felizes, e quando vamos ver, aumentou no 07. (Risos)

O orçamento do senhor diminuiu, mas como foi dito, mais de 80% é da fonte 00 e da fonte 02. Acho que o senhor tem de dar no Natal um bom panetone para a Secretaria Leda. (Risos)

Trago coisas pontuais com relação à relatoria da peça orçamentária. Começo pelo começo, sem ser redundante, com o Código 2171, que se refere à manutenção do sistema de informação e comunicação, que no caso específico do senhor é o contrato com a Prodam, no valor de 250 mil reais que passa para 1,062 milhão, um aumento de 325%. Frisando que se trata de manutenção do sistema. Não há, pelo menos na peça, por exemplo, a aquisição de *software* ou de um novo programa. É a manutenção do que já existe. Como a fonte de recursos é a 00 e como esta Comissão tem conversado, vamos tentar ajudar o Governo e fazer algumas realocações para investimos na cidade. E como é custeio, se o senhor puder falar disso, quem sabe conseguimos manter em 250 mil reais, isso seria importante.

Outra questão é quanto a 2104 – Manutenção da TV da cidade de São Paulo, e são 2 milhões. Não havia esse valor, então ele foi acrescido. Se puder dar uma rápida explanação só para entendimento da Comissão e do público presente, eu acho que ajudaria.

Na 2118 – Promoção de Campanhas e Eventos de Interesse do Município de São Paulo, o senhor detalhou muito bem o que vai ser feito e como será feito. A sua apresentação foi clara, objetiva, transparente e isso nos ajudou. Nós temos as informações, mas o público que nos assiste pela TV Câmara, quem está nos gabinetes, à população paulistana, os presentes, o tipo de explanação feita ajudou muito na compreensão.

Voltando ao item 2118, quero entender por que houve baixa execução com o comparativo do orçado para 2014? Até setembro de 2014, foram liquidados 59 milhões de um total de 116 milhões, e agora o valor está subindo para 127 milhões. Seria uma explanação também rápida.

Quanto à fonte 2102 – Manutenção da Infraestrutura Turística, aumentou, são

6,650 milhões. O senhor detalhou bem a questão dos 127 milhões. Quanto aos 6,650 milhões, o senhor poderia nos dar uma explanação do que seria? Essa é uma dotação nova.

Quanto à Fábrica do Samba, que estava em sua pasta e que foi agora para o Trabalho, são 40 milhões, mas a administração ficou na sua pasta. Há relação a administração da Fábrica do Samba ficar na Secretaria de Governo? O valor é 1,5 milhão.

Administração do Complexo do Anhembi, são 60 milhões da fonte 02. Está tranquilo, aumentou bastante, mas é fonte 02. É só torcer para chegar. Percebemos que, de uma forma geral, os recursos federais para o Município foram muito baixos. Em números redondos, de 5 milhões para 2014 não chegaram a 300 milhões. (Pausa) Ah, são 211 milhões, eu arredondei. Quer dizer, de uma forma geral, para a cidade de São Paulo, os repasses do Governo Federal foram muito abaixo do que estava previsto. Também consta aqui no item 10-26, TV da cidade de São Paulo, 200 mil reais, como já há lá manutenção da TV da cidade de São Paulo, dois milhões de reais.

Nos demais, foi fantástico. Acho que foi uma das melhores apresentações que houve aqui, com objetividade, sintetizado o processo.

Muito obrigado.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, dou uma sugestão de encaminhamento. Como o Vereador Ricardo Nunes foi generoso com as perguntas, sugiro que façamos todas as perguntas ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Eu prefiro. Se o nobre Vereador concordar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tudo bem, Sr. Secretário Francisco Feliciano?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Preliminarmente, saúdo o Sr. Chico Macena, Secretário de Governo, nosso companheiro da Câmara Municipal. Saúdo também o Sr. Paulo Frateschi, nosso Secretário Municipal de Relações Governamentais. Cumprimento todos os senhores presentes.

Ouvi atentamente o nosso Secretário. S.Exa. estava falando que realmente, no ano que vem, haverá um dos maiores eventos na cidade de São Paulo, o Congresso Mundial do Rotary Club. Existe a previsão de cerca de 40 mil rotarianos do mundo inteiro virem à cidade de São Paulo. Essa é uma pauta de fundamental importância, mas nos assusta, porque o Governo anterior, o Sr. Gilberto Kassab convidou a comitiva do Rotary Club Internacional às vésperas de um feriado, próximo de 7 de setembro.

Foram verificar e viram que a mobilidade urbana era excepcional, mas todo mundo de São Paulo não estava aqui. Estava todo mundo viajando. O que me preocupa é que vão ficar, numa semana aqui, 40 mil pessoas deslocando-se todos os dias, indo para o Anhembi e depois para os restaurantes e teatros.

Presume-se que vai haver o maior evento, Sr. Secretário, maior inclusive em arrecadação para a cidade de São Paulo do que a Fórmula 1; mas me assusta exatamente a falta de infraestrutura que está se dando. A pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: Existe um entendimento da participação da Guarda Civil Metropolitana, do DSV e do CET? Outra dúvida surge. Conversando com o pessoal, parece-me que estiveram com o Sr. Prefeito por esses dias. S.Exa. estava comunicando, ou entenderam errado, que esse projeto necessitava de uma autorização da Câmara. Quando que vai então vir esse projeto de lei? Eu não entendi o porquê da necessidade de ele vir e ser aprovado na Câmara. Essa é outra pergunta. Também gostaria que V.Exa. nos explicasse uma coisa, ao observarmos, na rubrica construção, aquisição e reformas de sedes administrativas. A proposta orçamentária é de 15,5 milhões de reais para a construção e aquisição e reforma de sedes administrativas, e 128 milhões de reais para a campanha de interesse do município. Eu não sei se há possibilidade de

fazer um esclarecimento um pouco melhor. A segunda questão é se essa construção, essa aquisição, essa reforma não seria mais afeta a SIURB ou a SP Obras?

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador. Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, demais Vereadores. Quero cumprimentar o Secretário, nosso amigo Chico Macena; e o Secretário Paulo Frateschi.

Vereador Ricardo Nunes, não poderia esperar outra apresentação do Secretário Chico Macena tendo em vista que foi Vereador aqui conosco, conhece muito bem o que querem saber os Vereadores.

O seu orçamento é enxuto, e os questionamentos foram feitos. Quero dizer que não vemos a fonte 07, fonte que causa maior impacto. De qualquer forma, tenho uma preocupação.

Digo ao Governo, como um todo, que ontem na audiência pública da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, e não chequei todas as subprefeituras, mas me parece – pelas cinco ou seis que chequei e não tinha os dados na hora, estávamos na Comissão de Justiça -, que na rubrica Revitalização, Urbanização de Bairro, verba destinada às reformas e novas obras no miolo de cada bairro, a zeladoria, e V.Sa. é expertise, pois além de ter sido Vereador é Secretário, que é quando há reforma de uma escadaria, uma obra menor que facilitará a vida da população, todas essas rubricas estão no 07. Não sei se o Secretário pode informar, pois ontem não concluímos, ficamos de ter a resposta por escrito, mas todas aquelas rubricas das subprefeituras, elas estão no 07. E são aquelas em que o subprefeito tem maior possibilidade de atuar diretamente junto à população, junto à comunidade. Relator, temos de ter bastante atenção com esse assunto.

Não faço perguntas, mas queria deixar registrada essa preocupação, e se o Secretário souber, poderia então nos informar.

Outra preocupação - e agora me dirijo ao Secretário Paulo Frateschi - é que todos

sabem que esta Casa funciona em conformidade com os resultados obtidos do ponto de vista das ações praticadas junto à cidade de São Paulo. Sempre parabeno os Vereadores, pois essa atuação é direta na cidade de São Paulo, nas comunidades. E para isso dependemos das emendas. Particularmente, tive um problema na transição de um governo para outro, houve solução de continuidade. E vamos ter o mesmo problema agora.

Senhores, não se trata de perguntas, faço um registro que serve para Sempla, para Secretaria de Finanças, e não podem ignorar que, ao final desse ano, foram liberadas emendas dos Srs. Vereadores, e há várias obras comprometidas com a população. E todo mundo sabe que as subprefeituras não têm estrutura para proceder às licitações, a tomadas de preço, etc. Ocorrerá que a verba liberada não será executada em sua totalidade.

Vou citar então o exemplo do Parque Edu Chaves. Numa secretaria, a obra está sendo feita, não há verba; e a outra Secretaria, a que está executando, também não tem verba. A possibilidade de incluir a verba no Orçamento, nós percebemos que é difícil. Depois não fica verba em secretaria alguma e as verbas que estão aqui, hoje, mas o Orçamento já está pronto,

Na Secretaria de Esporte há inúmeros processos em andamento, portanto, aquele famoso Restos a Pagar, era um ponto que – no meu entendimento – depende de articulação do Secretário Paulo Frateschi, do Secretário de Finanças e de Sempla para que, ao final, antes de fechar o Orçamento, saibamos o que não foi executado e que vai ficar para o ano que vem. Caso contrário, todos os projetos, todas as emendas não serão executadas, e com reflexo direto nesta Casa.

Foi apenas uma consideração. Acho que temos de cuidar com muito carinho desse assunto. Se alguém tem dúvida, eu tenho cinco ou seis casos. Outros Vereadores, eu sei também têm. É muito simples, mas de extrema importância para que possamos dialogar.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Secretário Chico Macena, tenho uma questão que talvez o senhor possa nos ajudar a esclarecer. Diz respeito à TV cidade de

São Paulo, e não em relação aos valores, mas ao processo de instalação e dá possibilidade da participação da Câmara e de entidades no processo que a Prefeitura está fazendo.

Antes de passar a palavra ao Secretário Francisco Macena, quero chamar o Sr. Laerte Brasil para combinarmos, hoje, qual será o nosso procedimento.

Tem a palavra o Sr. Francisco Macena.

O SR. FRANCISCO MACENA – Presidente, relator, Vereadores presentes.

Indo diretamente às perguntas, Relator Ricardo Nunes e Presidente Fiorilo, quanto a TV da cidade de São Paulo, abriu-se uma janela de oportunidades, nós enxergamos dessa maneira. O Governo Federal abriu inscrição para as prefeituras adquirirem um canal de TV. Nós nos inscrevemos nesse processo, no edital aberto pelo Ministério das Comunicações, e estamos em processo de seleção. Quer dizer, não há definição se virá ou não a TV para a cidade de São Paulo. Estamos muito otimistas, esperamos que assim ocorra. Em ocorrendo, teremos de apresentar uma série de documentações, de estudos técnicos para viabilizarmos a TV. Então, a verba inicial no valor de 2 milhões, na verdade, é caso a Prefeitura de São Paulo seja escolhida e então possamos apresentar toda essa documentação técnica da área de engenharia, de comunicação, etc. E assim, lá na frente, possamos viabilizar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Registro a presença do Presidente Vereador Milton Leite. Passo a presidência ao nobre Vereador.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. FRANCISCO MACENA – Cumprimento o Vereador Milton Leite.

Respondendo a pergunta do Vereador Paulo Fiorilo, em havendo a definição do Ministério das Comunicações, não se trata de instrumento apenas do Governo da cidade de São Paulo. O caráter dessa concessão deve ser discutido, deve ter a participação da Câmara Municipal, da sociedade civil na elaboração e execução do projeto.

A respeito da dotação 2171, Vereador Ricardo Nunes, a Secretaria de Governo está centralizando a coordenação de todas as ações do Governo, de todas as secretarias junto

com a Secretaria de Planejamento, e isso no que diz respeito ao Programa de Metas, mais especificamente. Agora, na Secretaria de Governo em todas as ações da Secretaria, nós estamos integrando os vários sistemas de controle os quais existem de forma dispersa na Prefeitura e nós gostaríamos de centralizá-los na Secretaria de Governo. Por isso esse aumento. Na verdade, aqui vai perceber também que, em algumas secretarias diminuíram essa verba, na área de tecnologia, e foi acrescido, vocês vão perceber também, que boa parte dessa verba está na Secretaria de Governo, depois terá audiência com a Prodam, boa parte dessa verba estará na Secretaria de Planejamento, naquilo que é coordenação, na Secretaria de Governo.

A respeito dos eventos na Cidade e execução orçamentária, que é uma pergunta também do Vereador Ricardo Nunes, o relator do Orçamento. Nós vamos perceber que os eventos na cidade de São Paulo são sazonais. Isso vai ser corrigido agora no final do ano. Já empenhamos e vamos liquidar a Fórmula 1, que é um valor significativo dentro do orçamento de eventos da Secretaria e também, no final do ano, deveremos efetuar as duas parcelas referente às escolas de samba: tanto à Liga quando à Oesp.

E aí, Vereador Ricardo Nunes, corrige essa aparente baixa execução orçamentária, porque aqui estamos falando na parcela que virá neste final de ano, em torno de 28 milhões de reais, para as escolas de samba, o restante fica para o ano que vem. Nós temos, como eu disse, de Fórmula 1, em torno de 40 milhões de reais que serão executados. Portanto, é uma execução orçamentária de quase 100% que será efetivada por essas características sazonais.

A questão do turismo de aumentar para 6,650 milhões - os senhores devem ter acompanhado no Orçamento de 2014 que nós recebemos alguns recursos do Governo Federal, na área de turismo, por conta do evento da Copa. Recebemos vans do Ministério do Turismo, para informações turísticas na Cidade, abrimos novos postos de informações turísticas também e a ideia desse recurso é que possamos, agora, passado o evento da Copa do Mundo, continuar fornecendo um serviço de qualidade para aqueles que acessam a cidade

de São Paulo, para que possam ter todas as informações de turismo.

Referente à Fábrica do Samba, como eu disse, o que é obra está indo para Infraestrutura, o que é convênio, uma parte ainda pode vir para a Secretaria. A respeito da administração, a Secretaria de Governo tem um contrato de prestação de serviço com a SPTuris. Quando se discute, inclusive, o orçamento da SPTuris nós vamos perceber que a empresa trabalha como prestação de serviços.

Ao entregar a Fábrica do Samba, certamente está sendo discutida a gestão, inclusive de forma compartilhada tanto com a Liga, principalmente com a Liga...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário, me permite interromper.

Com relação à Fábrica do Samba, ocorre-me o seguinte com relação às escolas de samba: foi feita reunião com o Secretário de Infraestrutura Urbana, foram reunidos praticamente todos os presidentes de escolas de samba e com a Liga, para tratar da seguinte matéria: na Operação Urbana Água Branca, dentro da Poligonal ou do perímetro da Água Branca, está a grande maioria das quadras de escola. A Fábrica de Sonho, por conseguinte, está contida também na Poligonal, dentro da área física da Operação Urbana Água Branca.

A Secretaria de Infraestrutura, a ACMUDA e Siurb fizeram uma reunião, na qual foram chamadas as escolas de samba para retirarem as quadras. Esta Casa se insurgiu, assim como eu e vários outros Vereadores.

A Fábrica de Sonhos resolve o problema de confecção, de barracão e de alegoria, mas não de quadra, não da cultura do samba. O samba pulsa na sua quadra. A Fábrica do Sonho é outra história.

Então nós queríamos deixar consignado que não será possível aceitarmos, não importa a natureza, por mais nobre que seja, fechar um pouco de cultura que nós temos no samba. Fica esse pedido a V.Exa. - para nós sempre será o nosso companheiro e Colega Vereador, mais do que Secretário - para que tenha a sensibilidade de não permitir que façamos essa intervenção. Não é possível fazermos isso, ou seja, retirar as quadras, ainda que sejam

os próprios municipais, vamos ajustar a situação de cada quadra, mas é preciso que permaneçam onde estão para a vida e um pouco de cultura que têm.

Como que vai tirar as Rosas de Ouro de lá, Águias de Ouro, a Mancha, e olha que sou corintiano, estou defendendo que o Paulo da Mancha, eles têm que ficar lá onde estão, onde pulsa a escola, lá que fica a quadra do Império. Não dá para retirar simplesmente, chegar e vamos retirar. Os Gaviões da Fiel, como que vamos retirar essa quadra? Já é um ponto de referência do samba, não dá para nós mexermos naquilo por mais nobre que seja o pleito e a utilidade disso.

Como foi tratado por Infraestrutura, eu disse ao Secretário, ele foi sensível a isso, o Sr. Fernando Vieira de Mello Franco, faço menção a V.Exa. sobre esse ponto também, Secretário.

O SR. FRANCISCO MACENA - Ok, nobre Vereador, Presidente Milton Leite, vou levar essa preocupação.

Acho que nós temos algumas tarefas a respeito das escolas de samba e da cultura de São Paulo: primeiro, terminar o projeto da Fábrica do Samba, Fábrica do Sonho, e levar os barracões das escolas lá; segundo, vamos ter que discutir, ainda a respeito da Fábrica do Samba e dos barracões, qual é o modelo de gestão daquele espaço, porque tem que ser muito pactuado tanto com a Liga das Escolas de Samba, com as escolas de samba, com a cidade de São Paulo e acho que esta Câmara tem um papel também nessa pactuação, para resolvermos todos os custos de administração e, principalmente, todos os processos de tomada de decisão na utilização daquele espaço, inclusive daquelas escolas que caem, das que sobem, quais serão procedimentos de revezamento naquele espaço.

Outro campo, que aí não diz respeito à execução orçamentária propriamente dita, que o Vereador está colocando aqui, mas é um problema da cidade de São Paulo, é que nós temos cerca de 100 espaços públicos, só gostaria de deixar registrado também, sei que é fora dessa audiência de orçamento, espaços que, de alguma forma, são ocupados por entidades

culturais, escolas de samba, blocos carnavalescos que temos que resolver na cidade de São Paulo.

Esperamos poder contar com a Câmara Municipal em parte, porque diz respeito a aspectos de zoneamento, pois algumas escolas estão localizadas em áreas que o zoneamento não permite, assim teremos a oportunidade de discutir isso. Há escolas para as quais teremos que buscar alternativas, porque estão localizadas em áreas verdes e já há processos judiciais exigindo da Prefeitura a execução, estamos discutindo essas alternativas com o Judiciário.

Mas, Vereador e Presidente desta Comissão, Milton Leite, tem a disposição deste Secretário de buscarmos a solução para o problema das escolas de samba.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, está em tempo, se tiver alguma área verde vamos desafetar, vamos alterar, trocar por outra, substituir.

Na prática, hoje, Secretário, se V.Exa. me permite, funcionam as escolas de samba, não é área verde. Pode estar contido dentro de tal, mas pode fazer uma compensação por outros meios, mas não dá para pegar, simplesmente, nós retirarmos desses pontos, que eu entendo como fundamental.

Como eu disse, a causa pode ser nobre, mas resta sabido que hoje fisicamente esses espaços já estão ocupados e as escolas funcionando em suas quadras. A preservação deles é que temos que buscar mecanismos legais, para dar legalidade.

Se for preciso votar a lei para desfazer a desafetação da área não tenho dúvida nenhuma, porque se trata das escolas de samba aqui, não olhando o estandarte dela, mas sim a cultura das escolas que temos aqui independente do que for buscar a solução, alcança-la sem prejuízo da Cidade.

Até onde nós sabemos, tenho o mapeamento e fizemos os estudos, Secretário, estão todas funcionando nesses locais e com uma vida cultural ativa. Se está dentro de área verde, vamos buscar. É só votarmos um projeto de lei e desafetarmos. Não tem nenhum problema de resolvermos esse questionamento com o Ministério Público.

O SR. RICARDO NUNES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual a questão de ordem, Vereador?

R – O sempre Vereador Chico Macena, Secretário, fez algumas respostas. Não sei se ele vai falar com relação...

O SR. FRANCISCO MACENA – Vou. Tenho mais quatro questões a serem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem V.Exa. a palavra. Aqui, o senhor será sempre V.Exa.

O SR. FRANCISCO MACENA – Só há concordância, nobre Vereador Milton Leite, com os encaminhamentos de V.Exa.

A respeito do questionamento da Administração, Ricardo Nunes, eu já respondi. Será contratada a SPTuris, só que a verba sai da Secretaria de Governo. A respeito do Rotary, e do evento do Rotary, há uma compreensão da Prefeitura de São Paulo de que é um evento muito importante para a cidade de São Paulo, que vai trazer divisas para essa cidade. Aquilo que está alocado de verbas é em cima da reivindicação que o Rotary fez, até porque os rotarianos têm uma dinâmica própria, e eles costumam financiar boa parte dos seus eventos. Todas as secretarias estarão envolvidas porque é um evento da cidade de São Paulo. Na medida em que a gente colocou no Orçamento, e caracterizei na apresentação como um dos grandes eventos da cidade para que haja o envolvimento da CET, da São Paulo Turismo, no apoio aos turistas que aqui virão. Também a Secretaria de Cultura, porque estamos programando eventos para que esses turistas possam participar e acompanhar na cidade de São Paulo. A Secretaria de Abastecimento, que sabemos que o Mercado Municipal é um ponto importante de grande visitação, então que possa ter atividades específicas de recepção a esses turistas. Temos de tratar como um grande evento. E acho que temos condições de fazê-lo, como o que fizemos com a Copa aqui.

A respeito de vir ou não um projeto de lei, a Secretaria de Negócios Jurídicos está

estudando. Ele diz muito mais respeito à cessão de algumas áreas a custo zero. Se haveria, ou não, condições de a Prefeitura ceder sem projeto de lei ou não. É uma coisa muito simples de ser realizada. Tenho certeza que, se for necessário, esta Câmara, cujos Vereadores eu conheço, aprovarão de forma muito rápida. Agora, se não houver necessidade, e houver possibilidade de fazer através de um convênio, faremos através de um convênio.

A respeito da verba de reformas, que foi diminuída para 15,5 milhões.

São reformas de próprios municipais. A Prefeitura ocupa muitos próprios municipais. Vou dar um exemplo concreto: estamos num processo licitatório para resolver o problema da escada rolante da Galeria Prestes Maia. Não tem sentido ter a Galeria Prestes Maia e, durante tantos anos, o pessoal subindo escada. Ou fecha a galeria ou dá condições adequada de acessibilidade para todo mundo lá. Aquela escada é muito antiga na cidade de São Paulo, todos os técnicos falam que não vale a pena um custo de manutenção, e estamos promovendo a substituição desse equipamento. Então são pequenas reformas nesses equipamentos, que são de responsabilidade da Secretaria de Governo.

Por fim, a renegociação da dívida.

O que ocorreu finalmente, devido a um movimento que eu acho que toda a cidade de São Paulo fez, e esta Câmara Municipal também lutou para que isso ocorresse, vários setores sociais, o Prefeito Fernando Haddad teve um empenho pessoal para que fosse aprovado o projeto de lei de renegociação da dívida, o Senado o fez ontem, vai à sanção da Presidenta Dilma. Temos uma expectativa positiva no que diz respeito à sanção por parte da Presidenta.

Primeiro, saímos de uma condição de insolvência no Município de São Paulo, porque do jeito que vinha crescendo a dívida do Município, com o IGP9, um índice que não era praticado por nenhum setor de mercado, quanto mais setor público. Então pagávamos, ainda, IGP9. Renegociamos o índice. E, mais do que isso, houve um reconhecimento também de uma certa retroatividade daquilo que tinha sido pago a mais da Prefeitura de São Paulo devido a esse índice de IGP9. Isso vai dar uma redução na dívida bruta do Município de São Paulo em

torno 24 bilhões de reais, o que permitirá à Prefeitura, a médio prazo... Isso não é uma pressão; quer dizer, não vem recursos orçamentários para a Prefeitura em 2015, não vem orçamento, Fonte 00 para 2015 para a Prefeitura. Mas abre a possibilidade de a Prefeitura, ano a ano, com pagamento ainda da dívida, do teto, que a Prefeitura dispõe para pagar a dívida, mais essa renegociação, de uma possibilidade de a Prefeitura buscar financiamentos, inclusive para dar como contrapartidas a verbas que temos buscado do PAC de recursos do Governo Federal.

É isso, nobre Presidente. Espero ter esclarecido a pergunta dos Vereadores.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, só para completar.

É que a Assessoria me informou, e no fim acabei não trazendo: Dr. Relator, Sr. Presidente, na Fonte 07, de todas as subprefeituras 1170, 72 milhões, 553 mil, 390. Preso na 07, dependendo da liberação dos recursos do IPTU que corre na Justiça. Então eu estou muito preocupado, porque estamos falando de manutenção de pequenas obras e intervenções. Só para registrar que esse é um assunto que temos de tratar com o maior carinho.

O SR. FRANCISCO MACENA – Sr. Presidente Milton Leite, o nobre Vereador Dalton Silvano tem razão. Nós também temos uma expectativa positiva em relação à resolução desse problema. O Tribunal de Justiça já julgou todas as cidades que tinham mandado de segurança, que tinham ações judiciais na mesma direção. Quer dizer, nós acreditamos, pelo que foi julgado pelo Tribunal, não podemos falar em Jurisprudência, mas uma tendência do Tribunal em dar ganho para a Prefeitura do Município de São Paulo, e nós temos uma expectativa que em breve possa ser julgado. Em caso de não haver esse desfecho, ou não haver um desfecho favorável, eu acho que vamos ter de sentar. E esta Casa, com a Peça Orçamentária na mão, tem todas as condições...

O SR. DALTON SILVANO – O senhor acha que até antes de fechar o Orçamento, nós...

O SR. FRANCISCO MACENA – Eu acredito que sim. Eu acredito que o Judiciário

vai resolver. Está na pauta do Judiciário; já foi pautado duas vezes. Eu sei que o Relator pediu uma licença. Parece que (Ininteligível) vai ser adiado por uma semana. Mas está na pauta do Judiciário. E a última da pauta, de questões semelhantes, que eu acredito que o Tribunal julgou todas as cidades que estavam com esse tipo de problema, faltando apenas a cidade de São Paulo.

O SR. DALTON SILVANO – V.Exa. sabe muito que, se não liberarmos essa verba, todas as subprefeituras (Ininteligível).

Sr. Presidente, enquanto vocês cuidam dos grandes temas, eu costumo cuidar da perfumaria. Ontem eu falei com o Secretário Ricardo Teixeira, e já havia falado com o colega Chico Macena. É uma coisa muito pequena, mas que atrapalha tanto a gente, Secretário, que é a questão da manutenção dos aparelhos de ginástica para a terceira idade, que está um desastre. É tão pequeno, mas muito importante, e nós não temos contrato de manutenção. Eu pretendo pôr recursos no orçamento para pôr 10, 15, 20 conjuntos de aparelhos em várias praças. Aí quebram o aparelho, ou roubam uma peça, e nós não temos manutenção. Eu conversei com o Secretário, quando era ainda Secretário da Coordenação das Subprefeituras, que disse que estava cuidando disso, mas me parece que não andou. Só para conversar com o Secretário Ricardo Teixeira e dar continuidade nesse processo.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, dentro dessa linha, eu posso só complementar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode, Relator.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, aproveitando que está aqui o Paulo Frateschi, e o senhor, se pudéssemos conversar com relação a isso que o Vereador Dalton Silvano, que é de suma importância: o 07 nas subprefeituras.

Com vocês são as duas pilastras da questão política do Governo, de vermos com o Planejamento para fazer essa alteração, Secretário. E tudo isso que o Dalton falou é porque falta zeladoria lá.

Só para dar um exemplo, para concluir a minha fala: agora, no Dia de Finados, os cemitérios da região sul estavam todos com o mato alto. E mandar a subprefeitura cortar o capim para poder receber as pessoas para o Dia dos Finados. Então quer dizer: não colocar recursos de zeladoria em subprefeitura é um erro; e colocar fonte 07 me parece que é algo que precisaríamos corrigir politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, eu quero complementar essas questões ao Secretário, mas vou dar a palavra ao Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Não, é rapidinho; muito rápido mesmo.

É o seguinte, Secretário, sempre Vereador Chico Macena, como disse o Vereador Dalton Silvano, nós cuidamos mais das perfumarias, embora aqui não seja tão perfumaria. Eu vi aqui a rubrica 1027, que é um projeto do qual o senhor tem conhecimento, que diz respeito ao polo de ecoturismo da cidade de São Paulo. Ele foi feito como Parelheiros, mas o Prefeito, no substitutivo, criou como Polo Ecoturístico de São Paulo, e é uma rubrica de mil reais. Eu só quero entender por que mil reais, por que é simbólico, e se não é possível aumentar o valor. Até vi uma outra de dois milhões e alguma coisa... TV Cidade. A menos que o senhor justifique que mil reais é simbólico, e que tem de onde tirar dinheiro para colocar nessa rubrica aqui, para implantar de vez o polo de ecoturismo, principalmente nessa região de Parelheiros, Capela do Socorro, que já tem toda a parte de sinalização, que está bonita. Mas agora precisamos criar a infraestrutura, o viário, para as pessoas chegarem até lá.

O SR. FRANCISCO MACENA – Nobre Vereador Alfredinho, por que tem mil reais? Não é simbólico, não. É porque aquilo que a Secretaria de Governo tinha de elaboração e planejamento já foi realizado, e V.Exa. teve a oportunidade de acompanhar todo o planejamento, todo o processo, e o Vereador Ricardo Nunes também. As obras que agora se darão lá estão afetas à Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, à Secretaria de Infraestrutura Urbana e à Secretaria de Transportes. Não teria sentido colocar verba na Secretaria de Governo para eu fazer o remanejamento posterior para as secretarias que

executarão essas obras. Como V.Exa. disse, num primeiro momento, conseguimos destinar, para desenvolvimento deste ano, quase quatro milhões de reais, repassando, inclusive, para a São Paulo Turismo, para fazer o planejamento, inclusive o (Ininteligível) turismo, as placas de orientação ao turismo, porque esse é o contrato que temos com a SPTuris. E a Secretaria de Cultura, também agora envolvida. E a Secretaria de Trabalho, devido à agricultura urbana, que tem lá, que é muito forte, que V.Exas. conhecem. É que a maioria desses recursos agora estão afetos às áreas que executarão diretamente a obra. Como em 2014 esse projeto não estava programado por nenhuma secretaria, a Secretaria de Governo coordenou e usou suas verbas para essa execução, repassando essas verbas para cada secretaria, segundo a sua afinidade. Eu não sei se deu para V.Exa. entender. Mas, pelo contrário, o projeto está em andamento. Agora, recentemente, esta semana, encaminhei à Secretaria do Estado do Meio Ambiente a minuta do convênio do melhor caminho, para que possa fazer uma estrada vicinal, em parceria. E até porque tem verbas do Governo do Estado para que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou formular algumas questões, Secretário.

Primeiro, de um termo que eu havia tratado com V.Exa., com relação ao programa de mananciais, que é a boa notícia.

Estive com o Governo ontem, e ele vai fazer o contato, via Casa Civil, com V.Exa., para dimensionar as prioridades que nós temos que dar. Não é possível; os investimentos são grandes. Ele assumiu. Levei o projeto completo. Dei um quadro geral do programa de mananciais. O Alfredinho está atento a essa matéria, o Ricardo Nunes também. O Governador realmente assumiu, vai fazer. Não dá para executar tudo em um ano, em um orçamento, mas vai executar o programa. Se não todo o Programa Mananciais, pelo menos parte vai fazer de imediato. Eu também já havia comentado com o Sr. Prefeito dessa possibilidade. Ontem, a boa notícia: em reunião com o Governo do Estado, foi uma pauta de trabalho minha com ele, fui favorável. Então, V.Exa. será contatada pela Casa Civil para nós implementarmos aquilo. Uma excelente notícia. Ontem, eu mandei um torpedo para o Prefeito: “Prefeito, hoje é dia de boas

notícias, conseguimos recursos do Governo do Estado para o Programa Mananciais”, que é fundamental. Apresentei uma solução para águas de São Paulo, e ele me chamou de gênio. Maravilhoso. Fiquei contente com o Governador ontem.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Casa Civil vai acertar os detalhes com o nosso Chefe da Casa Civil aqui – governo via governo -, que é a parte institucional. A parte política, este parlamentar já superou. Às vezes, não se faz política só no plenário, debatendo; faz-se trabalhando pela Cidade, e nós conseguimos isso, o que é muito bom. Aos colegas Vereadores, é bom que saibam: às vezes, você está ausente aqui, mas está no gabinete suando, produzindo um volume de quase 3 mil cópias, que fomos despachar com ele ontem, e conseguimos um êxito, o que é muito bom mesmo para a Cidade, pois dá uma folguinha orçamentária.

Com relação à capacidade de investimento, Sr. Secretário, ontem o Senado aprovou a renegociação da dívida. Não li o texto, mas, conversando com alguns Senadores, eles disseram que foram rejeitadas as emendas ao projeto de lei. Aí, fiquei em dúvida. V.Exa. já tem conhecimento do texto aprovado? Qual é o impacto dele nas contas da nossa cidade? Porque, considerando que V.Exa. participou do tema renegociação da dívida, ela tem a perspectiva de redução. Se for com a emenda retroativa, será muito boa para a Cidade. Não sei se ela foi aprovada. A informação que tive é que foram rejeitadas as emendas de Plenário. Agora, precisamos saber quais, e quais foram implementadas de fato. A imprensa traz a informação que sim, que é retroativo; mas, se vai ao Senado, se vai à sanção da Sra. Presidente é porque não foi, porque a emenda era de Plenário no Senado Federal, tendo que voltar para a Câmara dos Deputados. Teria que voltar, e não ir à sanção. Isso suscitou dúvida. Não sei se foi sem emenda. A emenda que permitia a retroatividade era a emenda do Plenário do Senado Federal, conforme o meu entendimento. Então, fiquei em dúvida e indago de V.Exa. se tem conhecimento do texto aprovado: se ele permite a retroatividade e, se assim for, qual é

o impacto da redução? Não é que vai haver dinheiro novo: nós vamos deixar de pagar a dívida no que vem e aumentar a capacidade de endividamento, o que permitirá a celebração de convênios e endividamento da Cidade. Agora, o não pagamento eventual da parcela do ano que vem da dívida do Governo Federal, de 3 bilhões, cairia para 2 bilhões. Teríamos, então, uma folga orçamentária de 1 bilhão de reais, e vamos ter que discutir com o Governo e com esta Casa, pois é um dinheiro não previsto. Considerando que falta dinheiro para tudo, se não sai a decisão, por exemplo, do IPTU, talvez ele já tenha destino certo, respondendo, então, à expectativa do Vereador Dalton Silvano. Provavelmente, Srs. Vereadores, vamos fechar esse orçamento com emendas técnicas da Comissão, de última hora, que é o instrumento legal que temos para fazer esses ajustes junto com o Governo. O Governo precisa saber melhor gerir e distribuir esses recursos, mas as decisões, para ficar claras, demandarão tempo.

O SR. FRANCISCO MACENA – Nobre Vereador, o que foi aprovado – pelo menos o que eu tenho conhecimento que foi aprovado ontem no Senado e que a gente estava em processo de discussão -, o projeto de lei que foi aprovado na Câmara já havia uma emenda, já havia o processo da retroatividade. Retroatividade no que diz respeito a abater do saldo devedor, só isso. Porque havia outra emenda que dizia da retroatividade também, que abria recursos orçamentários neste ano, porque colocava para a União uma espécie de ressarcimento daquilo que havia sido pago a mais. Então, foi feito isso. A estimativa que o pessoal está fazendo é de cerca de 24 bilhões de reais...

P – Uma redução?

R – Estão falando em 24,7 e alguma coisa. Não tenho o valor exato, mas vai ser abatido do nosso saldo devedor e isso vai abrir um espaço, principalmente no endividamento da Prefeitura para, dentro da responsabilidade fiscal, a gente dar uma contrapartida no Governo Federal. Como eu disse anteriormente, estávamos em uma situação tal que em 2016 não poderíamos receber mais nenhum recurso federal se não houvesse essa renegociação da dívida, porque, devido ao endividamento da Prefeitura, haveria uma trava no repasse de

recursos. Então, abre também a possibilidade de a Prefeitura continuar recebendo recursos do Governo Federal.

P – Secretário, o valor da parcela é 4 e 300. Se a taxa de juros vier para os 6, que nós estamos falando, sobrarão 2.

R – Há uma dúvida aí. Não sei se mexeram no limite que a gente tem que pagar, no comprometimento de 13%. Continua 13%.

P – Eu não vi o texto da renegociação; então, fica difícil.

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem, Sr. Presidente;

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem?

O SR. PAULO FIORILO – A questão de ordem, até para ajudar, é que a gente pudesse aproveitar a audiência com o Secretário de Finanças para poder esclarecer essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nós vamos fazer. O Planejamento também virá aqui.

O SR. PAULO FIORILO – Até porque o Secretário do Governo sabe, mas não acompanhou *in loco* essa questão, porque ela diz respeito especificamente ao Orçamento. Então, eu queria sugerir esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nós faremos isso com o Secretário, com todos da pasta. Alguma indagação mais ao Sr. Secretário de Governo e ao de Relações Governamentais? (Pausa) Então, estou dando por encerrada a audiência pública das duas pastas. Suspendo a sessão por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Retomamos a audiência pública, agora com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. O Secretário Adjunto, Rodrigo Alves Teixeira, fará sua apresentação. Em seguida, abriremos a palavra para as perguntas dos Vereadores e dos presentes. Secretário, de quanto tempo V.Exa. necessita?

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – De 10 minutos.

P – O.k. Tem a palavra por 10 minutos, Secretário.

R – Obrigado, Vereador. Em primeiro lugar, bom dia a todos os presentes. É um prazer estar nesta Casa. Vou fazer a apresentação da proposta orçamentária da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Planejei uma apresentação bem curtinha, de somente 2 *slides* bem resumos.

- Orador passa a referir-se a imagens de *slides*.

R – Vou começar pelo orçamento total. O orçamento total da Sempla para 2015 é de 270 milhões e 580 mil reais aproximadamente. Para efeito de comparação, em 2014 o orçamento era de cerca de 230 milhões, o que, à primeira vista, daria um aumento de 15%. Na verdade, houve uma mudança na administração, como o Secretário Macena falou, segundo a qual o contrato do 156 passou para a Sempla a partir deste ano. Na verdade, os 60 milhões do contrato do 156, que antes estava na Secretaria de Governo, passaram para Sempla – e explico rapidamente o porquê. Tirando esses 60 milhões, na verdade o orçamento da Sempla reduz-se em termos nominais do ano passado para cá. Ou seja, conseguimos fazer, enxugar vários contratos da Secretaria. Então, na verdade, tirando o contrato do 156, nosso Orçamento se reduz, em termos nominais, tem uma queda nominal em torno de 10% do Orçamento.

O contrato do 156 passou para Sempla, por conta... Porque o Prefeito, enfim, lançou um decreto, passando para Sempla a atribuição de coordenar o atendimento ao munícipe. Então, a Sempla tem agora uma nova Coordenadoria, desde este ano, e essa Coordenadoria de Atendimento ao Munícipe e Inovação em Serviços Públicos vai fazer a coordenação de todo o atendimento da Prefeitura, porque o atendimento era bastante fragmentado, de acordo com o diagnóstico que foi feito por um grupo de trabalho criado para analisar os problemas no atendimento municipal, e, conseqüentemente, se decidiu ter uma coordenação central que fica na Sempla e, conseqüentemente, o Orçamento do 156 também passou a vir para Sempla. Então, vamos fazer uma nova licitação e esses 60 milhões aqui é o

mesmo valor que estava previsto no Orçamento do ano passado, mas saindo da Secretaria de Governo e, agora, passando para o Orçamento da Secretaria de Planejamento.

Então, só reforçando, deixar bem claro: o Orçamento da Sempla, na verdade, está se reduzindo, tirando esse contrato, ao redor de 10%, em valores nominais, o que, em termos reais, é um pouco mais ainda.

Ali separei os principais itens do Orçamento da Sempla. Vocês podem olhar ali.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA - Desenvolvimento de sistemas de informação e comunicação, 12 milhões. Essa dotação é uma dotação centralizada na Sempla, mas que serve para novos projetos de TI de toda a Prefeitura. Então, à medida que uma Secretaria apresentar um projeto para desenvolvimento de sistemas, esse projeto vai sair dessa dotação que está na Sempla.

Notem que separei ali duas coisas: o total Sempla, que dá 84 milhões; e o total Prefeitura Municipal de São Paulo. Por que está separado? Que o total Sempla ali se refere estritamente à administração da unidade, ou seja, considerando apenas o que a Sempla gasta com ela mesma, com seus servidores, com seu custeio, enquanto Secretaria de Planejamento, que tem seu custeio corrente.

O que coloquei como total Prefeitura Municipal de São Paulo é aquilo que está no Orçamento da Sempla, entretanto Sempla não gasta apenas para ela. São ações que a Sempla faz centralizadamente, mas que são ações para todas as Secretarias ou para toda a Prefeitura. Então, um exemplo é essa dotação de TI, 12 milhões, que são projetos que podem ser apresentados por qualquer Secretaria ou Subprefeitura, e a Sempla tem a competência para analisar os projetos e aprovar os projetos que vão utilizar esses recursos.

Sistemas de informação e comunicação, Prodam. A Sempla tem vários sistemas estruturantes na Prefeitura. Por exemplo, o Sigpec - Sistema de Pessoal; o Supri, que é o Sistema de Suprimentos; o Cents, que é o Cadastro de Entidades do Terceiro Setor; o

Simproc, que é o sistema pela tramitação dos processos na cidade; o Planeja Sampa, que é um sistema da Sempla, mas que divulga todas as ações relacionadas ao planejamento, ao Conselho Participativo, ao Programa de Metas; o Observatório da Cidade, que também vai divulgar dados que são de interesse não só da Sempla, mas de toda a Prefeitura; o processo eletrônico que estamos começando introduzida agora na cidade. Enfim, esses aqui são todos... Esse Orçamento de 186 milhões é o orçamento que preferi separar para mostrar que não é um gasto estritamente da Sempla enquanto Secretaria, mas gastos que a Sempla tem com toda a Prefeitura, de maneira que totaliza, então, o Orçamento aí de 270 milhões.

Assim, só detalhando um pouquinho mais agora esses 84 milhões da Sempla, está aqui, então: desses 84 milhões que é estritamente Sempla mesmo, administração da unidade, 55 milhões é Pessoal, o pagamento dos funcionários da Sempla - temos ao redor de 720 funcionários hoje; o custeio, as demais despesas de custeio, fora Pessoal, 20 milhões; e investimento, especialmente aí o material permanente, 8,5 milhões, mais ou menos, dando um total, então, que seria exclusivamente da Sempla, das atividades de custeio da Sempla, de 84 milhões de reais.

Bem, a apresentação era essa, Vereador Fiorilo. Bem curtinha mesmo, só para mostrar aí os dados gerais de nosso Orçamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Queria agradecer, então, ao Secretário Rodrigo e abrir para as perguntas dos Vereadores e, também, já anunciar as inscrições dos presentes para que possamos concluir a nossa audiência sobre o Orçamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes, Relator.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vereador, vamos proceder da mesma forma: todos os Parlamentares perguntam e o Secretário responde, até o Presidente voltar - ou não?

R. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Então, vamos lá.

O SR. RICARDO NUNES - Rodrigo, antes de tudo, já perguntamos aqui ao Vereador e Secretário Chico Macena com relação a esta aprovação, ontem, pelo Senado, com a maioria dos Senadores do PMDB, da dívida. Como é Secretaria de Planejamento, depois, se o senhor puder também fazer alguma referência a isso, até porque temos expectativa aí de que a Presidente Dilma sancione e consigamos aí aumentar em 1 bilhão ou mais no Orçamento. Depois, se o senhor puder dar uma palavra sobre isso.

Começando pelo começou, aqui na manutenção de sistemas de informação e comunicação, 64 milhões, que é para a Prodam. O senhor falou que está separado ali, de várias Secretarias, mas temos o Orçamento da Prodam, de 340 milhões, indo mais de 400 milhões. Então, só para corrigir, não é que é da Cidade. Isso que, várias Secretarias têm aí valores destinados à Prodam - só para corrigir a sua fala.

Com relação à contratação de estagiários de nível médio e superior, já tinha previsto 38 milhões, em 2014, até setembro de 2014 foram liquidados 19 milhões e estão previstos, para 2015, outros 38,688 milhões. Como é um valor bastante considerável, Rodrigo, se o senhor puder explicar para esta Comissão quem são essas pessoas, como é que contrata, são estagiários, não é? Quais as Secretarias, qual é o processo de contratação dessas pessoas. Um valor bastante considerável.

Do 156, os 60 milhões, está tranquilo.

Estudos e projetos de planejamento, 8 milhões. Se o senhor puder detalhar um pouquinho os 7,944 milhões que estão na 1230, estudos e projetos de planejamento. Não é questionamento, é só para aproveitar a oportunidade para que as pessoas que estão aqui presentes, a Comissão e quem está nos assistindo entendam um pouquinho quais são os tipos de estudos e projetos de Planejamento, Orçamento e avaliação, que irá obter 8 milhões de reais.

Administração (?) de unidade, tranquilo.

Tenho uma dúvida que com relação a pessoal e encargos sociais. Orçado, em 2014, 51,158 milhões e, em 2015, 52,848 milhões. Está tendo um aumento de 3%. Tem sido bastante diferente a questão da apresentação do Orçamento de 2014 e 2015 de outras Secretarias, com relação a pessoal e encargos sociais. A dúvida, Rodrigo, é se isso está acompanhando o aumento do funcionário público - não é? -, porque, para ser 3%, então deve ter diminuído o número de funcionários, porque vai ser mais do que isso a questão do reajuste do funcionário. Se o senhor puder dar uma explanação com relação a essa questão. E parabenizar pela sua Secretaria ter só 12 milhões na Fonte 07, que é para a Prodam, não é? Então, não vai usar...

De uma forma geral como é que o Planejamento distribuiu a questão da Fonte 07 para as outras Secretarias? E qual o valor? Porque muitos Secretários vêm aqui e ficam com o receio de, publicamente, falar dessa preocupação. Mas, quando termina, todo o mundo fica preocupado com esse abacaxi na mão. E a decisão de colocar a fonte 07 nas Subprefeituras, por que teve essa decisão política de colocar a Fonte 07 nas Subprefeituras? Porque nós vamos discutir aqui a peça orçamentária da sua Secretaria, mas é Planejamento que construiu toda essa questão da divisão dos recursos. E já falei sobre o 156.

Publicações de interesse do Município, Rodrigo, você tem 400 mil reais, e você tem também lá publicação em *Diário Oficial*, que está em... Onde é que está aqui? (Pausa) Só um minutinho. Impressões do *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 6 milhões. Mas também aparece Publicações de interesse do Município, com 400 mil reais. Qual que é a diferença com relação a esses 400 mil reais. A do *Diário Oficial* são publicações obrigatórias - não é? Então não tenho dúvida com relação a isso.

Essas seriam por enquanto, Presidente, as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK.

Então, vou passar ao Vereador Aurélio Nomura; depois, ao Vereador Dalton

Silvano.

Quero registrar a presença do Vereador Jair Tatto.

Com a palavra, Vereador Aurélio.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Gostaria de cumprimentar o representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento de gestão, o Sr. Rodrigo. Mas gostaria de voltar a essa questão na renegociação da dívida aprovada ontem no Senado.

Parece-me que temos uma dúvida, não sei se V.Exa. Pode nos esclarecer, mas parece que essas questões com relação à redução dos índices impostos pela lei da renegociação, ela foi fundamentada em cima de um substitutivo apresentado pelo Senado Federal e, porquanto, me parece - é isso o que eu gostaria de questionar - que haveria necessidade de esse projeto ser novamente remetido à Câmara dos Deputados e só depois é que seria encaminhado para a Presidente, para sua sanção. É uma pergunta.

A segunda questão diz respeito a que, dentro desse projeto que foi aprovado, me parece que o indexador, ou seja, nós vamos ser obrigados ainda a pagar 13% da arrecadação. Abre-se a possibilidade de contrair novos empréstimos, mas o percentual permanece de 13%. Então, é uma dúvida que tenho.

A outra questão diz respeito à questão desse superávit financeiro. Temos em caixa o equivalente a 6,621 bilhões. Temos acompanhado a paúra, a dificuldade que vem enfrentando a Prefeitura de São Paulo - inclusive foi alvo até de questionamentos pelo Presidente aqui da Comissão, com relação à falta de investimentos, principalmente quando se trata de verba carimbada, de operações urbanas e tal. Então, gostaria de saber por que não se investe na cidade de São Paulo, tendo em vista que temos um superávit financeiro - volto a falar - de 6,621 bilhões e esse dinheiro vem sendo investido dentro do mercado financeiro.

A outra questão diz respeito a que a receita de capital orçada para este ano é de 9,13 bilhões e, até a data de 17 de outubro, foram realizados apenas 812 milhões. Ou seja, só

8,9%. Desses 9,13 bilhões, 5,45 bilhões referem-se a Transferência e convênios da União, sendo que foram realizados apenas 2,292 milhões, ou seja, 5,35%. Isso é quase nada se formos verificar.

Para 2015, a proposta orçamentária é de 4,20 bilhões nessa mesma rubrica. Sabemos a dificuldade que o Governo Federal vem enfrentando com relação ao déficit primário. Parece que ele tem um déficit de 20,399 bilhões, até setembro. Diga-se de passagem, o pior resultado desde 2007.

Pergunto: caso não venham os recursos federais, a Prefeitura fará o que com esses investimentos lastreados nos recursos federais?

Especificamente, também com relação ao Orçamento da Secretaria da Educação em 2014, o valor atualizado de setembro é de 4,95 bilhões para o pagamento de pessoal e encargos. Para 2015, a proposta orçamentária para essa mesma despesa é de 5,8 bilhões, ou seja, apenas 2,5% a mais.

Pergunto: por que o aumento pouco expressivo, considerando que a receita dos impostos terá um crescimento previsto de 8,5%? O senhor considera que, com esse Orçamento, será possível atender aos reajustes dos trabalhos dos funcionários da Educação e o aumento vegetativo desses trabalhadores?

Eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Vereador.

Passo agora a palavra ao Vereador Dalton Silvano para suas perguntas.

O SR. DALTON SILVANO - Quero aqui cumprimentar os representantes da Sempla, Rodrigo.

Estou fazendo essa pergunta para todos os Secretários e, em especial, vou fazer aqui para a Sempla: a preocupação com relação à Fonte 07. Para quem não conhece a Fonte 07, famosa, ela é aquela que depende, para ser aplicada e executada, da liberação, pela

Justiça, dos recursos do IPTU do ano passado. Então, Secretário, se for possível... Já fiz essa pergunta para os demais Secretários. Temos aqui, nas Subprefeituras, a fonte 1170, no 07: 72.553.390,00 para a intervenção, urbanização e melhoria de bairros, plano de obras das Subprefeituras. São obras novas e reformas. Ou seja, essa verba está dependendo da sua liberação da Justiça. Pergunto, Rodrigo, se temos um plano - nem vou dizer "B", não é?, porque, nessa altura, já é um plano "Z" -, na hipótese de não termos a liberação desses recursos pela Justiça, qual seria, então, a contrapartida, ou seja, para que a Cidade não pare nessa rubrica de extrema importância para as Subprefeituras, de onde, Sr. Relator? Eu até gostaria, Sr. Relator - e você pode observar que tenho falado sempre a mesma pergunta, faço uma ou duas perguntas só, porque o resto V.Exa. e os demais Srs. Vereadores fazem. Mas, se não tivermos esse recurso liderado pela Justiça, de onde o Relator - e, no caso, temos de ter o aval da Secretaria - poderá tirar esse recurso para que as Subprefeituras não fiquem esvaziadas? Estou falando, pelo menos, aqui, no número de 72 milhões de reais. Acho que a questão da verba da própria Secretaria está bem explicada, mas estou falando aqui...

O SR. DALTON SILVANO - Estou lendo aqui um documento aqui das Subprefeituras, compilado e consolidado, de uma informação que temos 1,769 bilhão, no total das "subs", 1.262 bilhão. Estou vendo só na Fonte 1170. Eu posso até... Não sei se minha assessoria me... São todas as subprefeituras, ou seja, é uma rubrica que é importante, pequenas obras que, aliás, são pequenas, mas atrapalham a população. Para reformar um escadão, uma escadaria toda arreventada, a pessoa vai lá, quebra a perna e culpa o vereador, depois o prefeito e assim vai. Então eu volto sempre a atacar a perfumaria, que no fim dá para fazer de uma casa de vender perfumes e cosméticos.

Então, Rodrigo, tem alguma alternativa, hipótese de o governo não liberar? Porque na minha opinião modesta, que estou no meu quinto mandato, as subprefeituras não podem ficar sem esse recurso. Achei temeroso formular o orçamento amarrando esse dinheiro dependendo da justiça.

Só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes de passar ao Secretário para as respostas, só uma questão com relação a 156. O senhor disse que foram transferidos recursos da Secretaria de Governo, 60 milhões, para Sempla, certo? Aí eu estava olhando aqui, na questão do 156, o valor que tinha sido orçado pela prefeitura e o que já foi liquidado até setembro é muito próximo dos 60. Então a minha dúvida é se o valor que está estimado para Sempla, para o 156, daria conta desse novo processo licitatório que o senhor informou que será realizado.

Da minha parte é essa dúvida. Passo ao senhor para as respostas aos vereadores, em seguida às perguntas dos presentes.

Anuncia a presença do Vereador Donato.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado, Vereador. Bom dia, Donato.

Vou começar pela primeira pergunta do Vereador Ricardo Nunes, que também o Vereador Aurélio Nomura tocou na questão: a renegociação da dívida. Vou falar por alto, porque depois a Secretaria de Finanças também vai expor e dar maiores detalhes, porque está na competência deles, eles que acompanharam, fizeram todo o processo de renegociação. Vou dar só algumas informações a respeito do que foi perguntado. Em primeiro lugar, ainda não está claro se vai se abrir de fato espaço no fluxo ou não, ou seja, se de fato vai se reduzir o percentual que a gente paga da receita, porque isso vai depender ainda de regulamentação posterior e do entendimento de como é que se vai aplicar o desconto na dívida, uma vez que se fizer a revisão do indicador; então isso ainda não está claro.

Há, sim, possibilidade de ter inclusive uma redução no fluxo, o que vai dar um alívio financeiro no pagamento dos encargos da dívida, mas também há possibilidade de permanecer nos 13% da receita corrente líquida e, portanto, o único respiro é abrir a possibilidade de tomar novos empréstimos, uma vez que a gente está hoje em mais ou menos 200% da dívida com relação à receita corrente líquida. O limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 120%. Com

a revisão do indexador a gente diminuiria o estoque da dívida e poderia tomar novos empréstimos que caíam abaixo do limite.

Mas na verdade ainda não dá para saber. Depende de como vai ser a interpretação dada, de como é que você abate o desconto, uma vez revisto o indexador. Não está claro ainda se vai mesmo abrir espaço no fluxo ou se só vai abrir espaço para novo endividamento. A Secretaria de Finanças vai explicar isso com mais detalhes depois.

Continuando com as perguntas do Vereador Ricardo Nunes, com relação à Prodam, talvez eu tenha me expressado mal, mas eu quis dizer o seguinte, quando eu coloquei Prodam ali com outras secretarias, eu não quis dizer que na Sempla há despesas da Prodam sendo realizadas... despesas de outras secretarias com a Prodam sendo realizadas na Sempla. Ainda tem algumas, mas já diminui bastante, porque a gente fez todo um processo de descentralizar, passar várias coisas que a Sempla pagava pelos contratos da Prodam para as demais secretarias. Por isso que muitas secretarias estão tendo aumento de gastos com a Prodam.

Muitas coisas estavam centralizadas na Sempla e decidimos descentralizar para que a execução do contrato seja mais bem acompanhada, porque a gente estava com uma série de despesas com a Prodam realizadas na Sempla e a gente não tinha o controle da execução, não está acompanhando a execução. Então, até por uma questão de gestão mesmo, passamos várias coisas para as demais secretarias, por isso várias delas tiveram aumento.

Por outro lado, o que ficou na Sempla daqueles 64 milhões, o que eu quis dizer não é que é uma despesa que a Sempla realiza com outras secretarias, mas simplesmente que é uma despesa que a Sempla realiza e que não é exclusivamente para ela. São despesas com sistemas estruturantes que servem para toda a prefeitura e não à Sempla. Entendeu, Vereador? Esse foi o critério, na verdade. Não queria dizer que estava realizando uma despesa por outra secretaria, mas meramente que realizamos uma despesa que é competência nossa,

mas que o fruto daquela despesa beneficia as secretarias, uma vez que são sistemas estruturantes.

Com relação à dotação de bolsas-auxílio nível superior e médio, 38.688 milhões, é a dotação de estágios que está centralizada na Sempla. Hoje, tirando a Secretaria de Educação, que é a única que essa despesa não está na Sempla – Educação tem o seu contrato próprio e faz sua despesa com estagiários de forma independente -, de todo o restante da prefeitura, todas as demais pastas, os estagiários são pagos nessa dotação da Sempla. Hoje são cerca de oito mil estagiários de ensino médio e superior, eles são contratados via CIEE. A gente fez uma licitação, o CIEE venceu a licitação e faz a seleção desses estagiários.

Com relação à despesa de pessoal e encargos sociais, na verdade a despesa está aumentando 11% relativamente ao que se espera executar no ano. Isso aconteceu também com a despesa de pessoal geral – já aproveitando para responder à pergunta do Vereador Aurélio Nomura. A gente não fez o Orçamento de 2015 baseado no Orçamento de 2014; a gente fez baseado na efetiva execução.

- Fala fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - O que acontece? Muitas pessoas foram aposentadas, e até por causa do pouco espaço orçamentário e também porque estamos a reestruturação das carreiras que está tramitando na Câmara, não realizamos concurso neste ano e pretendemos realizar no próximo ano. Teve uma série de gastos com pessoal que se reduziu por causa das várias aposentadorias, inclusive porque está aumentando...

- Fala fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Eu não tenho o número exato agora. Você tem? Sabe quantas aposentadorias teve? (Pausa) É que a gente não está aqui com a coordenadora de gestão de pessoas, que aí eles poderiam dar um número melhor. Podemos mandar para vocês depois quantas pessoas aposentaram. Mas sei que está crescendo aposentadoria, porque inclusive é isso que leva ao aumento muito forte dos gastos dos inativos, os inativos estão

crescendo bem acima dos ativos porque teve várias aposentadorias.

Então essa despesa com pessoal e encargo está crescendo 11% relativamente ao que a gente está projetando para execução, embora esteja crescendo menos com relação ao que foi orçado no ano passado. Mas o parâmetro que a gente está considerando mais realista é o executado e não o que foi orçado no ano passado.

- Fala fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – A previsão do aumento? Dos funcionários está crescendo cerca de 11% relativamente ao que a gente projeta executar. Com relação ao orçamento, você tem razão, comparando com o orçamento que era só 2,5. Todos os aumentos que foram negociados com os trabalhadores da educação, todos os aumentos, inclusive das novas carreiras que a gente já até colocou aqui a previsão, ainda que não saiba qual vai ser o resultado na Câmara, então dentro do orçamento estão atendidos.

- Fala fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Onze por cento é o que cresce o total relativamente ao que a gente projeta executar até dezembro. Essa é a nossa (ininteligível).

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, na realidade, nós podemos entender que esse orçamento vai ser alterado com relação aos valores projetados, ou não? Esses 4,95 bi seriam o valor total para absorver as novas contratações, reajuste dos funcionários.

O SR. SECRETÁRIO – Tudo que já está previsto está nesse valor, o que já foi acordado no Sinp, na negociação com os sindicatos, e o que já está certo de concursos que já estão em tramitação, que já foram solicitados, isso tudo está aí.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Para o próximo ano também?

O SR. SECRETÁRIO – Para o próximo ano, exatamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Qual vai ser o reajuste, Secretário, dos funcionários? O que se está pretendendo para o reajuste dos salários dos funcionários, especificamente da educação?

O SR. SECRETÁRIO – Para o ano que vem? O que a gente tem são os reajustes que já estão acordados, que já estão em vigor. Para o ano que vem não tem previsão porque, enfim, a gente criou o Sistema de Negociação e estamos negociando caso a casa, com cada categoria, com cada sindicato.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Mas esse reajuste de 2,5% resolveria todos os problemas?

O SR. SECRETÁRIO – Aí é que está, é que não é 2,5%. Se tiver novos reajustes depois, com os servidores, esses novos reajustes vão depender da projeção do aumento de receita que a gente está esperando...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então esse valor vai ser suplementado?

O SR. SECRETÁRIO – Aí pode ser suplementado, exatamente. Aí é a negociação. Dependendo das negociações a gente suplementa e, abrindo espaço, a gente pode dar aumentos maiores. Vai de negociação e vai depender do cenário que a gente vai ter no ano que vem.

O SR. RICARDO NUNES – Só para aproveitar e seguir a mesma linha, tem mais uma questão com relação a pessoal e encargos sociais, que a sua peça está 55 milhões e na nossa está 52.

O SR. SECRETÁRIO – Ah, é? Essa diferença eu não saberia dizer. Você sabe, Pedro?

- Falas fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Enquanto ele verifica, eu posso continuar respondendo. Com relação á Fonte 07, que também foi a pergunta do Vereador Dalton, o que acontece? Na 07 a gente colocou tudo aquilo que é projeto, ou seja, não dá para colocar na 07 o custeio. Contratos, que são de despesas permanentes, não daria para colocar numa fonte que é incerta. Então, naturalmente, acabaram ficando todos os projetos, os investimentos. A 07 basicamente tem isso, projetos e investimentos que, caso a receita não fosse realizada, a

gente não teria... Quer dizer, não que não teria problemas em cortar. Claro, tem problema para a cidade em cortar esses projetos. Entretanto, é onde você poderia ajustar, uma vez que você não pode reajustar em contratos e despesas correntes.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas, Secretário, só lembrando que nós estivemos discutindo e vimos o Leve Leite, que 30 milhões, se não me engano, estão dentro da Fonte 07.

O SR. SECRETÁRIO – O Leve Leite também está?

O SR. RICARDO NUNES – Pega o de ontem, da Guarda Civil.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Da Guarda Civil Metropolitana, Operação Delegada, 50 milhões, também Fonte 07.

- Fala fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, mas o Leve Leite, por exemplo, é uma coisa que nós não vamos ter recurso para o ano que vem.

O SR. DALTON SILVANO – Rodrigo, o problema é que... Está certo que não é custeio, nem poderia ser. Entretanto, ali você tem reforma, tem revitalização, melhorias de bairros, porque você tem que estar reparando, na verdade, os vários pontos...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Áreas de risco também.

O SR. DALTON SILVANO – Eu citei um exemplo que veio na minha cabeça mais rápido, que é uma escadaria. Quebraram todos os degraus, não tem corrimão, o barranco caiu etc., isso não está previsto, porque não é custeio; ou você quer fazer uma mureta, uma calçada. Isso eu sei, porque trabalho lá na ponta da Cidade Tiradentes que, aliás, se você pegar o outro mapa ali, os investimentos que... Tem um mapa que agrupa todos os investimentos de todas as fontes. Aí eu pego a Vila Mariana, 460 milhões de reais, 300 milhões para cá. Tudo bem, não sei se... Não é o túnel da Sena Madureira, mas são outros projetos que os bairros consolidados estão recebendo recurso. Aí olho para Cidade Tiradentes, olho para Vila Mariana, onde eu moro... Eu moro na Vila Mariana e adotei a zona Leste, em especial Cidade Tiradentes. Vila Mariana, 460 milhões; Cidade Tiradentes, 18 milhões. Ou seja, os

investimentos, por causa do Plano de Metas, por causa da estratégia do governo, são 18 milhões; na Vila Mariana, nesses bairros já consolidados, são 500 milhões.

O que resta, então, para os bairros mais periféricos? Resta ficar arrumando, como eu digo lá, as perfumarias, arruma uma escadaria, põe um corrimão, põe uma mureta para evitar deslizamento da terra, limpa um terreno. Isso não é custeio, mas é de extrema importância. Então você fala: Bom, na Vila Mariana, nos Jardins etc. eu vou tirar esse recurso, mas nas pontas da cidade, nas franjas, que são as mais carentes, eu fico preocupado. Eu pedi para colocar um corrimão, caíram três pessoas; não, não tem recurso nessa fonte aqui. Pedi para arrumar um escadão, também não tem recurso. Pedi para pôr uma mureta, também não tem recurso. Quem prejudica é o prefeito.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas nem na Vila Mariana, meu vizinho, porque na realidade esse ano eu tive que dar 100 mil reais, porque choveu, caiu um telhado lá. Eu tive de pôr 100 mil reais para fazer o telhado.

O SR. DALTON SILVANO – (Ininteligível) um corrimão. Você manda pôr uma luminária lá, toca a ligar para llume. Quer dizer, é tudo perfumaria, mas é uma perfumaria que quebra a perna do idoso, quebra... É complicado.

Então é isso, Rodrigo. Eu acho que nós temos que ter uma alternativa até votar em segunda, que é no final do ano, se esse dinheiro não for liberado - porque depois você pode fazer remanejamento -, nós temos que ter uma reserva de contingência para socorrer, porque senão é um desastre. Nem vou falar politicamente. Se fosse falar politicamente aqui, eu diria que é 2015, que antecede 2016. Se eu fosse falar, mas não estou falando.

O SR. RICARDO NUNES – Deixe colaborar com a sua fala, que é importante, rapidamente. O pessoal me trouxe a informação do que está condicionado à 07, que são os 789 milhões, o que mais tem é educação, 153 milhões. Depois tem a questão das subprefeituras. Não vou falar todas, mas só para ter uma ideia, Perus, de 25 milhões do total, 2,4 milhões é da condicionada; Pirituba, de 36 milhões, 3,5 milhões é da condicionada. E aí vai.

Então eu estava com a dúvida se todas têm...

O SR. DALTON SILVANO – O total que eu falei, 73 milhões, que a assessoria já me passou, são 9%. Mas eu falo não em termos relativos, falo em valores absolutos. Você coloca, ah, são 9% só, tudo bem. Mas você deixa de pôr três milhões em Grajaú, no M'Boi Mirim, na Cidade Tiradentes, Cidade Ademar. São três milhões, dá para fazer um bocado de coisas. Ah, são 9% só; relativamente “são só” vírgula. Mas em termos de valor absoluto é significativo.

O SR. RICARDO NUNES – Só para dar uma informação, para você ver como eu, Milton Leite, o Alfredinho e o Tatto estamos fracos. As que mais têm é Capela do Socorro, 6,4 milhões, e Parelheiros, 7,4 milhões. Parelheiros é o pior IDH.

O SR. DALTON SILVANO – Olha aí a Cidade Tiradentes.

O SR. RICARDO NUNES - Da Tiradentes não vou mostrar.

O SR. DALTON SILVANO – Vocês ficam defendendo muito ao zona Sul... (ininteligível). Vou falar com o Senival.

- Falas sobrepostas.

O SR. RICARDO NUNES – O pior IDH da cidade de São Paulo, que é Parelheiros, é a que mais tem condicionado: de 31 milhões, 7,4 é do (ininteligível).

- Falas sobrepostas.

O SR. DALTON SILVANO – Relator, você está com o compromisso aí de, junto à Sempla, viabilizar um zero zero.

- Falas sobrepostas.

O SR. RICARDO NUNES – Ermelino Matarazzo só tem 1,8 milhão.

- Falas sobrepostas.

O SR. DALTON SILVANO – Entendeu, Rodrigo? O relator está com o compromisso, junto à Sempla, de viabilizar uma Fonte 00. Deu para entender, não é? (Risos)

O SR. SECRETÁRIO – Podemos discutir. Mas só para complementar a explicação,

porque na verdade não tem nenhum critério... O critério que a gente usou para distribuir os recursos pelas subprefeituras de fato leva em conta o IDH, a população, a área, especialmente a vulnerabilidade social da região. Mas o que leva uma subprefeitura a ter mais 07 do que outra não foi nenhum critério de discriminação, é simplesmente que o critério foi projetos. A subprefeitura que tem mais projeto acaba tendo mais recurso na fonte 07. Na verdade é mais por isso.

A gente está bastante otimista, Vereador. Eu sei que você está pensando num plano b e a preocupação é legítima, mas o fato é que teve várias outras cidades. São Paulo foi a primeira que teve a sua lei barrada e é a última que vai ser julgada. Todos os demais casos até agora foram julgados e deram ganho de causa ao município. Então a gente não está contando, de forma alguma, achando que a chance é muito baixa de o TJ não aprovar a nossa lei e esse recurso não entrar. (ininteligível)

- Falas sobrepostas.

O SR. DALTON SILVANO – Beleza. Mas aí eu recorro à Lei de Murphy, então...

O SR. RICARDO NUNES – Você falou que o 07 está tudo onde é projeto, não tem custeio?

O SR. SECRETÁRIO – Isso. Pode ter alguma coisa, mas a maioria é projetos.

O SR. RICARDO NUNES – Operação delegada, 75 milhões. O Nomura falou aqui.

Isso não é projeto.

O SR. SECRETÁRIO – Então, (ininteligível) custeio que possa ser reduzido.

O SR. RICARDO NUNES – Mas não pode.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Esse é o critério.

P – Para a Operação Delegada, 75 milhões; 50 milhões estão na fonte 07. Se não houver a reversão judicial, não há Operação Delegada. Então, não é correta a informação de que está tudo em projeto, tem custeio.

- Falas simultâneas.

O SR RODRIGO ALVES TEIXEIRA – A maioria é projeto, mas é projeto ou outras despesas de custeio que possam ser...

P – Operação Delegada não é projeto.

R – Sim, mas é mais discricionário. Quer dizer, caso houvesse algum problema, poderia deixar ou diminuir a Operação Delegada. É nesse sentido, entendeu? Eu não poderia, por exemplo, deixar de pagar um contrato de serviço.

P – Tudo bem, mas não é correto falar que é só projeto, porque a Operação Delegada é um exemplo de que não é projeto.

R – Não, tudo bem, a maioria é projeto. O critério foi: primeiramente, projeto; em segundo lugar, outros custeios que possam ser discricionários, que a Administração possa reduzir. Mas a maioria é projeto.

Em relação às despesas do Diário Oficial, essa edição do DOC São Paulo, é um contrato que temos com o Imesp – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Inclusive esse contrato foi reduzido, porque, quando chegamos à Secretaria, no ano passado, eram impressos cerca de 3.200 exemplares do Diário Oficial e reduzimos em um terço, para cerca de mil exemplares; reduzimos de 7,5 milhões para 1,5 milhão, a fim de diminuir o custo do contrato em meio àquela renegociação que tivemos de diversos contratos.

Essa outra dotação que aparece aqui, de publicação de interesse do Município, é porque a LDO diz que as Pastas podem fazer publicidade quando ela diz respeito ao Plano de Metas. E como a Sempla tem programa de metas, reservamos esse recurso, que é um valor pequeno mais para divulgar o programa de metas como um todo, porque cada Pasta tem a competência de divulgar o seu Plano de Metas, as suas ações. A Sempla tem um programa de metas, tem a coordenação do programa como um todo. Então, para divulgar as ações de uma maneira mais geral, criamos essa dotação meramente para divulgação do Plano de Metas.

Respondo agora às perguntas do Vereador Aurélio Nomura. Em relação às dívidas, está esse cenário incerto e não sabemos se vai abrir espaço no fluxo ou se só para novos

empréstimos.

Em relação ao financeiro, os recursos que estão represados são fundos de operações vinculadas, operações urbanas especialmente. Mas já houve um progresso muito grande este ano ao conseguirmos executar o orçamento de diversos fundos que estavam represados. Já estamos progredindo no sentido de aumentar e conseguir utilizar cada vez mais esses recursos. Já houve um avanço bastante significativo, mas claro que ainda não conseguimos limpar tudo, porque há várias dificuldades intrínsecas do próprio uso de recursos desses fundos.

Em relação às transferências federais, há diversos problemas e, para resolvê-los, o Prefeito acaba de criar, por decreto, uma comissão de acompanhamento das transferências federais. Há uma equipe dedicada na Secretaria de Relações Internacionais e Federativas, que já estava fazendo estudos a respeito para tentar identificar onde estão os gargalos na vinda dos recursos federais, mas eles estavam fazendo isso sozinhos, e resolvemos criar uma comissão, composta pelos membros da JOF e também pela Secretaria de Relações Internacionais e Federativas. Inclusive colocamos alguns cargos lá para que essas pessoas fiquem exclusivamente dedicadas a acelerar essa tarefa. De qualquer forma, no primeiro ano, naturalmente, foi mais difícil, porque não conseguimos celebrar os convênios; uma série de convênios foi celebrada este ano e os recursos devem começar a entrar no ano que vem.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Aproveitando esse gancho, este ano, tivemos a suspensão, por exemplo, de dez corredores de ônibus. Um dos motivos foi essa falta de recursos, mas principalmente a falta de um projeto básico. Acho estávamos no limite de endividamento, tanto que o Tribunal de Contas fez um alerta em relação a isso, de que já estávamos ultrapassando o que reza a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a falta de um projeto básico fez com que se travassem todas as licitações, segundo o próprio Tribunal de Contas e até por solicitação desta Comissão, que fez um encaminhamento ao Tribunal de Contas. Então, o que estamos vendo é uma coisa básica que não está sendo levada a efeito

pela Prefeitura.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Eu diria que há três motivos principais para esses recursos não terem entrado. Um deles é este: em alguns momentos, foram erros da Prefeitura, como atrasos em projetos, etc. Para isto, portanto, que está sendo criada essa comissão: para identificar onde está o gargalo, se está na Prefeitura, no caso que V.Exa. citou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – É transversal, vai analisar todos os convênios e todas as transferências que podem vir das diversas Pastas. Outro motivo pode ser atraso do próprio Governo Federal, porque sabemos que ele está passando por dificuldades e, em virtude disso, estava segurando alguns repasses. Um terceiro motivo, também bastante importante, é o fato de que, com os recursos que deixamos de arrecadar pela Revisão da Planta Genérica de Valores com o IPTU, não tivemos recursos suficientes também para fazer uma série de contrapartidas municipais, o que também acabou fazendo com que alavancássemos menos recursos federais. Então, há uma série de razões, e esta Comissão foi criada exatamente para podermos acompanhar isso e identificarmos onde está o problema para tentar saná-lo o mais rápido possível.

P – Agora, não há uma interferência em relação a essa questão do déficit primário do Governo Federal?

R – Não entendi.

P – Essa questão de o Governo Federal ser obrigado a ter – assim como foi noticiado por todos os jornais – um ajuste fiscal violentíssimo, tendo em vista essa questão de equilibrar o déficit primário, que hoje está orçado em 20,399 bilhões até setembro. Não há essa questão também de o Governo Federal bloquear? A preocupação que tenho é que dificilmente vai conseguir superar e conseguir equilibrar para o ano que vem e vamos ter dificuldade de buscar esses recursos federais.

R – Espero que não. Na verdade, essa questão da necessidade de um ajuste fiscal

violento tem sido propagada por alguns meios de comunicação, mas o próprio governo sinalizou, nas eleições – e eu também acho que não vai ser assim – a postura de um ajuste fiscal não muito rigoroso agora, acho que vai ser uma coisa gradual. É o que eu estou esperando: um ajuste não tão rigoroso, até porque o governo sabe que a economia está caindo e fazer um ajuste fiscal drástico agora pioraria ainda mais a situação. Então, não acho que vai ser algo tão drástico.

P – Mas, e se houver esse ajuste fiscal?

R – Eu não sei se, nesse caso, o governo vai sinalizar primeiro em direção aos acordos que ele fez com os municípios. Espero que, com as boas relações que temos com a Presidência, a nossa situação seja mais confortável.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Registro a presença do Vereador Jair Tatto.

Respondidas as perguntas dos Srs. Vereadores, passamos a ouvir os inscritos. A primeira oradora é a Sra. Betânia Gonçalves, da Secretaria Municipal de Licenciamentos.

A SRA. BETHÂNIA GONÇALVES – Bom dia, Srs. Vereadores, Sr. Rodrigo e demais presentes. Sou arquiteta na Secretaria de Licenciamentos e a minha pergunta é em meu nome e em nome de todos os meus colegas. Existe previsão, para 2015, de recursos para aplicação do artigo 1º da Lei 13.303, relativa à revisão geral anual para engenheiros e arquitetos, além da aplicação do artigo 2º, cujo resultado é zero?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Uni São Paulo Trabalho e Empreendedorismo. O que vou relatar é o seguinte: a cidade de São Paulo abriga o planeta em pequenos, médios e grandes eventos. A cidade de São Paulo recebe anualmente cerca 11 milhões de visitantes e, dos que se hospedam na rede hoteleira da Cidade, 28,6 são estrangeiros. A Cidade tem cerca de 12.800 restaurantes, 15.360 bares, 585 churrascarias e

668 restaurantes, 3400 padarias que produzem cerca de 10 milhões de pãezinhos por dia e 1200 pizzarias que produzem cerca de 1200 pizzas por dia.

Quanto à apresentação do Secretário Chico Macena, acho que deve se rubricar as verbas de cada evento. Por exemplo, 50 milhões para o Grande Prêmio de Fórmula 1. Temos outros eventos, como a Super Copa, que pode gerar um grande retorno financeiro.

A minha sugestão é que em vez de dar aporte ao evento esportivo, por que não se planeja o orçamento para investir nesses eventos? Essa seria uma sugestão.

Pergunto ao Secretário sobre a Ponte Raimundo Pereira. Não sei por que essa ponte levou esse nome. Quero saber quem é o Raimundo Pereira. Quando a Erundina estava na Prefeitura, víamos um projeto para a construção dessa ponte e nas 61 audiências públicas do PDE e das 35 do Plano de Meta apresentamos a tese da construção dessa ponte, que é de grande relevância para a mobilidade da Cidade. Por que não dar o nome da comunidade que ajudou a construir? Ponte do Nordeste ou de outra comunidade. Quero saber quem é esse Sr. Raimundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Maria José do Rosário.

A SRA. MARIA JOSÉ DO ROSÁRIO – Bom dia.

Sou uma jovem que representa a Exa. Presidenta Dilma Rousseff. Ela mandou que eu buscasse os meus direitos na Defensoria, da Liberdade, na Prefeitura e na Câmara Municipal.

Hoje é uma data histórica. Sou da família Rosário e por que existem igrejas do Rosário aqui e nenhum padre me dá um real? Então, tantos Vereadores falam em bilhões e para mim não chega um milhão?

Então, faço uma notificação: todos os senhores serão convidados para uma sabatina judicial e vão ver a verdade e a riqueza jorrar através do meu pensamento e da minha

dor. Eu sou mesmo assim.

Eu pedi para a Presidenta Dilma a solução de todos os problemas de São Paulo: o Jornalista Willian Bonner para presidente de São Paulo e para comandar a presidência da República, porque 58 procuradores federais não quiseram me receber.

São Paulo não deve um real para a Presidenta Dilma Rousseff e eu sei muito bem como libertar São Paulo dessa escravidão. Vou entregar esse documento para o Presidente da Câmara e todos vocês podem mandar um *e-mail* para a Presidenta Dilma Rousseff agradecendo: “Muito obrigada por sua embaixadora Maria José Abreu do Rosário, escritora e dona do livro *Código de Ética*”.

Hoje, sim, começa a jorrar riqueza para cada um, com o Sr. Willian Bonner, Presidente do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Secretário, parece que não houve perguntas, salvo melhor juízo. (Pausa)

O próximo Secretário é o do Iprem e o da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Peço ao Sr. Vereador Jair Tatto que assuma a presidência.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo.

- Assume a Presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Bom, a única questão direcionada à Secretaria de Planejamento foi com relação ao reajuste geral.

No ano passado, desde que assumimos, optamos por negociar categoria a categoria. Já falamos isso bastante aqui, no ano passado, porque vimos que havia várias categorias que estavam muito mais defasadas do que outras. Então, optamos primeiro por fazer os reajustes negociando categoria por categoria e reabrir o sistema de negociações.

Portanto, já corrigimos diversas distorções. É claro que ainda há muita coisa para

fazer, na medida em que nos últimos oito anos os servidores tiveram reajustes, de fato, muito baixos nas gestões anteriores, reajustes de 0,01. A gente já deu aumentos significativos para diversas categorias, especialmente para os Ensinos Básico e Médio. Houve correções muito fortes, no ano passado, de 70% e 40% respectivamente; e estamos ainda negociando com diversas categorias, uma a uma, exatamente porque existem distorções muito grandes. Se a gente dá um reajuste geral, mantêm-se as distorções, e não conseguirão ser corrigidos aqueles que ficaram mais defasados.

Se, no ano passado, fosse dado um reajuste geral, por exemplo, para todo mundo, os servidores dos Ensinos Básico e Médio não teriam tido os aumentos que tiveram, de 70% e 40%. Pelos estudos que a gente fez, eram os servidores que mais precisavam de reajuste, porque estavam realmente muito defasados.

Nesse orçamento que a gente fez agora, o que está previsto é aquilo que já foi acordo. Com relação ao reajuste geral, a gente já se comprometeu inclusive, em diversas audiências públicas, a renegociar, com os sindicatos, essa lei do reajuste geral, que está sendo discutida de novo e vai ser levada novamente para a mesa do SINP(?). Vai ser fruto de negociação como a gente vai fazer a política de reajuste geral, a partir daqui.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Quanto à Secretaria Municipal de Educação, se formos ver pessoal e encargos sociais, V.Exa. havia mencionado que a fonte 07 não seria utilizada, mas nós temos aqui a proposta de 90 milhões de reais para 2015.

NÃO IDENTIFICADO – Isso é por conta da vinculação. Por que a Secretaria Municipal de Educação é a que mais tem recursos na fonte 07? Porque há a vinculação constitucional da receita da Educação. Então, na medida em que não entrar o IPTU, também vai ser menor o orçamento da Educação, por conta disso, pela vinculação.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas aí diz respeito ao pagamento do pessoal, da folha de pagamento. (fora do microfone)

R – Pode ser novos concursos. Eventualmente se essa receita na entra, a

Educação vai ter que se enquadrar numa receita menor e, conseqüentemente, deixarem de fazer concursos ou algo do tipo. Por isso, a Secretaria Municipal de Educação é a que mais está(?) lá dentro, porque tem 31% da receita tributária.

O SR. RICARDO NUNES – Então, a Prefeitura está discutindo categoria por categoria. Isso é importante, porque há distorções. Então, no caso do subsídio, estão dando um ganho maior para o funcionário. Está havendo debates na Casa. Todos os dias, há um barulhão. Então, com relação ao subsídio, pelo estudo que os senhores têm, realmente a maioria da categoria é atendida. Isso dá um reflexo maior também na folha de pagamento.

R – Exatamente. É atendida a maioria dos servidores da categoria, especialmente permitindo que a gente aumente bastante o salário de entrada. Aliás, com o salário de entrada atual, três mil reais para um contador ou engenheiro ou qualquer carreira que ganhe menos de três mil reais, a gente não consegue atrair ninguém. Para o último concurso para contador que a Secretaria Municipal das Finanças fez, abriram cem vagas, passaram trinta e entraram vinte e cinco; e, daqui a pouco, daqui a um ano, haverá quinze. Então, com esses salários, é impossível a gente conseguir trazer pessoas. Então, as novas tabelas que a gente apresentou, para o Ensino Superior, na carreira de subsídios, até 2016, vai quase dobrar. Haverá um aumento de mais 100% nos níveis iniciais de carreira. Isso vai possibilitar a gente atrair servidores por concursos. Não estamos conseguindo isso.

O SR. RICARDO NUNES – Então, o que fica pendente só da sua secretaria é detalhar essa questão para gente, da Prodam, dos 64 milhões de reais, o que se refere cada um e a real necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Declaro encerrada a audiência pública da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Convido o Sr. Fernando Rodrigues da Silva, representante do Ipem, Instituto de Previdência Municipal, para fazer parte da mesa. Seja muito bem-vindo.

Declaro aberta a audiência pública do Orçamento para 2015, para tratar da pasta

do Instituto de Previdência Municipal.

Tem a palavra o Sr. Fernando Rodrigues da Silva.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Bom dia, Sr. Presidente e integrantes da Comissão de Finanças e Orçamento. Em nome do Sr. Presidente, nobre Vereador Jair Tatto, faço as minhas homenagens aos demais Vereadores presentes. Nós vamos colocar aqui a nossa proposta orçamentária de 2015. Enquanto estão sendo feito esse trabalho, de mostrarem os valores referentes a nossa receita e despesa, vou falar um pouco sobre o nosso plano de trabalho, nosso plano de ação para o exercício de 2015. Como foi visto, no projeto de lei aprovado por esta Casa, em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela primeira vez na história do Regime Próprio de Previdência do município de São Paulo, houve a explicitação do déficit previdenciário desse regime. Então, nos últimos dois anos, nós viemos desenvolvendo estudos, para averiguar o tamanho da previdência do servidor público municipal. No caso da Previdência, além da questão dos Planos Purianuais e também dos orçamentos anuais, nós trabalhamos uma obrigação decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal, de fazer a projeção do custo previdenciário em 75 exercícios.

Então, no projeto de lei e na lei da LDO de 2015, constam, no anexo, em atendimento ao inciso IV da Lei Complementar, Lei de Responsabilidade Fiscal, nós apresentamos, em atendimento inclusive a uma determinação do Tribunal de Contas do município e também do Ministério da Previdência, a explicitação do tamanho do déficit ou da necessidade de financiamento do regime previdenciário da geração atual e das gerações futuras de servidores.

Nesse levantamento, nós fizemos três estudos e apresentamos aquele com o menor impacto, uma vez que há uma necessidade de se aprofundar, em novos estudos, a questão desse custo previdenciário. Nós estamos vivendo, no município de São Paulo, um processo de maturidade da sua população de servidores. Então, os concursos realizados há cerca de 20 anos ou 25 anos começam a dar o seu fruto, na medida em que está ocorrendo

um elevado número de aposentadorias.

Para se ter uma ideia de grandeza, em 2013, em 35 anos, houve o maior número de concessões de aposentadorias no município de São Paulo. Cerca de 5.004 aposentadorias foram concedidas. A despesa previdenciária tem uma peculiaridade bastante importante. Nós estimamos essa despesa previdenciária, mas, no decorrer do exercício, ela pode ter variações, ainda que a gente tenha acompanhado, nos últimos cinco ou seis exercícios, uma evolução de 11% em relação a cada exercício anterior de incremento na despesa previdenciária.

Como eu disse, a despesa previdenciária guarda, em si, a seguinte característica: Nem todos os servidores que atingiram todas as regras previdenciárias optam por requerer o benefício logo após atingir a essas regras. Então, eventualmente nós estamos percebendo que o servidor pode postergar, objetivando atingir uma melhor regra que lhe favoreça, em dois ou três anos após atingir a primeira regra em que poderia requerer o benefício. Então, essa forma de procedimento, essa característica impacta na forma como acabam estimando a despesa.

Há uma divergência em relação aos estudos no município de São Paulo. Para um estudo, há cerca de 12 mil servidores, e para outro há cerca de 20 mil servidores que teriam condições de se aposentar hoje no município de São Paulo, se houver variação no executado, ao final, em decorrência dessa situação particular da previdência.

Então, praticamente aí os benefícios previdenciários estão orçados em quase 5,5 bilhões de reais. Há necessidade de cobertura da insuficiência financeira que nós estamos apurando para esse exercício, em cerca de 47% desse valor. Então, descontando-se as receitas correntes, considerando como contribuições dos servidores e contribuições patronais dos órgãos aos que esses servidores estão vinculados, isso vai representar 52% das nossas receitas, e 47% referem-se à cobertura do Tesouro para pagamento dessa despesa previdenciária.

O custo Iprem, o custo do órgão gestor de Previdência é menos do que 1% do total dessa despesa. Nós estamos prevendo, ainda para 2015, um plano de ação que visa a se

adequar... É fato público e notório que a lei 13.973, aprovada em 2005, previa a implantação do órgão gestor pleno no município de São Paulo. O fato é que atualmente o Iprem consolida a questão contábil e faz o pagamento dos benefícios previdenciários, mas a gestão plena, que previa dois anos para a sua implantação, foi postergada, mais de uma vez, e hoje ainda estamos num processo, para que isso se efetive. O fato é que não foi criada a infraestrutura necessária, para que o Iprem assumisse, de fato, a gestão plena.

No orçamento de 2015, estão previstos o incremento e o suporte administrativo e também para investimento, inclusive em sistema de gestão, para dotar(?) o Iprem dos meios necessários para que possa, enfim, assumir a gestão previdenciária plena. Isso também tem afetado... O fato de não haver a gestão plena unificada no Iprem, de certa forma, prejudicou que a municipalidade compreendesse o custo da sua previdência, não só para gerações atuais, mas para gerações futuras. Então, no estudo atuarial de impacto constante da LDO de 2015, nós estamos estimando um déficit acima de 74 bilhões de reais, em 75 exercícios para o regime previdenciário do município de São Paulo. Portanto, isso dá uma demonstração...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Na avaliação da situação financeira atual, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fical, como anexo da LDO, temos de apresentar a situação do regime previdenciário.

Até a LDO anterior, não estava explicitado o tamanho da necessidade de financiamento em 75 exercícios. Então você só explicitava a necessidade de financiamento ou *déficit* de cada exercício ou de exercícios subsequentes, por exemplo, em PPA.

Só que para efeito...

O SR. RICARDO NUNES – Só para traduzir, o que quer dizer 75 exercícios?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA - Setenta e cinco anos.

Então é como se eu pegasse aquela necessidade de cobertura de insuficiência financeira, mais as receitas, menos as despesas ali, essa necessidade visa justamente o

déficit. São projetados os 75 exercícios, utiliza-se uma taxa de desconto, no caso de 6% e traz a valor presente.

Portanto, o *déficit* previdenciário do Município de São Paulo é muito superior à dívida, por exemplo, que ele tem com a União.

O SR. RICARDO NUNES – E aí o *déficit* ficou em quantos bilhões, nos 75 exercícios?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA - Com a posição mais conservadora, menos conservadora, na verdade, em 74 bilhões aproximadamente.

O SR. RICARDO NUNES – Só para entender a matemática, sei que o Presidente não abriu ainda para os Srs. Vereadores, mas, pela oportunidade, só para podermos esclarecer já que está dentro da linha.

Se multiplicarmos 2,6 bilhões por 75, daria mais de 150 bilhões. Aí, o senhor está falando em 74?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA - Então tem uma taxa de desconto a ser feita e tem outras variáveis que dependem da característica da massa de servidores.

A quantidade de aposentados hoje será diferente da quantidade de aposentados daqui a dez, 15 ou 20 anos. Então a necessidade de financiamento vai aumentando.

Se fosse numa conta simples, somatório de todos os exercícios conforme o estudo autorial, o valor seria R\$ 400 bilhões. É que você utiliza uma taxa de desconto e traz a valor presente, e chega nesse total.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) - Superintendente, eu cometi um equívoco quando o senhor começou a falar. Pediria que o senhor, considerando minha falha, aqui na presidência, o nome e a função. É isso, Sr. Relator, em função do registro pelas notas taquigráficas.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Meu nome é Fernando Rodrigues da Silva e eu sou Superintendente do Iprem – Instituto de Previdência dos Servidores do

Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto – PT) - Muito bem, muito obrigado.

Considera encerrada a primeira explanação? De sua parte?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto – PT) - Vereadores inscritos? (Pausa)

Vereador Ricardo Nunes, por favor, para suas indagações.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado.

Dr. Fernando, situação difícil a sua, hein? Sempre comentamos, na Comissão de Finanças, a preocupação com relação ao Iprem até pelo que o senhor está nos apresentando.

Então eu farei minhas colocações na qualidade de Relator. Primeiro, da Peça, de uma forma simplificada, e, depois, de uma forma mais ampla.

Dentro da Peça, Dr. Fernando, temos Manutenção de Sistema de Informação e Comunicação que o senhor usa, da Fonte 06, em 2014 foram 3 milhões, e está proposto aumento de 13%, para 3,4 milhões, aumentando R\$ 400 mil.

Por se tratar só de manutenção de sistema, o senhor puder, depois, nos explicar o porquê do aumento de R\$ 400 mil só na Manutenção de Sistema de Informação. Assim podemos entender melhor.

Tem aqui, também, a Construção, Aquisição e Reforma de Sedes Administrativas. Está previsto um milhão e sessenta. Terá, quer dizer, vai mudar de prédio, qual é a expectativa a esse um milhão e sessenta?

Depois aparece novamente: Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Comunicação. Também usando a Fonte 06: R\$ 4.920 milhões. O senhor vai desenvolver algum sistema lá? Queria entender qual é o sistema e se haveria necessidade dos R\$ 4.920 milhões?

De uma forma geral, temos esse problema do *déficit* da Previdência e essa Casa votou e aprovou um projeto de lei, é a Lei 15.080, dentro da qual foi disponibilizado ao Iprem mais de 1,5 mil imóveis. Fiz um requerimento através da Comissão de Finanças perguntando

ao Iprem se esses imóveis já haviam sido vendidos ou leiloados; se estão parados: se estão gerando custos para a Cidade por conta de manutenção, de IPTU, de condomínio. É que há muitos apartamentos e muitos desses imóveis em áreas nobres da Cidade.

Então é importante sabermos, Dr. Fernando, quais foram as providências tomadas com relação a esses mais de 1,5 imóveis à disposição do Iprem, para poder minimizar seu *déficit*. E se eles estiverem sem que fossem tomadas providências de venda etc., quanto está gerando de custos para a Cidade a manutenção deles?

Afinal, são muitos imóveis, são vários apartamentos, imagino o que deva estar correndo despesas de condomínio, de IPTU, manutenção, se estão vazios, ocupados, alugados, invadidos, enfim, é algo bastante preocupante.

Aproveito para fazer essa colocação, de que mandei o requerimento e até hoje não recebi resposta. Trata-se do requerimento da Comissão de Finanças, que é importante.

Se o senhor quiser ir respondendo essas, agradeço e, depois, eu continuo, pois temos bastante dúvidas com relação ao Iprem, até por conta da situação financeira em que se encontra.

E se o senhor tiver alguma colocação a fazer com relação aos planos do Iprem para tentar minimizar essa situação de *déficit* financeiro, porque, veja, da Fonte 06, não consegue mantê-la, então, está dependendo muito da Fonte 00 que é recurso do Tesouro e temos 2,5 bilhões dessa Fonte 00 que está tendo de ser utilizado e aportado ao Iprem por conta de que, na Fonte 06, o Iprem não tenha conseguido se auto sustentar.

Por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto – PT) – O senhor prefere responder ou aguardar a intervenção do Vereador Aurélio Nomura? Daí, já atende.

Com a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Gostaria de cumprimentar o Sr. Fernando, Superintendente do Iprem, bem como o nosso Secretário Adjunto de Finanças Sr. João Antonio

Paulo, que está presente. E, até fazendo referência a V.Exa., Dr. Paulo, que, na primeira audiência que tivemos, aqui, um dos assuntos abordados diz respeito a essa questão do déficit dessas contas do Iprem.

Fizemos um questionamento, até preocupados, pois parece-me que o déficit das contas do Iprem vem aumentando na proporção de 500 milhões por ano.

Nessa primeira audiência, e na audiência inaugural, quando contamos também com a presença da Secretária do Planejamento, V.Exa. mencionou que fizemos aquele questionamento sobre o equacionamento, ou melhor, um estudo para equacionar esse enorme déficit crescente, então, parece-me – não sei, pelo que entendi – é que não existe ainda um trabalho sendo desenvolvido para essa questão. Não sei se eu desconheço.

Então, depois, gostaríamos de ouvir e passar, também, para o Superintendente.

E tenho a preocupação também de que nós sabemos que temos cerca de 32 mil servidores que podem se aposentar hoje. Então gostaria de saber do Superintendente do Iprem qual o impacto com relação a essas aposentadorias?

Eram essas as propostas e, posteriormente, nós retomariamos essa discussão.

Sr. Presidente, poderíamos até chamar nosso Secretário Adjunto, Dr. Antonio Paulo para participar dessa reunião e já faríamos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto – PT) – É uma questão de procedimento. A próxima Secretaria seria exatamente a Secretaria de Finanças.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - Seria interessante, pois ele já estaria aqui e já participaria. Um convite a ele, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto – PT) – Convido a ele, Dr. Paulo, por favor, para participar da nossa Mesa, aqui,

Vereador, o senhor pede a ele também que ele dê uma explanação?

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – É, pelo que entendi na última discussão que

tivemos, na inaugural, na audiência inaugural, entendi que a Prefeitura não tinha ainda nenhum estudo com relação a minimizar esse *déficit* com relação às contas do Iprem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – Obrigado, Dr. Paulo, e com a consideração também do Sr. Fernando Rodrigues, passo, na ordem, para o Dr. Fernando e, em seguida, para o Dr. Paulo.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Primeiro, em relação à questão de Manutenção de Sistema de Informação. Na verdade, o coração de uma previdência, hoje, é o seu sistema de informação e a base de dados.

Para vocês terem ideia de grandeza, o Regime Geral de Previdência, que é o INSS, tem uma empresa exclusiva para tratar da sua base de dados que paga a maior folha de pagamento do mundo, que é a Dataprev.

Então previdência tem de ter sistema de gestão e base de dados.

Se os empregadores, ou órgãos de vínculo funcional, têm a sua base de dados vinculada para efeito da sua relação de trabalho, em paralelo, a previdência tem de ter a sua informação, pois um benefício previdenciário pode durar mais do que cem anos. Então, portanto, você tem de trabalhar no desenvolvimento de sistemas.

No nosso caso, temos esses sistemas de manutenção são aqueles normais ordinários utilizados pela Previdência ainda para gestão que eles chamam do modelo de Caixa de Pensão. O Iprem ainda funciona, quer dizer, a principal atividade dele, é fazer a gestão e a concessão das pensões. Então a manutenção do sistema de informação é vinculada mais para isso.

O SR. RICARDO NUNES (PSDB) – Mas, Dr. Fernando, o senhor falou do Dataprev, aqui, vocês têm previsto gastar 3,4 milhões, armazenando com as informações de *mainframe*? Porque o Dataprev fez com baixa plataforma. O Dataprev fez, há pouco tempo, uma contratação com armazenamento dos dados do Ministério do Trabalho que tem Caged, um volume de informações com baixa plataforma.

Então queria saber se o Iprem está preocupado em perguntar à Prodam se vocês estão pagando por algo que, de repente, pudesse ser mais barato. É isso.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Na verdade, é o seguinte: o desenvolvimento dos sistemas que estão aí, basicamente, são ferramentas, são *software*, e mais o apoio técnico que a Prodam oferece para a instituição.

O que estamos colocando aqui, a perspectiva de, conjuntamente, nós, que temos a expertise em relação à atividade previdenciária, mais a equipe da Prodam, no sentido de começarmos a desenvolver um sistema. Tanto é que fizemos um termo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência, ou seja, aderimos ao Siprev, que é o Sistema de Gestão Previdenciária, fornecido pelo Ministério da Previdência – que é a Dataprev que faz -, para podermos iniciar, pelo menos, as diretrizes básicas para o desenvolvimento de sistema.

Portanto, são duas coisas diferentes. O sistema de informação e suporte administrativo, sustentação de TIC, que são esses 3 milhões que estão aumentando para mais 400 mil; e a perspectiva de começarmos a trabalhar no desenvolvimento de bancos de dados, formatação de bancos de dados. Estamos assinando esse ano, um termo de cooperação, como eu disse, com o Ministério, com a cessão de alguns equipamentos, para começarmos a formatar a base de dados com viés, estritamente, previdenciário. Organizando todas informações e aí no segundo momento, cair para o desenvolvimento do sistema de gestão de previdência, ou seja, algo que possa compatibilizar esses estudos, que estamos desenvolvendo aqui, entrando na questão do porquê, qual o impacto com em relação a questão da despesa previdenciária, em relação a perspectiva de que há 32 mil servidores em condições de se aposentar. Segundo, estudo atuarial que fizemos, essa quantidade, cerca de 16 mil pessoas, que daria o incremento, por volta de 900 milhões de reais. Como eu disse, considera, tecnicamente, na Previdência como eminentes. São aqueles que atingiram as condições para ser aposentar, mas por qualquer motivo, ainda não requeiram. O problema é que a base de dados e as informações no Município de São Paulo tem um grau de

precariedade muito grande.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, V.Exa. apresentou 16.629, isso dentro da base de V.Exa. acabou de mencionar que tem uma precariedade.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Exato.

P- Mas dados, que temos, falamos em 32 mil servidores. O que nos preocupa, o que na realidade estamos dobrando esse número, e vamos ter um déficit de dois bilhões, no mínimo, por ano, a mais.

R- Esse estudo é com base, para você fazer o estudo de impacto das pessoas que têm condições de se aposentar precisamos saber o tempo anterior das pessoas. No regime geral isso é mais tranquilo, porque tem uma certidão de tempo de serviço e de tempo de contribuição. Se isso está averbado dentro do sistema de gestão de pessoal, você consegue prevê, estimar, parametriza quais são as regras para concessão de benefício previdenciário: homem, mulher, professor ou não. O fato é o seguinte, por conta da falta dessas informações estarem colocadas em uma base de dados e pela falta de um sistema de gestão, o atuário, que faz o cálculo, ele estima a probabilidade de ter esse grupo de pessoas com as condições. Ele vai buscar essa informação na nossa base de dados, se a base de dados, tem falha, naturalmente, o estudo ele vai ter uma precariedade da informação. Estamos em um processo no sentido de organizar as informações...

O SR. RICARDO NUNES – O senhor não tem informação?

R – Tenho sim, está aqui, Estudo atuarial, diz que são 16 mil pessoas em condições de apresentar.

P – O senhor falou que não é confiável essa informação?

R – Estamos em um processo de aprimoramento dessa informação.

P – O que justifica o senhor pagar três milhões para a Prodam e não ter informação.

R – Isso aí é sistema de sustentação, tais como, por exemplo, gestão de

pagamento de benefícios, questão da contabilidade. Estamos em processo de desenvolvimento de bases de dados e estudos atuariais que vão aprimorar. Ano que vem...

P – O IPREM não tem a base de dados?

R – Tem a base dados, mas ela não está com a confiabilidade necessária. Cada estudo atuarial, - fizemos três estudos atuariais – esse estudo atuarial avalia que tem 16 mil. Temos um anterior que diz que são 20 mil pessoas em condições de se aposentar. Só que o déficit ele sairia de 74 bilhões para 132 bilhões. A questão é seguinte: porque, uma vez aprovada aquela Lei 13.973, que daria as condições e infraestrutura para o Iprem fazer a gestão previdenciária, porque até então o Iprem, não faz a gestão plena. Está em processo, é isso que procuramos retratar no orçamento para 2015, de criar as condições objetivas, inclusive em relação a questão de sistema, estudos atuarias que permitam apurar com mais clareza, e fidedignidade a questão da base de dados. Estamos dizendo que estamos em processo, porque cada atuário ele tem sua forma de estimar o cálculo, a questão é a seguinte: quais são os entes federativos que explicitam seu déficit da forma de como estamos fazendo. Essa é a pergunta. Para chegar nesse nível de informação que estamos apresentando aqui, significa que já foi feito um trabalho significativo no sentido de organizar as informações com viés previdenciário e não de trabalho. No sentido de que possam ser apurados os custos. E os três milhões de reais que o IPREM tem, é para gerir o modelo de previdência anterior. Tanto, que a 13973 aprovada por essa Casa teve prazos para a criação da infraestrutura necessária e o IPREM está passando por um processo de criação dessa infraestrutura necessária para dar conta desse seu objetivo institucional.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Dr. Fernando, não estamos empurrando isso com a barriga para as próximas gestões? Porque essa batata quente aqui não é brincadeira. Se formos verificar que, já, partindo do propósito que a base, há necessidade de uma profundidade e os dados que V.Exa. falou de 16, posteriormente, de 20, temos dados de 32, nos assombra, porque, já o déficit que temos é um negócio monstruoso, com mais essa base,

ainda que haveria, já a necessidade, não é só dessa questão dessa administração, mas é de fundamental importância, porque já quebramos o IPREM.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aproveitando a palavra de V.Exa., gostaria de saber o repasse do Tesouro Municipal para o IPREM no ano de 2012. V.Exa. tem o valor? Qual o repasse de 2012? Fonte 00, ao IPREM; depois 13, 14. Qual a perspectiva de crescimento de novos aposentados ao IPREM desses mesmos anos: 12, 13, 14 e 15. O senhor tem a perspectiva de novos aposentados que teremos no IPREM? Saíram do quadro ativo, para inativos?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – 12, 13, 14...15, posto ali.

P – 15, é a perspectiva...

R- Vamos ter de buscar essas informações. Não tem problema não. Ano passado, em 2012, tínhamos 3500 a 3700 aposentados. Esse número, ano passado, alcançou 5004 novos aposentados...

P – Novos aposentados? Foram: 3000, 5004...

R – Sim. 3500, 3700 e alcançou seu ápice em 2013 com 5004.

P – Em 2014, a expectativa?

R – A expectativa é um número próximo desse do ano passado...

P – De 5004? Vamos falar 5000 mil. 5000 mil novos aposentados. Se o senhor olhar o diferencial aí chegamos a um valor. Temos o repasse de 2013, para 2012, foi um crescimento da ordem de 800 milhões?

R – 800 milhões, para?

P- A mais do recurso do aporte da Prefeitura. Aporte anterior. Da Prefeitura, foi em 2013, 2,1bilhões. Não é isso? Em 2012, se não me engano, o senhor está com o gráfico aí? Valores?

R – A receita previdenciária total, despesa previdenciária e o resultado previdenciário, que é a necessidade de financiamento ou (Inaudível).

O SR. MILTON LEITE - Ou o repasse do Tesouro.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Exatamente.

P – Em 2012. Oitocentos milhões, é isso?

R – Em 2013 nós temos duas situações que precisam ser colocadas.

Primeiro: o pagamento de um precatório de 194 milhões. Nós tivemos que pagar, e isso foi importante ressaltar.

P – Duzentos milhões?

R – Cento e noventa e quatro milhões com o único precatório da Associação das Pensionistas em face do Ipem foi efetivado o depósito e o pagamento desse valor.

P – Mas, então, tudo bem. Vamos então para dois mil e... Que essa diferencial (?) nós vamos desconsiderar...

R – Não, mas isso que é importante. Então tem isso. E o impacto do reajuste das categorias que foi realizado no ano passado, médio e básico, também deu um impacto de cerca de 220 milhões a mais. Então só essas duas...

P – São 400 milhões.

R – Foram 400 milhões, sem contar com o crescimento (Ininteligível), ou seja, a quantidade de novos ingressantes no modelo, que foram cinco mil.

P – Você está falando em cinco mil/ano.

R – Então cinco mil equivale a 400 milhões...

P – Mas os outros 400 milhões serão cumulativos, permanente?

R – Exatamente.

P – Não muda essa curva? Não pode oscilar pouco?

R – A curva é o seguinte: nós estamos aumentando exercício sobre exercício, de modo exponencial, em 11% o valor do custo previdenciário. É isso. Somente no ano passado que isso foi um pouco fora da curva em relação à despesa, por conta do precatório...

P – Quatrocentos milhões de precatório?

R – Não, 194 milhões e mais o impacto dos reajustes que aconteceram, devido à paridade que se tem dentro da Administração (Ininteligível).

P – Você está prevendo, para 2015, 2 bilhões, 571 de aporte 00, é isso?

R – É isso mesmo: 2 [bilhões] e 600.

P – Em 2014, você está imaginando fechar em 1 [bilhão] e 800, é isso? Você fecha 2014 com 1 [bilhão] e 800?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Não, já passou. Dá 2 [bilhões] 624.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – É aproximadamente esse valor mesmo: 2 [bilhões] e 400...

P – Vai reduzir, mesmo com crescimento?

R – Não, não, não...

P – Então tem uma incongruência aí, então.

R – Vai ser 2 [bilhões] e 600 também. Entendi: está tendo uma divergência...

P – Isso, agora você entendeu. Se estou crescendo, como é que reduziu?

R – Não, não é que reduziu. Na nossa previsão, em relação a essa despesa, ela cresce 11% ao ano. Só que tem alguns eventos que não vão acontecer e mais o exercício subsequente. Então é por isso que houve uma possibilidade de você ficar com um número muito aproximado: porque não vão se repetir os eventos, e vão alcançar mais ou menos o mesmo impacto em relação ao crescimento dessa nova folha – folha de novos ingressantes no modelo.

P – Sei. E quanto baixa anualmente?

R – Ah, muito bem, essa é uma pergunta interessante.

Quanto que entra de despesa previdenciária? O que é cada um dos itens?

Aposentadoria representa 85% do custo, e as pensões representam 15%. No passado, as pensões já alcançaram 20-22% do custo. O que está acontecendo: como se está vivendo mais – eles chamam de vacanciados –, não está diminuindo o número de

aposentados, e o número de pensionistas têm se mantido. Então, portanto, a cada ano que passa, se você pegar a coisa de cinco, dez anos atrás, as pensões representavam 20-22% do custo. Hoje representam 15%, e vão diminuir cada vez mais, porque as aposentadorias aumentam e vão tendo um número mais representativo em relação à despesa.

P – Para efeito de o Relator observar, resta saber o seguinte, falando desse biênio para encerrar essa legislatura.

R – Pois não.

P – Eu vou utilizar, 2,6 bilhões, em números redondos, mais 12%, é isso?

R – Mais 11%.

P – Então 11-12%. Sem precisar, por volta desse valor.

R – É isso mesmo.

P – Você entendeu, Relator, agora, a Peça Orçamentária?

- Manifestação fora do microfone.

P – Estão conclusas as minhas afirmações. Eu entendi. Já deu para V.Exa. entender o que deve ser feito. Muito obrigado, senhores.

R – Só que eu gostaria de ressaltar uma coisa que a gente precisa reafirmar, e eu disse logo no início, Sr. Presidente, que é com relação à questão da volatilidade em relação a isso.

Por exemplo, quanto a esses cinco mil e quatro que aconteceram no ano passado, a gente perguntou por que chegou a esse número. Primeiro: a maturidade em relação a essas pessoas que estavam recebendo por dois ou três anos de abono permanência. Pode se repetir o mesmo número ou não no próximo exercício? Isso a gente não sabe afirmar com certeza. Temos de olhar para a questão do estoque, ou seja, das pessoas que tem benefícios iminentes e que podem permanecer trabalhando. Então isso é uma situação que nós não conseguimos...

P – Para concluir minha fala; eu entendi isso.

No passivo do Iprem existem outras ações passíveis de eu tomar um impacto

significativo? Há, no polo passivo, ações ou precatórios que possam gerar despesas adicionais, não previstas, e serem impactantes no orçamento, que demande mais repasse? O senhor tem mais despesa de surpresa que pode aparecer?

R – Olha, a princípio, essa de 213 aconteceu da seguinte maneira: houve uma decisão no mandado de segurança do Tribunal de Justiça em face do Presidente da Câmara, em 2012, para incluir no orçamento do Iprem um elemento de despesa referente àquele precatório.

P – Nós não incluímos; votamos “apartado”.

R – Mas houve uma inclusão...

P – Não, nós votamos “apartado”.

R – E aí houve, depois, uma determinação para que houvesse o pagamento disso. E aí nós estávamos com uma determinação judicial. Então, nesse caso específico, houve essa tramitação. Então espero que não haja nenhuma determinação...

P – Essa foi estranha no mundo até hoje.

Existe a possibilidade de haver outras da mesma natureza, que o senhor tenha conhecimento lá?

R – Que nós tenhamos conhecimento, como V.Exa. disse...

P – O senhor fala...

R – Não, mas dentro do Iprem, não. Não existe hoje um precatório com uma determinação judicial nos moldes que foi realizado...

P – Nada de monta significativa?

R – Não, até este momento, não.

P – Pode haver algum que saia do gaveta, ou do armário, e pular em vocês?

R – Eu tenho formação jurídica, também sou advogado, e houve essa decisão judicial...

P – Mas eu estou perguntado se há, no polo passivo do judicial, algo que possa se

converter em despesa...

R – Do jeito que aconteceu? Nós temos de cumprir decisões judiciais. Então houve uma decisão judicial e...

P – É bastante sabido que nós temos de cumprir. A pergunta é outra: se temos tramitando, no seu polo passivo... se o Iprem figura como possíveis despesas surpresas que impactem na receita da cidade.

R – Atualmente, não.

P – Não tem discussão judicial?

R – Não, mas isso não significa que lá, na Administração Direta, não tenha algo semelhante; mas eu não conheço. E lá para o Iprem, nesse momento, até hoje, nós não temos nenhum precatório nos mesmos moldes daquele que foi solvido ou pago no exercício...

P – Aquele é caso para o CNJ examinar, porque aquilo é a coisa mais estranha que eu já vi, tamanho interesse dos magistrados.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, um minutinho, só para entender.

Então o seu raciocínio é de que nós temos 2 bilhões e 600, e, como tem aumento de 11%, teria uma diferença da Fonte 00 para 215 de 286 milhões?

O SR. MILTON LEITE - Pelo que entendi, sim; ou a conta não está fechando.

O SR. RICARDO NUNES – É isso, Dr. Fernando?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – É, mas eu estou salientando as variáveis que nós não dominamos...

O SR. MILTON LEITE - Fernando, esta é a Comissão em que vamos determinar o orçamento da cidade de São Paulo. Ou eu apporto ou eu corto. Se não tem, ou está a mais, nós vamos retirar. Claramente nós vamos remanejar e retirar. Se tem sobrando, ou se está faltando, vamos ter que discutir com a Administração.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Não, de fato, nós temos uma

previsão da forma como está colocada. E se analisarem as projeções que o Ipem vem realizando nos últimos exercícios, elas estão sendo aderentes. O executado e o previsto têm sido aderentes. Caso aconteça um fato superveniente, ele tendo a explicação que ele pode acontecer, dada a possibilidade de pessoas adiarem a sua aposentadoria, ou de pessoas que também resolverem se aposentar todas mais ou menos no mesmo exercício. Isso é um fator que não compete a nós...

P – O valor constante da sua proposta aqui é o suficiente?

R – Não, é suficiente com base...

P – Não demanda correção?

R – Não, não posso me comprometer com isso. A primeira coisa que eu disse é o seguinte: temos uma média de concessões de aposentadoria que teve um incremento nos últimos exercícios, mas não significa que isso possa se repetir nos próximos. Então fizemos um ajuste de uma proposta levando em consideração essa média.

P – Perfeito. Vamos fazer uma avaliação da sua fala, que ficou bastante obscura, mas vamos tentar interpretá-la. E vamos rebaixar, retirar um pouquinho, porque pelo que estou vendo tem gordura. Então nós vamos retirar um pouquinho e vamos aplicar em outra fonte. Se tiver mais, o senhor demanda, peça uma suplementação orçamentária, dentro do remanejamento que nós daremos, porque o que eu estou entendendo que tem margem.

O SR. RICARDO NUNES – Então, possivelmente, da Fonte 00, Fernando, nós podemos não chegar a 2 bilhões, 571, né?

Esse orçamento de Sempla foi feito junto com vocês ou foi só o Ipem que fez?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Não, nós apresentamos um número com a expectativa nossa em relação à previsão dessa efetivação de despesa, mas também os controles não são feitos só por nós – esses controles são feitos por Sempla, por Finanças, em relação à despesa previdenciária, porque é uma bastante razoável.

P – Mas a proposta do Ipem, Sempla cortou alguma coisa, ou era isso a proposta

do Iprem?

R – Não, acho que a proposta, se foi feito algum ajuste, não é significativo. Como eu disse, nós estamos apresentando uma perspectiva de haver uma despesa pela média dos últimos exercícios, mas ela pode surpreender e ser pela média do último exercício. E aí isso vai afetar a despesa.

P – Mas só para entender: o histórico de 11% é nos últimos quantos anos?

P – Nós temos um levantamento de que ele foi crescente.

P – Onze por cento ao mês?

R – Não, ao ano.

P – Desculpe: 11% ao anos.

R – Nós últimos cinco anos...

P – Aumentou 11%? Tirando aquela questão do precatório...

R – Tirando o ano passado, que foi um ano excepcional.

P – Precatório. O histórico é de 11%. Mas existe algum estudo para o Iprem aderir à previdência complementar?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Até amarrando com essa pergunta: qual o estudo feito para ajudar a equacionar esse enorme déficit crescente?

R – Se me permite, eu vou dividir a minha resposta com o Secretário-Adjunto de Finanças, que também tem uma experiência muito grande nessa temática.

O SR. ANTÔNIO PAULO – Boa tarde. Meu nome é Antônio Paulo, Secretário-Adjunto de Finanças.

O que eu gostaria de esclarecer é que tanto eu quanto a Secretária Leda comentamos na reunião anterior foi que nós temos, sim, estudos de praticamente todas as alternativas possíveis para fazer qualquer mudança no sistema de previdência do Município de São Paulo. Esses estudos foram realizados pelo Iprem, e nós temos, sim, obviamente, é natural. E todo governo precisa ter conhecimento do que pode ser feito ou não. O que nós

informamos aos senhores foi que nós não temos nenhuma decisão se vamos adotar o modelo A, o B ou o C. Foi isso que nós, eu a Secretária Leda, informamos.

Também informamos que diversas ações de gestão estão sendo realizadas sob o comando do Iprem e do Sempla, inclusive nessa mesma linha que o presidente já comentou aqui hoje, de sistemas. A Secretária Leda comentou da questão do Iprem aumentar o seu poder, inclusive na concessão de aposentadoria, e outras coisas dessa linha. Então foi isso que comentamos aquele dia.

Falamos também que essas medidas que se fala muito na imprensa, como por exemplo previdência complementar, segmentação de massa, não vão reduzir a despesa da Fonte00 no curto prazo, muito pelo contrário, porque no primeiro momento você tem um incremento.

Foi só isso que nós comentamos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Exatamente por isso, porque V.Exa. comentou que “está em estudo”, “está em estudo”, “está em estudo”, e na realidade não existe um plano para reduzir esse déficit, existem estudos. É isso que eu queria entender. Não existe uma ação propriamente dita: vou intervir aqui, mexer aqui.

E algo até me chama a atenção: o Vereador Ricardo Nunes mencionou há pouco que existem mais de mil imóveis que foram entregues para o Iprem e que nós não sabemos se está sendo alugado, locado, quais os custos, quais as despesas, que poderia reduzir, e muito, esse déficit. E essa é uma pergunta encaminhada ao Iprem. Parece que esses imóveis não existem. E imaginava que dentre essas ações, uma delas para a redução do déficit seria uma intervenção, principalmente nesses imóveis que estão na mão. Não sei qual o custo dele que tem no dia a dia, se está pagando, não está pagando, se tem segurança, se estão sendo invadidos, ocupados, alugados. Nós desconhecemos. Então nos chama a atenção, tendo em vista esse déficit astronômico, a perspectiva mais negra possível. E uma coisa que já poderia estar em funcionamento. E volto a falar: claro que essa lei não é também deste governo, pois

foi aprovada em 17 de dezembro de 2009, e de lá para cá não se fez absolutamente nada.

O SR. ANTÔNIO PAULO – Sr. Vereador, a questão dos imóveis, se eu me recordo, foi comentada também pelo próprio Vereador Ricardo Nunes na reunião anterior. Nós confiamos na gestão que o Iprem faz em relação aos imóveis, mas não dá para a gente achar que os imóveis serão a solução para o déficit previdenciário. O déficit previdenciário do Iprem é uma questão estrutural da legislação brasileira.

P – Mas não está gerando despesa nenhuma, Secretária?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Se me permite, Antônio Paulo, vou responder com relação aos imóveis.

Na verdade, esse projeto de lei discutia, na época, o total de imóveis que estavam em processo de amortização dos financiamentos. Então o projeto de lei incluiu todos. Mas, na verdade, “o que está adjudicado por falta de pagamento, e que foi revertido à instituição, foram dez imóveis”. Então dos 1.500...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Desses 1.500...

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – É, só dez. Então a resposta, Vereador Ricardo Nunes, que foi solicitada... por conta do prazo enviado a nós, que seria até semana que vem, encaminhamos ontem para a Secretaria de Assuntos Legislativos. Mas nós estamos explicando isso. Então foi incluído o rol de todos os imóveis que ainda estavam em processo de amortização, e somente dez é que estão sob a guarda do Iprem. E já se tentou, em duas atas públicas, fazer a venda e não foi possível efetivá-las – isso nem nesta gestão, foi no último ano da gestão anterior. Então, por conta dessa quantidade de imóveis, e da forma como redigida a lei, poderia dar essa interpretação. Mas, de fato, a grande maioria desses imóveis pertence aos próprios mutuários, que estão na fase final de amortização dos seus financiamentos imobiliários. Então não é possível ter qualquer tipo de tratativa em relação a imóveis que não pertencem à municipalidade.

Temos uma equipe que está realizando estudos profundos em relação à questão do

déficit, e em apoio de Sempla e de Secretaria de Finanças. Temos uma equipe da qual Antônio Paulo foi diretor do Rio Previdência, que é do estado, que tem um trabalho excelente do equacionamento de déficit. É um modelo, é caso de sucesso no país.

A primeira coisa que estamos fazendo, e que queremos deixar claro para esta Casa, é mostrar a situação. A variável *déficit previdenciário* não estava sendo considerada até então. Estamos explicitando o tamanho do problema, estamos atendendo a legislação federal no sentido de demonstrar o tamanho do déficit, e discutir os impactos. Tudo que se faz dentro da relação de trabalho do servidor público tem impacto na previdência.

Nós, que militamos nessa área já faz certo tempo, e imagino que na constituição grega e na constituição espanhola tinha lá que os salários, as remunerações e os proventos dos servidores públicos daqueles dois países eram imutáveis. Veio a crise, acabou com a base material em que se fincavam aquelas proposições, aquele modelo de previdência, e houve redução significativa, principalmente na Espanha e na Grécia, de benefícios previdenciários. Na Espanha, inclusive, as pessoas estavam retirando os seus aposentados, os seus parentes que estavam em casas de repouso, para cuidar, porque a única fonte de muitas famílias era a previdência social. Então temos de tomar muito cuidado com relação à questão previdenciária em nosso país.

Nós estamos fazendo primeiro um esforço de transparência. Todas as informações que nós estamos procurando trazer, é para traduzir o máximo possível, nessa LDO aprovada por esta Casa, com detalhamento da situação previdenciária do município. Então tudo que se faz em relação à questão previdenciária vai gerar impactos. E para que, no futuro, no momento de maior fragilidade da vida dos servidores, eles não sejam surpreendidos, como tem acontecido em vários países que não enfrentaram a questão previdenciária. Agora, para fazer cálculo atuarial, para fazer estudos atuariais, é preciso ter, além de conhecimento técnico, a formação da inteligência.

Salta aos olhos que o Município de São Paulo até hoje não tenha tratado a questão

previdenciária com o rigor necessário com que deveria ter tratado. Então estamos apresentando desde 2005... Era para ser explicitado o tamanho da necessidade de financiamento do déficit do Município de São Paulo, e isso não aconteceu. Estamos dando o primeiro passo, que é colocar uma medida de transparência, explicitar para todo mundo saber: “Olha quanto custa a previdência”. “Eu vou me aposentar daqui a 20 anos. Se pegar o modelo de projeção, vai verificar qual será o déficit naquele ano e nos anos subsequentes”.

Acredito que no próximo ano teremos condições de trazer informações mais consistentes. Existem ainda estudos sendo feitos. Temos uma equipe, e estamos consolidando as informações. Não queremos fazer nenhuma crítica às pessoas que nos antecederam, porque eram pessoas que conheciam de previdência. Mas a precariedade em relação à questão do conhecimento previdenciário no Município de São Paulo é muito grande, e hoje estamos justamente reconstruindo a informação, primeiro, colocando-a de modo transparente, para num segundo momento termos uma atuação de gestão que seja suficiente para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência do servidores públicos do Município de São Paulo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Muito bem. A reunião já dura cerca de duas horas. Temos uma inscrição. (Pausa) O Sr. Laerte Brasil declina.

Srs. Vereadores, posso considerar esse tema, por ora, encerrado?

O SR. RICARDO NUNES (?) – Se o Dr. Fernando puder, rapidamente... só para darmos aos presentes uma noção.

Da onde é a receita da Fonte 06? E, rapidamente, Dr. Fernando, a que se refere essa receita da Fonte 02.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – A Fonte 06 se refere justamente a esses imóveis que estão em processo de amortização do seu estoque. Existe um estoque, que é amortizado pelo pagamento das prestações, ou de financiamento imobiliário. Então é uma fonte que, pela 13.793, que unificou a atividade previdenciária, pelo menos em tese, no Iprem,

passou a ser uma receita do Regime Próprio de Previdência. Na verdade, a própria legislação federal estabelece que qualquer recurso que entre no caixa dos órgãos gestores do Regime Próprio de Previdência é recurso também de caráter previdenciário e só pode ser utilizado para pagamento de despesa previdenciária.

O SR. RICARDO NUNES – E tem da contribuição também dos servidores ativos.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Ah, e também têm contribuições previdenciárias também. São essas duas fontes. Também tem uma outra fonte, a fonte 2 que é o Conprev, uma fonte importante; e a fonte zero que é a fonte do Tesouro direto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Muito bem. Concluindo, Vereador Ricardo Nunes. Satisfeito por ora?

O SR. RICARDO NUNES – Concluído. Se o senhor puder indicar um Assessor Técnico para gente poder conversar até o fechamento da peça orçamentária era importante, Dr. Fernando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Eu declaro, então, encerrado esse tema do Instituto de Previdência Municipal, dessa audiência pública.

Agradeço a presença e a exposição do Sr. Fernando Rodrigues da Silva.

Vou convidar para voltar a presidir os nossos trabalhos o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Sr. Presidente, agradeço a participação nesse importante fórum. Ao Vereador Jair Tatto e Ricardo Nunes, estamos à disposição no IPREM.

Também gostaria de desejar sucesso ao Antônio Paulo na sua apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Iniciaremos, agora, a audiência com a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico para apresentar o orçamento, representando o Secretário Marcos de Barros Cruz, o Secretário Adjunto Antônio Paulo Vogel de Medeiros.

Secretário, temos combinado uma apresentação, caso o senhor tenha interesse por, no máximo, 10 minutos. Depois, abrimos para os Vereadores presentes.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Antônio Paulo Vogel de Medeiros.

O SR. ANTÔNIO PAULO WOGEL DE MEDEIROS – Boa tarde, senhores.

Quero começar pedindo desculpas, porque eu não trouxe uma apresentação. Até porque o nosso orçamento não é muito complexo.

Vou passar um resumo aos senhores e ficarei à disposição para todas as perguntas que se fizerem necessárias.

O orçamento da Secretaria de Finanças para 2015 é de 440 milhões de reais. Esse orçamento é um valor menor do que o que estava no orçamento aprovado de 2014. Desse novo orçamento, 300 milhões de reais é para a administração da unidade, sendo que, aproximadamente, 250 milhões, dizem respeito a pessoal – todas as rubricas de pessoal, não apenas pessoal pura e simplesmente, mas os auxílios e outras coisas mais.

Desse total de 250 milhões, 20 milhões vem da fonte 07, que, na verdade, caso aconteça a votação da PGV do IPTU favorável ao Município, esse recurso entrará em 2015. Então, é uma receita condicionada. Se isso acontecer, nós contrataremos mais servidores. Quem são esses servidores? São Auditores Fiscais que atuam nas mais diversas áreas da Secretaria de Finanças, Contadores que atuam em toda Prefeitura; e outras carreiras também como AGPP e outras carreiras de auxílio.

Temos 90 milhões de reais, que colocamos como receita, e uma série de projetos condicionados aos financiamentos que temos. Vocês sabem que a nós é vedado fazermos operação de crédito, mas tem pequenas exceções. Basicamente, são exceções para a modernização da Administração Pública, principalmente, a administração tributária. Esse valor será utilizado, para projetos específicos e aprovados, o PMAT no BNDES; e o BNFM no Ministério da Fazenda. Temos 50 milhões que dizem respeito a sistemas, principalmente, Prodam.

Senhores, é um resumo muito rápido, mas apresenta o orçamento da Secretaria de Finanças para 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Secretário.

Passo, imediatamente, às perguntas do Relator Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Antônio Paulo, você falou que o orçamento é pequeno – razoavelmente, não é? Porque 431 milhões é bastante considerável.

Com relação à sua peça orçamentária em si, já explicou a 07 que é da administração da unidade, por conta de possível ingresso de novos servidores, está prevendo...

Se você puder detalhar, porque comentou por cima. Tem 49 milhões de Prodam, o que é que é isso?

O SR. ANTÔNIO PAULO WOGEL DE MEDEIROS – Sim. É 49 e alguma coisa.

P - Todas as Secretarias que passaram por aqui aumentaram o custo com a Prodam. No caso de vocês, vão conseguir manter o mesmo valor com o sistema?

R – Sim. Os principais contratos nessa rubrica, na verdade, não é contrato. São recursos reservados de 15 milhões, aproximadamente, para desenvolvimento de novos *softwares*; 27 milhões para infraestrutura que temos que remunerar a Prodam. Esses os principais contratos que temos com a Prodam. Também utilizamos recursos para a fábrica de *softwares*, temos uma fábrica própria e passamos demandas de novos projetos para eles. É crucial para a Secretaria de Finanças os projetos que estão em desenvolvimento, tanto na Prodam, quanto na fábrica de *softwares*, *comandos* pela Cotec, Coordenação de Tecnologia que temos lá.

P – Fábrica de *softwares* própria da Secretaria?

R – Isso. Contratada, por licitação, pela Secretaria.

P – Porque esse valor de 49 milhões é de manutenção do sistema da nota fiscal paulistana, essas coisas?

R – São os 27 milhões, basicamente, que é essa parte de infraestrutura e sustentação. Dai, tem mais 15 milhões que parte dos nossos novos projetos também alocamos para a Prodam, a maior parte.

P – Agora, esse valor alto de quase 50 milhões, para a Prodam, só de manutenção do sistema, já que grande parte desse recurso, pelo que eu vejo, se destina por conta da nota fiscal paulistana. Vocês devem estar pagando uma cota parte. Não sei se vocês sabem, mas a nota fiscal paulista fica em plataforma baixa. Isso deve representar uma redução de custo bastante elevada. Você tem conhecimento disso?

R – Eu não sei lhe informar quanto haveria de redução de custo, mas é uma tendência, e estamos trabalhando em Finanças, sim. A gente vai desenvolver todo um novo sistema tributário paulistano. Esse novo sistema terá essa plataforma. A partir desse novo sistema, tudo o que vier de Finanças será assim.

O André Tomiato, o nosso especialista, Coordenador da Cotec, está informando que a nossa paulistana também é plataforma baixa.

P – Então, não é com a Prodam.

R – É com a Prodam, sim, mas é plataforma baixa.

P – Então, desses 49 milhões, o contrato é de 100% com a Prodam?

R – Esses 49 milhões são da Prodam, sendo que a maior parte é para infraestrutura e 15 milhões para desenvolvimento.

P – Os 15 milhões estão dentro da administração da unidade?

R – Não. Desses 50 milhões da Prodam, 15 milhões vão para desenvolvimento de novos *softwares*; o restante vai para a parte de manutenção e sustentação dos nossos programas.

P – Mas já tinha 49 milhões em 2014? Vocês compraram equipamentos em 2014 e vão comprar em 2015 também?

R – Não. Isso não é só compra, mas, principalmente, sustentação, hospedagem,

uma série de coisas.

P – Custeio?

R – Exatamente.

P – Vocês tem aqui 3 milhões para projetos de apoio ao desenvolvimento econômico. O que é?

R – Sim. O primeiro exemplo é o Tec Sampa, que a gente lançou a pouco tempo, que envolve uma série de medidas que vão desde pré-aceleradoras até empresas maiores de tecnologia para fomentar o desenvolvimento econômico na Cidade nessas áreas. Então, por exemplo, a gente está visando convênio com MCTI para fornecimento de bolsas. A gente vai ter bolsas de estudo e trabalho dirigido para uma pré-acelaradora, pessoas que estejam interessadas e que tenham projetos, para desenvolver alguma coisa em TI. Isso tudo no ano que vem vai começar a rodar. Então, esse recurso é para isso.

P – É um projeto de incubadoras?

R – Vai desde a incubadora até empresas maiores. Ele envolve várias coisas. Esses 3 milhões de reais são, basicamente, para permitir que você faça parcerias com outros entes, por exemplo, o MCTI fornece bolsas, então, a gente vai aumentar a quantidade de bolsas para São Paulo, também esperamos que a gente consiga fazer alguns eventos com relação a isso.

Outro exemplo de desenvolvimento econômico é a atração de investimentos. Vou dar um exemplo: o Rio de Janeiro tem o Rio *investors day*. Nada impede que tenhamos algo semelhante em São Paulo.

Então, são essas ações, visando ao desenvolvimento econômico.

P – Na questão que vocês têm de recursos supervisionados pela Secretaria de Negócios Jurídicos não têm nada a ver com vocês? É lá mesmo a questão de créditos de pequeno valor? Não tem nenhuma gestão de vocês?

R – Não. É com eles.

P – Na questão de encargos gerais do Município, recursos administrados pela Secretaria de Finanças, tem aqui um valor de 5 bilhões 11 milhões em 2014; 5 bilhões e 99 milhões para 2015.

R – Sim.

P – Tem que ter uma fonte 07, serviços da dívida pública interna, refinanciamento. O que seria isso? Estou perguntando porque, como é fonte 07, só para entendermos o impacto.

R – Acontece o seguinte: esses encargos gerais envolve o pagamento da dívida à União. Hoje a gente está amarrado num percentual 13% da nossa receita para pagarmos à União.

Se entrar o recurso – que a gente espera – que classificamos na fonte 07, esses 789 milhões são 13% disso, e têm que ser utilizados para o pagamento da dívida.

É uma receita que entra no cálculo da receita líquida real.

P – Mas aqui estão 41 milhões.

Porque já estamos no teto dos 13% do pagamento da dívida.

R – Sim, estamos.

P – Se entrar recursos da 07, esses 41 milhões, pagaria a mais o valor da dívida?

R – Sim, porque, se entrarem esses 700 e poucos milhões, vão entrar ao longo do ano e fará parte da base de cálculo desses 13%, que é uma receita que faz parte da receita líquida real.

P – Era uma dúvida que eu tinha, porque, quando a gente põe um orçamento de 51 bi, previstos na 07, 789 milhões, os 13% não fariam parte desse valor do 07.

R – Os 789 milhões são receita. Na despesa, a gente separa parte da dívida pública.

P – então, os 41 milhões seriam da diferença, por conta dos 13%, do recebimento de 789 milhões.

R – Sim. É estabelecido *pro rata*, tem um cálculo que o pessoal da dívida fez e chegou nesse número.

P – Entendi.

Eu queria falar do SPDA, mas preciso procurar minhas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao Vereador Nomura para suas perguntas. Depois, tenho as minhas. Vamos ver se há alguma inscrição.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o nosso Secretário.

Voltando àquela questão da dívida, em julho, salvo engano, do corrente ano, em 10 de julho de 2014, houve uma comunicação do Tribunal de Contas do Município, no sentido de nos dar ciência sobre o alerta, fundamentado no artigo 59, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde fala que nós ultrapassamos os limites previstos pela lei.

Apesar de o Senado, recentemente, ter aprovado essa reavaliação, renegociação da dívida, pergunto a V.Exa. se esse alerta, enquanto não for publicada, regulamentada, ou assinado um novo contrato com a União, prevalece ou não?

R – Bem, Sr. Vereador, boa tarde. É uma honra para mim estar aqui conversando com os senhores. Essa alerta, sim, enquanto a gente não tiver assinado o Termo Aditivo do contrato da nossa dívida com o Governo Federal, sim, esse alerta permanece, e nós estaremos acima do limite estabelecido pelo Senado Federal.

P – Então, podemos dizer que nós teremos restrições? Porque, se prevê para este ano, buscar recursos do Governo Federal, na ordem de mais de 5 bilhões, não sei se essa é a conta, não é? O senhor poderia me dizer qual a parte que vai vir? É fundo perdido? E quais os recursos que virão através do PAC, através de financiamento?

R – Ok. Só esclarecendo com relação às possíveis punições que o Município de São Paulo poderia ter por estar fora do limite só aconteceriam no começo de 2017. A Resolução 40 do Senado Federal junto com a Resolução 43, estabelecem que temos que

chegar em 120% da nossa receita ao final de 2016.

O que acontece hoje é que - já que a gente está fora dessa trajetória estabelecida por essa mesma Resolução – a gente não consegue captar novas operações de crédito, mas a gente não sofrerá, num primeiro momento, alguma punição. A gente só sofreria em 2017. E a gente imagina que assinaremos o contrato, o Termo Aditivo, com a União bem antes disso.

Respondendo a pergunta do senhor: já temos assinado aproximadamente 7 milhões de reais de Orçamento da União para o Governo Municipal, no que diz respeito ao PAC. Fora isso, temos previsão de recursos de, sei lá, aproximados aqui, próximos de 2 bilhões de reais do Minha Casa, Minha Vida, em que a Prefeitura teria de entrar com, pelo menos 1 a 1,5 bilhões de reais.

É claro que esse dinheiro pode não vir, enfim, em dois meses, três meses, mas já temos carimbado isso, esse recurso para São Paulo. Então, se as obras andarem, se atendermos as exigências - e esperamos atender, temos pessoas muito bem qualificadas na Siurb trabalhando nisso, com a parceria da Caixa Econômica Federal -, podemos obter esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Desculpa, Vereador, o senhor poderia só repetir quais são os valores previstos de repasse do Governo Federal, só para que possamos registrar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Era a discriminação - não é? -, a fundo perdido; e o outro, através de financiamento.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Eu só queria fazer um esclarecimento, ainda, nessa linha, porque o fato de termos os contratos assinados não significa que todos esses recursos entrem em 2015. Existe um cronograma que entrem esses recursos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Esses cronogramas obedecem ao princípio de quê? Da urgência, da necessidade ou de recursos disponíveis?

R - Não, não. Uma vez assinado um contrato, esses recursos seguem um cronograma da obra. Então, se a obra seguir seu trâmite normal e for de dois anos, por exemplo, será de dois anos. Não há nenhuma relação direta com qualquer, enfim, questão financeira do Governo Federal e tal. Se a obra seguir, vamos seguir com a obra; prestamos conta à Caixa Econômica Federal, que faz esse trabalho para a União e estamos com a fatura pronta para receber o dinheiro.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na proposta orçamentária de 2015, lemos o seguinte: resultado primário, ao longo do exercício de 2014, o resultado primário é aquele que leva em conta apenas as receitas e as despesas primárias do exercício, vem sendo afetado, principalmente pela utilização do saldo acumulado na fonte do Tesouro vinculado ou Fonte 08. Está sendo utilizado saldo acumulado das operações urbanas, principalmente de Água Espreada, Faria Lima, na execução de projetos de interesse público. Também são utilizados saldos acumulados dos fundos municipais, tais como: Fundo Municipal do Desenvolvimento Urbano - Fundurb e o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Fema. Tais recursos foram acumulados ao longo dos últimos anos e sua utilização era objeto da cobrança da sociedade.

Até recentemente, o Vereador Milton Leite, na discussão com o Secretário, se não me engano, de Obras, de Infraestrutura, levantou essas questões, como também na Secretaria de Transportes. A utilização integral dos referidos saldos já era planejada, mas a velocidade na execução dos projetos - é o que estamos discutindo - foi acima das expectativas, com um impacto positivo no valor total dos investimentos de 2014. Dessa forma, a meta do resultado primário desse exercício deve ser reduzida para 50 milhões de reais, digo 50 milhões de reais. Mas não é isso o que realmente acontece, e que tenho aqui essa planilha de acompanhamento - gostaria de passar a V.Exa., com dados da própria Prefeitura, que desmente essa afirmação. Até o dia 9 de novembro, nas operações urbanas Água Branca, Faria Lima, Água Espreada, Fundurb, Fema, foram pagos somente 667,8 milhões. Como será possível, pergunto, reduzir o

resultado primário para 50 milhões, ou seja, gastar cerca de 2 bilhões, faltando apenas um mês para o término do corrente ano? O senhor poderia explicar?

R – Sim. Uma parte importante, uma das principais, com relação à utilização, à redução do superávit primário, sim, é essa que informamos aqui.

Além disso, também estamos utilizando a própria Fonte 00 para aumentar a quantidade de investimentos na Cidade.

O que acontece aqui em São Paulo? São Paulo acumulou, ao longo dos últimos anos, recursos em caixa, e que se encontram hoje - até me antecipo a uma pergunta que o próprio Vereador Aurélio Nomura nos fez na outra reunião - todos aplicados num único fundo de investimento do Banco do Brasil, que é um fundo lastreado em títulos públicos federais, e, também, num fundo da Caixa Econômica Federal, quando diz respeito aos recursos oriundos de emissão de Cepac.

Esses recursos, contabilizamos a receita de aplicação financeira, quando fazemos o resgate. Então, à medida que aumentamos o resgate desses fundos, aumenta a receita de aplicação financeira, que era aquela pergunta que o senhor havia feito.

Então, o que estamos fazendo? Entendemos também que não é função de uma Prefeitura ficar acumulando recursos. Os recursos precisam ser utilizados para a melhoria do bem-estar da população. A questão é que a maior parte desses recursos é vinculada a determinadas atividades ou determinados projetos, ou determinados investimentos. Exemplo, as operações urbanas.

Então estamos acelerando os investimentos - já estamos fazendo isso desde o começo de 2013, nos preparamos - e agora estamos conseguindo efetivamente mostrar resultado com isso, e esses recursos estão realmente sendo consumidos.

Assim, o superávit primário é uma estatística que se tira uma fotografia do ano, ou seja, são receita e despesa daquele ano. Se se tem dinheiro acumulado, se se tem uma poupança feita e, num determinado ano, se resolve fazer um investimento a mais, claro que se

vai consumir um pouco daquela poupança. Então, para quem está lendo o resultado primário, parece que estamos fazendo um resultado pequeno. Quando reduzimos, da nossa meta atual - que é 1,1 bilhão -, para 50 milhões esse aproximadamente 1 bilhão de reais estamos consumindo em investimentos, e boa parte desses recursos são esses recursos aqui.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Entendi. Mas volto a perguntar: temos como gastar esses 2 bilhões até o término do ano?

R - É, porque não são 2 bilhões de reais. A diferença entre o superávit primário, que já estava estabelecido por esta Casa, e o que estamos propondo é de aproximadamente 1 bilhão de reais.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, acho que o que foi encaminhado está um pouco equivocado com relação a essa questão.

R - Por quê?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Porque, na realidade, quando fala no resultado primário, ela chega nos 56 milhões.

R - Isso, exatamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E ela fala no pagamento de 667,8 milhões. Então me sobra, pelo cálculo que temos, imagina-se que teve um gasto de 2 bilhões, que será ainda utilizada essa diferença, ainda este ano.

R - Não, então, o resultado primário, quando diminuimos o resultado primário, das duas, uma: ou já temos uma poupança para utilizá-lo - que é o caso do Município de São Paulo -, ou não temos uma poupança, e aumenta o endividamento - que não é o caso do Município de São Paulo. Então o Município de São Paulo paga suas dívidas em dia; as nossas fontes, que precisam ter superávit para cobrir o pagamento da dívida, estão tendo superávits - isto está fechado, certo.

O que estamos fazendo é, tendo em vista a execução de todos os investimentos que aconteceram na Prefeitura ao longo de 2013, a nossa expectativa daquele momento em

que havíamos mandado a LDO, até agora, ela aumentou em 1 bilhão de reais. Então já vislumbramos que vamos conseguir utilizar mais 1 bilhão de reais do que estávamos prevendo utilizar antes. Não são 2 bilhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Este ano ainda?

R - Sim, já estamos utilizando. Se não tivermos alteração de nossa meta de resultado primário, não terminaremos de usar e atenderá a meta de resultado. Mas é interessante para a Cidade que consigamos fazer isso porque o dinheiro fica parado numa aplicação financeira.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tá. Mesmo nesse sentido, qual a expectativa da Prefeitura com relação às despesas empenhadas e não pagas, que deverão ser inscritas em restos a pagar neste ano? Parece-me que serão, mais ou menos, 4,5 bilhões.

R - Bem, Vereador, eu não sei, não tenho... Só vou poder lhe responder isso no final do ano. Eu não sei quanto que vai ficar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, não existe expectativa.

R - Sempre fica um resto a pagar, mas aí há aqueles que são processados e os não processados, ou seja, aqueles que foram liquidados ou aqueles que não foram liquidados. Não sei quanto ficará para o ano seguinte, porque depende do cronograma de execução das áreas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Esse valor aproximado - porque, segundo minha Assessoria fez - está correto, mais ou menos, 4,5 bi?

R - Não sei, nem tenho aqui de cabeça quanto que foi do ano anterior.

- Conversas fora do microfone.

R - Sr. Vereador, bem, o que eu tenho, o que eu posso lhe dizer é a informação que tenho, com relação a 2013 para 2014. De 2014 para 2015, preciso esperar fechar o sistema.

Viramos o ano com um saldo, de 2012 para 2013, de 2,6 - não é isso?

- Conversas fora do microfone.

R - 2,6 bilhões. Foram realizados, no começo do ano, pagamentos de 1,6; teve um cancelamento de, mais menos, 650 milhões; e sobrou um saldo a pagar de 400 e poucos milhões.

Então esse foi o... Esse aqui apresentamos aos senhores naquela apresentação periódica.

Esse foi o comportamento que aconteceu em 2013 e 2014, veio de 2013 para 2014. Não sei informar para o senhor quanto virá de 2014 para 2015. É lógico que sempre torcemos para que venha menos, para que consigamos acelerar a execução e não, enfim,... Porque aí atendemos a todos os planos. Mas não sei, isso depende de cada área.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, mas acompanhando, mais ou menos, o cronograma das execuções... (ininteligível)..., V.Exa. tem, mais o menos, uma ideia de quanto que já foi desembolsado, o que foi contratado, o que está sendo realizado, nessa questão, mais ou menos, do que ficará em restos a pagar, não é?

R - Eu realmente peço desculpas, não tenho como lhe fazer uma previsão desse número.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Entendi.

Gostaria de passar ao Vereador Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou devolver primeiro ao Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Peço desculpas, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Está perdoado. O senhor tem sempre meu perdão.

Com a palavra, então, agora, o Vereador Ricardo Nunes para suas últimas perguntas. Depois, este Presidente em exercício fará as dele.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado, Paulo Fiorilo.

Antonio Paulo, eu estava aqui analisando, você tinha falado que aqueles 15 milhões da Fonte 07 da administração de unidade (?) é uma previsão para novas contratações de

funcionários, não é? Só que, se você olhar, lá embaixo, pessoal e encargos sociais, estamos saltando do orçado, de 2014, de 193,523 milhões para 234,093 milhões, está dando um aumento de 21%. Porque, mesmo lá em cima, na, na administração (?) de unidade, está tendo aumento: de 246 para 274.

R - Exatamente.

P - Pensei que estava dentro aqui, mas não está. Quer dizer, o aumento de 12% de administração de unidade, se está fora a folha, deve estar aqui só, dentro, imagino, o aumento dos funcionários, não é? Se o senhor puder falar qual outro item.

R - Sim, exatamente. O principal item de crescimento aqui é a folha, e a questão da folha de pagamentos é porque precisamos fazer contratações: vamos contratar auditores e contadores. A Prefeitura de São Paulo, realmente, precisa de contadores e precisa que complementemos o quadro de fiscais. Então é exatamente isso o que representa esse aumento.

P - Não, eu sei, mas, se temos aqui separados os 15 milhões para as contratações que você falou...

R - Não, é porque vamos contratar.

P - Ah, tá.

R - Esses 15 milhões são mais contratações. Então, digamos, se fizermos um chamamento para 90 novos auditores, desses 90, vamos supor, 15 ou, sei lá, 20 auditores estão vinculados à Fonte 07. Estou aqui chutando os números, não são números exatos, mas é isso. Então, dos novos que vamos chamar, uma parte desses novos estão vinculados à 07. Se a 07 não vier, não chamamos.

P - Ah, entendi.

Deve estar aqui dentro alguma coisa referente ao sistema SAT, Antonio Paulo, porque esse aqui já era para estar pronto no passado, não é?

R - Sim. O SAT está...

- Conversas fora do microfone.

R - Ele tem um pouco, um valor baixo na Prodam, mas o sistema já está praticamente pronto. Aliás, o sistema já está pronto. Agora estamos na fase... Estamos iniciando a homologação dos aparelhos e nossa previsão é que entre em março de 2015.

O Estado de São Paulo, que corre junto conosco, estava para lançar a obrigatoriedade do SAT em novembro deste ano, mas já fez a prorrogação. Eles foram para julho do ano que vem, e isso é uma implantação gradual. É verdade que o ICMS é mais complicado que o ISS. Nós transferimos para março de 2015 e pretendemos, estamos com a equipe toda direcionada para, em março de 2015, tornar obrigatório o SAT.

P - Sabe por que não começou no ano passado, que era a previsão para se iniciar?

R - É, tivemos vários atrasos e, na verdade, foi muito menos culpa nossa e mais culpa da conjuntura como um todo. Por quê? Porque os fabricantes e os moradores acabaram se direcionando mais para o sistema do Estado do que o nosso, até por escala, então, enfim, digamos que foi uma atração gravitacional do mercado para esse projeto. Então tivemos de atrasar um pouco. Por exemplo, o *hardware* - que o nosso é o mesmo do Estado -, estamos aproveitando a homologação que foi feita no Estado, e criamos as nossas regras muito assemelhadas às deles; e temos nossa homologação própria para o *software*, que, enfim, já estamos começando a fazer.

P - Ah-hã. O que tínhamos de previsto de ISS, em 2014, eram 10,774 bilhões. Estão prevendo com 11,863 bilhões. Se realmente começar em março, deve ter um... Tem algum estudo da Secretaria com relação a isso?

R - É, o SAT vai começar em algumas áreas que não são as áreas que mais arrecadam, mas são áreas mais de varejo, mais pulverizadas. Não gostaria de dar em público qualquer número de estimativa porque é muito imprevisível o que vai acontecer, porque poderia significar, enfim, uma sonegação, digamos. Então, para evitar qualquer... Que eu seja injusto com alguém, prefiro não comentar nenhum momento. Mas, sem dúvida, esse é um dos

projetos esperamos que tenha aumento de arrecadação.

P - Quanto custou para desenvolver o SAT. Foi a Prodam que desenvolveu?

R - O SAT foi desenvolvido pela FUSP, que é uma fundação da USP.

P - Você tem ideia de quanto custou para desenvolver?

R - Ele não teve custo para São Paulo.

P - Sério?

R - Ele foi gratuito para São Paulo. Ele foi gratuito para o Município de São Paulo e, uma vez que ele foi homologado, ele agora é propriedade nossa. Então já fizemos o teste piloto e esse *software* é nosso. Então, agora, vamos iniciar a sua distribuição.

P - Ah, Fez o piloto e...?

R - Fez o piloto e deu certo. Estamos prontos, agora, para as homologações. É o que vai começar agora. Acabamos... Publicamos ontem uma portaria de homologação, para homologação. Então, as universidades, enfim, os técnicos que trabalham com essa parte de homologação já podem se cadastrar conosco, junto com as empresas que queiram homologar seus equipamentos. Então, agora, de fato, vamos entrar na reta final para o SAT entrar em funcionamento em março.

P - Mas eu não sabia que era custo zero, não.

R - Ele foi, para o Município de São Paulo, custo zero.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Precisamos, Vereador Paulo Fiorilo, fazer uma homenagem. Dar um Título, uma Medalha. Damos tantas medalhas aqui para as pessoas.

Pedi um breve relato do nosso Secretário Adjunto com relação a SPDA. Votamos aqui e o Paulo veio bastante na Casa para podermos acelerar a votação com relação a São Paulo Negócios e, salvo engano, ainda não vimos nada de concreto da São Paulo Negócios. Talvez esta fosse uma oportunidade para você poder nos dar boas notícias e fazer um parâmetro geral, principalmente com SPDA, porque vi que há uma receita de 4 milhões da Sehab e 1,8 milhão da Secretaria de Finanças para SPDA.

Só para entender, o que a Sehab vai fazer com a SPDA. E bate exatamente com a despesa. Parece que casou. E justifica a SPDA sem ter nenhuma atividade ter esses 5,8 milhões de despesa.

R – A SPDA virá aqui hoje, mas posso antecipar algumas respostas. Estão vindo aqui o Presidente da SPDA e o Presidente da São Paulo Negócios. O Presidente da São Paulo Negócios é o Wilson Poit e seria importante que ele mesmo falasse pela São Paulo Negócios. O Madoglio está vindo aqui explicar mais sobre a SPDA.

Posso dar uma introdução para os senhores. A SPDA já tem uma atuação bem forte. Ela é o nosso braço especializado em operações de mercado de capitais. É uma empresa enxuta, pequena e estamos, no projeto PPI, fazendo os últimos ajustes para que ela possa realmente funcionar melhor. Hoje ela já nos assessora em alguns trabalhos.

Por exemplo, um trabalho que a SPDA nos assessora – e é essa remuneração que a Sehab pagará para ela – é a securitização dos recebíveis do FMSAI da Sabesp. É a SPDA que faz todo o trabalho técnico junto às instituições financeiras.

P – Esse depende do FMSAI, dos 360 milhões?

R – Esses 4 milhões da Sehab dependem da operação do FMSAI.

P – De aprovar os 360 milhões.

R – Isso. Da realização da operação.

P – Então vai ser difícil.

R – Eu continuo confiante.

P – Eu também torço. Muitos Vereadores têm dúvida. Eu torço para que dê certo. Votamos a favor no ano passado e nos empenhamos para convencer a Casa a aprovar.

Só para entender, Vereador Aurélio Nomura, aqui na SPDA há uma receita de 4 milhões de Sehab e uma receita de 1,8 milhão de Finanças e a despesa é exatamente a receita. Então... Por que bateu?

Por isso estava perguntando. O Antonio Paulo é uma pessoa transparente e temos

tranquilidade em expressar sem nenhuma maldade, só para esclarecer. E ele estava explicando que esses 4 milhões de Sehab é por cauda da operação de FMSAI, que é a antecipação da Sabesp dos 360 milhões. Então vai depender de conseguir aprovar aquilo para concretizar isso.

Esses 4 milhões só serão transferidos para SPDA se a operação do FMSAI for concretizada?

R – Existe uma instituição financeira que foi contratada na gestão anterior para a estruturação e distribuição dessa operação – o HSBC venceu esse certame – e há todos os custos.

Uma parte desses custos, via SPDA, pagamos ao HSBC e depois a Sehab precisa ressarcir. E tem depois também o sucesso da operação que a SPDA também receberia caso a operação aconteça.

P – Agora complicou.

R – Isso tudo é uma relação contratual que existe entre a SPDA e a Sehab, inclusive, firmada anteriormente ao início desta gestão.

É bem tranquilo. Quem contratou a SPDA para essa operação foi a Sehab. Por isso que tem uma receita que virá da Sehab. Essa receita só virá da Sehab se tivermos sucesso nessa operação.

P – Os 4 milhões só serão transferidos de Sehab para a SPDA se a operação for realizada.

R – Se for realizada. Um pedacinho desse recurso que são alguns custos da própria estruturação. Por exemplo, demos entrada na CVM para o registro do Fundo. Então para dar entrada na CVM há alguns custos. Esses custos a Sehab também reembolsa a SPDA.

P – Já que vocês estão falando de uma previsão de algo que pode acontecer ou não, a SPDA não será remunerada no caso da aprovação do PPI?

R – Não. Ela não será remunerada no caso da operação do FMSAI da Sabesp. O

PPI não. O PPI é outra questão. Dentro do projeto de lei do PPI temos a incorporação da SPSec na SPDA.

Essa incorporação é justamente porque entendemos que a SPSec é uma sociedade de propósito específico. Basicamente a SPSec é um espelho daquela SPSec do Estado de São Paulo. Entendemos que uma operação dessa poderia ser feita pela própria SPDA, então não precisamos de duas empresas, por isso estamos fazendo a fusão e aproveitando estamos fazendo os ajustes necessários para que a SPDA consiga prestar os trabalhos necessários à Prefeitura.

P – Antonio Paulo, isso eu entendi. Estou falando o seguinte: como você vai ter uma operação com o FMSAI, para a Sehab há uma previsão de ter um recebimento pela SPDA de 4 milhões. O PPI, como a securitização será absorvida pela SPDA...

R – Entendi a pergunta, tem muito caminho para andarmos ainda. Na SPDA há uma série de projetos que são gestados ali dentro que podem ser importantes e podem sair.

Então para que uma operação de mercado de capitais saia e possa ajudar a Prefeitura nas suas mais diversas áreas, estudamos 10 operações para sair uma.

Então você precisa ter pessoas especializadas nessa temática para poder fazer esses estudos, desenvolver toda essa parte de viabilidade dessas operações. E se foram viáveis passam pelo crivo também de viabilidade jurídica e vão ao mercado.

A questão do PPI é exatamente essa. A SPDA já vem trabalhando em diversas ideias em como fazer uma operação de cessão de crédito.

Agora, se essa operação vai acontecer em 2015 não sabemos, mas esses estudos vêm sendo realizados e essa lei do PPI com aquela última parte corrobora nesse aspecto.

P – Só para concluir, se você puder falar das ações da Secretaria de Finanças para melhorar a arrecadação, o SAT é uma delas. Acho que vocês estão demorando bastante, mas pelo jeito não depende tanto de vocês. Agora que estou sabendo que quem estava desenvolvendo era a FUSP.

Há alguma outra ação da Secretaria de Finanças que não seja aumento de impostos para melhorar a arrecadação?

R – Sim, com certeza. Estamos com um trabalho muito intenso na Secretaria de Finanças de mudança de procedimentos e sistemas também. Essa está na linha da questão do nosso quadro de auditores fiscais que também trabalham em outras áreas na Secretaria de Finanças, como por exemplo, na parte de tecnologia.

Posso dar vários exemplos: temos um grupo forte trabalhando numa reestruturação de todos os procedimentos internos de IPTU. Em toda essa parte de rendas imobiliárias estamos mudando todos os procedimentos. Já estamos trabalhando em especificações para um novo sistema que vá tratar do IPTU de toda base cadastral do Município de São Paulo tributária.

Pretendemos sair com uma certidão unificada de tributos. Estamos aprimorando os procedimentos do Cadin, que é uma importante ferramenta de arrecadação nossa. Muitas vezes o Cadin é bastante manual para conseguirmos fazer as inscrições.

Estamos também desenvolvendo vários sistemas que vão ajudar a nossa relação com o contribuinte, como por exemplo, um sistema para poder viabilizar isenções para aposentados no que diz respeito ao IPTU.

Também sistemas de smartphone para que o usuário possa ter acesso a todas as informações necessárias de finanças.

Enfim, temos uma relação imensa de ações que estão sendo trabalhadas. E das que envolvem TI distribuimos, uma parte fica na Prodam e outra no nosso *softer*.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, duas questões rápidas da minha parte. Vou voltar à questão da aprovação pelo Senado por unanimidade, portanto, de todos os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Quem é o Presidente e o Relator do projeto? O Presidente do Senado é o Renan Calheiros do PMDB só para informar o senhor e o

Relator é o Luiz Henrique Silveira, Senador do PMDB de Santa Catarina.

O SR. PAULO FIORILO – Os que votaram o senhor tem a relação?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então o Presidente e o Relator são do PMDB, que aprovaram o projeto.

O SR. PAULO FIORILO – E os outros 59?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Justiça seja feita, Vereador.

O SR. PAULO FIORILO – Justiça seja feita, inclusive, o PSDB.

- Falas paralelas.

O SR. PAULO FIORILO – Todo mundo está querendo tirar uma castanha do fogo.

Depois do esforço coletivo temos de agradecer a todos.

Secretário, queria voltar nessa questão sabendo dos limites que a minha resposta terá, mas o que deve mudar com a aprovação, para a Cidade, do ponto de vista da previsão dos gastos. É possível prever algum tipo de economia para 2015 com as mudanças que serão implementadas ou essa é uma resposta que depende ainda de outros fatores?

E a segunda questão diz respeito ao Penac e Pnafm (?), o senhor poderia detalhar quais ações estão sendo feitas para modernização da Administração no caso do Penac e os recursos destinados ao Programa Nacional de Apoio à Gestão e Administração Fiscal, o que são essas ações?

R – Sr. Vereador, vou começar pela segunda que acho mais simples. Bem, o PNFM já está contratado, já vem seguindo e as nossas principais ações em termos de valores são o mapa digital, que é uma dessas ações importantes para o aumento de arrecadação. Basicamente isso é um voo que vamos fazer pela Cidade e vai digitalizar toda a terra e vamos conseguir dividir todos os imóveis, tamanho, quantos andares e tal. Já temos um voo, mas é antigo. É de 2004 e a tecnologia também era outra. Então a precisão desse voo será muito maior.

Então todo esse trabalho de mapa digital, por exemplo, só ele custará mais de 8

milhões de reais, mas o que vai trazer de arrecadação é uma coisa incrível.

Temos a modernização da própria Secretaria de Finanças, o PAC Tecnológico da Administração Tributária, que é um dos direcionamentos que precisamos ter no PNFM. Algumas ações de capacitação técnica da Secretaria de Finanças e também estamos trabalhando no macro processo de arrecadação.

Na Procuradoria do Município também estamos modernizando todos os equipamentos que são utilizados para fazer a execução fiscal.

O PMAT não foi assinado. Estamos na reta final para assinar o PMAT com o BNDS e temos várias questões no PMAT, mas uma delas que entendemos como uma das principais é a reforma do Othon.

O prédio do Othon abrigará a Secretaria de Finanças e a reforma terá como recurso o PMAT. Essa reforma é fundamental para a Secretaria de Finanças. Não é uma questão de ter um novo prédio, o que vamos fazer é toda essa parte de metodologia de gestão da Secretaria de Finanças. Vamos dar à Secretaria uma nova cara. Quando as pessoas mudarem para aquele prédio, vão mudar numa estrutura que é feita para um determinado tipo de processo de trabalho mais eficiente, mais monitorado, enfim, então é muito importante para nós esse trabalho.

Além disso, tem sempre a SMDU e a SNJ também no PMAT.

P – Secretário, só uma dúvida. O senhor disse que o PMAT não está assinado.

R – Ainda não, mas será assinado este ano ainda.

P – A dúvida é a seguinte: quem está fazendo o processo do PMAT, é a Secretaria ou ela contratou consultoria?

R – Não. A Secretaria de Finanças diretamente.

P – Percebo que já havia uma perspectiva de recurso do PMAT para 2014 e que não se realizou.

R – Isso.

P – Vocês estão fazendo esse PMAT há algum tempo.

R – O PMAT, nós tivemos de aprovar todos os projetos com o BNDS. E após aprovação pelo BNDS é submetido à Secretaria do Tesouro Nacional.

Essa aprovação junto ao BNDS acabou demorando mais do que esperávamos, inclusive, porque o Othon foi invadido num determinado momento e isso atrapalhou muito na negociação do PMAT, mas encerramos a discussão no BNDS, já foi aprovado no Conselho do BNDS e fomos ao Tesouro e também foi aprovado no Tesouro Nacional.

Então agora estamos na reta final para assinatura mesmo. Estamos colhendo os últimos documentos formais e a assinatura deve sair nos próximos dias.

P – Qual a previsão?

R – Final de novembro deste ano.

P – Secretário, uma última dúvida. O que mudou do projeto anterior do PMAT para o projeto atual?

R – O anterior que está falando é o documento de 2014?

P – Se o senhor olhar aqui eram 30, agora são 68. Deve ter mudado alguma coisa grande?

R – Sim. Realmente aumentou a quantidade de projetos que incluímos. No começo estava basicamente a reforma do Othon e incluímos mais coisas, por exemplo, projetos de Sempla, o sistema integrado de suprimentos e serviços; um cadastro de apenados que são de fornecedores; na SMDU um sistema de gestão do patrimônio público imobiliário; digitalização do acervo documental das áreas públicas municipais.

P – Todo o acervo ou só parte?

R – Todo o acervo. E SNJ, modernização do sistema de execuções da dívida ativa tributária e atualização de equipamentos e *softwares*.

É mais do que temos no PNFM, então estamos juntando com PMAT.

P – E a previsão de execução é de quanto tempo?

R – 24 meses.

P – O PNFM em que pé está, porque percebo que vocês já tinham um convênio assinado.

R – Sim. Esse é um recurso do mesmo convênio.

P – E por que houve uma redução?

R – Estou pegando aqui com o meu especialista em tecnologia.

P – Se ele quiser falar, até porque sei que isso não é necessariamente da sua área, mas como acompanhei um em Osasco, queria saber como está o daqui.

R – Estamos com 35% desse último PNFM executado e esperamos executar 100% até 31 de outubro de 2015. É o PNFM dois esse.

P – Só para entender, o primeiro, esse de 2014, na realidade tinha um de 2013 de 41,047 que só foi liquidado 1.7. Em 2014 foi orçado 19.9 e até setembro foi liquidado 2.1. Já liquidou mais possivelmente.

R – Exatamente. O que está prendendo mais a execução de tudo é o mapa digital, que foi o que falei do voo, que envolve o mapa digital, o voo, a auditoria do mapa, enfim, a maior parte dos recursos está vinculada a isso.

E soltamos esse edital de licitação e respondemos alguns questionamentos do Tribunal de Contas do Município. Estamos esperando a liberação agora.

P – Mas a minha pergunta é quanto foi liquidado até agora, tem esse dado?

Porque 12,175 mais dois dá 14 e tínhamos 19 como expectativa, onde estão os cinco?

R – Não sei responder.

P – Depois se pudesse mandar, inclusive, com detalhamento daquilo que será feito tanto pelo PMAT como pelo PNFM, eu agradeceria.

R – Mandaremos.

Com relação ao...

R - O Projeto de Lei Complementar 99/2013, que trata da renegociação da dívida dos subnacionais com a União, que foi aprovado ontem no Senado. Com relação à primeira pergunta que o senhor fez, sobre qual será a economia em 2015, não temos hoje condições de fazer qualquer estimativa com relação a essa economia que a gente teria em 2015. Isso dependerá ainda de como será interpretada essa lei e como será aplicado tudo aquilo que lá está escrito no nosso contrato. Então, a gente só vai poder falar para os senhores – isso não é figura de linguagem, é verdade – quanto a gente vai ter de economia, se a gente tiver alguma economia, quando a gente assinar o termo aditivo. Nós vamos correr para assinar logo esse termo aditivo. A gente depende da sanção e, não tenha dúvida, nós estamos telefonando cinco vezes ao dia para o Tesouro Nacional para fazer isso.

O grande ganho que a Prefeitura vai ter com essa reestruturação é a mudança do perfil de endividamento da Prefeitura. A Prefeitura de São Paulo ficaria até 2030 capenga. Em 2017, a gente já perderia as transferências voluntárias e em 2030 a gente não conseguiria mais pagar a dívida. Era isso o que iria acontecer com a gente. Com essa renegociação, nós vamos conseguir pagar essa dívida até o final de 2030; não vamos ser penalizados em 2017 e pode ser – a gente acredita que sim – que abra espaço para a gente fazer operações de créditos. Os recursos das operações de crédito só podem ser utilizados em programas de investimento, por exemplo, corredores de ônibus, creches *etc.* Isso, a gente sabe que vai conseguir. Agora, economia, algum tipo de redução de Fonte 00, a gente não tem a menor capacidade de fazer essa previsão no momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Secretário. Passo a coordenação dos trabalhos ao Vereador Ricardo Nunes e a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só uma pergunta, uma dúvida que tenho, mesmo porque está em tramitação nesta Casa o PL 311/2014, que pretende criar cerca de 800 cargos. Quando diz respeito a assessor do Departamento da Contadoria da Secretaria de Finanças,

antes era preciso ser especialista em Administração e Orçamento. Agora, basta ser um servidor municipal. Eu gostaria de saber o porquê dessa alteração.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Não vim preparado para lhe dar essa resposta. Se o senhor puder ver a lei, onde está, eu posso talvez ajudar.

P – Não, é um projeto de lei. Não está em minhas mãos, mas foi alvo de discussões nossas. É um PL que está aqui na Casa em tramitação. Não é só a Secretaria de Finanças que está rebaixando o nível da assessoria técnica, mas também a Secretaria de Planejamento, que exigia de um assessor técnico uma experiência de 3 anos no mínimo em planejamento urbano e acabou com essa exigência. Com relação ao Departamento de Contadoria da Secretaria de Finanças, acabou também com a exigência de especialista em administração do orçamento. Não sei se foi erro, mas nos deixa preocupados, porque sabemos que são cargos extremamente importantes e necessitam de uma especialização. Embora eu tenha o maior respeito pelo servidor público, acho que há, nesse caso, necessidade de uma especialização.

R – Sr. Vereador, vou lhe pedir, então, por favor, para que eu encaminhe para o senhor a resposta a essa pergunta. Realmente, eu não tenho como lhe responder agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Agradeço o Secretário Adjunto. Temos dois inscritos para fazer uso da palavra por três minutos. Chamo o Sr. Manoel Pacífico, Diretor dos Empregados da Prodam.

O SR. MANOEL PACÍFICO – Boa tarde a todos. O motivo de eu vir conversar com os senhores é em função do que a gente tem visto na Câmara Municipal nos últimos meses, e não está sendo diferente nessa audiência de orçamento.

Quero deixar registrado que a Prodam é uma empresa pública do Município. O Município tem 99,9% das ações da Prodam. A Prodam não visa a lucro, ela é um corpo de técnicos do mais alto gabarito. É uma empresa como as demais: SPTrans, CET, Cohab, Emurb, que presta serviços ao Município. Mas vimos verificando nos últimos tempos que existe uma iniciativa de desqualificar os profissionais da Prodam, até em um requerimento de CPI da

própria Prodam, assinado pelo Vereador Adilson Amadeu, que cita, de se refere, de maneira pejorativa, aos profissionais da Prodam.

Vim falar no contexto de Finanças, porque foi citada aqui pelo relator a questão do sistema da nota fiscal eletrônica, que é modelo de sistema no Brasil. Nós temos orgulho de ter participado desse projeto, que nasceu em uma prefeitura pequena do Estado do Rio de Janeiro. Fizemos um convênio com a empresa que pensou esse sistema junto com a gestão do Serra e do Kassab, com as pessoas que estavam lá na gestão financeira, e conseguimos customizar esse sistema, que hoje presta serviços aos cidadãos do Brasil inteiro, se assim a gente entender. Hoje esse sistema está em Salvador, em São Paulo, Manaus e outras cidades.

É importante que a gente fiscalize. Eu, como diretor eleito pelos empregados da Prodam, tenho essa obrigação, assim como tem os Vereadores desta Casa. Aplaudo a iniciativa de se cuidar do erário, é isso que temos que fazer; mas entendo que isso deva ser estendido a todo e qualquer órgão do Município. O Prefeito Haddad assinou dois decretos que abre o setor de tecnologia para todo o Município. Qualquer órgão do Município pode contratar TI, basta que o CMTIC - Conselho Municipal Tecnologia da Informação e Comunicação entenda que pode ser contratado. Não estou aqui defendendo monopólio para o Prodam ou que quer que seja. A gente está falando que a gente presta um serviço de muita qualidade; 96% da arrecadação do Município passam pelos sistemas da Prodam; e essa questão de ser legado ou não ser legado, mainframe ou baixa plataforma é uma questão muito relativa, porque os bancos guardam seus dados num mainframe e têm o front em Java, DotNet, Microsoft para ter uma interação mais rápida. Essa discussão está acontecendo hoje na Prodam junto com as Secretarias.

As informações que vêm em um momento como este podem nos levar a uma ideia de Prodam que não é verdadeira. Então, eu, como funcionário da Prodam, cidadão de São Paulo e representante daqueles empregados que lá estão, sinto-me no dever de vir aqui passar esta mensagem a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Sr. Manoel Pacífico. O Senhor quer fazer alguma colocação, Dr. Paulo? (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) - Acho que foi mais direcionada à própria Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Foi para mim mesmo?

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu acho que que foi (risos).

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Agradeço ao Sr. Manoel Pacífico. É importante ter vindo aqui falar, e estamos aqui para ouvir. O senhor pode ter a certeza e falar para todos os empregados da Prodam que, da parte deste Vereador, os funcionários sofrerão uma maior rigidez na fiscalização, mas eles também terão todos os elogios quando merecidos. Agora precisamos apurar se são necessários mesmo os 900 funcionários, se, naquele endereço, é necessário pagar aquele valor de aluguel. São coisas para a Cidade, nada pessoal contra a Prodam, já que, no decorrer do trabalho, identificamos que 100% de todos os supervisores das subprefeituras reclamam da Prodam. Se hoje um fiscal da subprefeitura quiser saber se uma padaria, por exemplo, tem licença de funcionamento, ele não tem como saber, porque a Prodam não fornece essa informação tão básica.

Dentre as 32 subprefeituras existentes na cidade de São Paulo, duas desenvolveram sistemas caseiros. A Subprefeitura da Lapa tinha 7.500 processos parados. Um funcionário que gosta de ITI, a um custo zero, desenvolveu um programa e agora o número de processos parados é de 2.500. Na Subprefeitura de Parelheiros, a mesma coisa.

Não uso o sistema da Prodam, mas as pessoas vêm nos contar e eu queria que o senhor entendesse que é a minha função, como Vereador eleito pelo povo, apurar, investigar e cobrar. De certo, deve haver na Prodam funcionários valorosos, mas existem informações de que nem todos estão lá, todos os dias, trabalhando. Não vamos entrar em detalhes, pois seria até leviano citar números sem ter informações precisas e concretas, mas temos que apurar isso. No entanto, este Vereador mantém o maior respeito pela empresa, apesar da preocupação.

Aproveito para informar que teremos, logo em seguida, audiência pública da Prodam.

Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso, da Associação Arte e Artesã.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Boa tarde. Eu queria fazer um questionamento à Secretaria de Finanças, porque acho que ela acredita que o povo não usa o serviço de atendimento da Secretaria, porque hoje em dia, para ser atendido lá, é necessário agendar pelo computador. Se a maioria da população não tem computador, como as pessoas vão acessar? Acredito que isso seja até uma violação pública, porque determinam uma coisa sem avisar a população. Desculpe, mas, ultimamente, a Prefeitura está deixando a desejar. No transporte, por exemplo, quando mudam uma linha de ônibus, a população não é avisada. Quanto à questão da Secretaria de Finanças, é uma informação interna e fiquei sabendo que eu tinha que fazer agendamento por computador na semana passada. É ótimo isso, mas quero fazer uma sugestão: que disponibilizem um número de telefone 0800 para que as pessoas que não têm computador ou que não sabem manuseá-lo possam ter acesso ao serviço de agendamento, assim como existe no Poupatempo, que hoje é o melhor sistema, por exemplo, para tirar o RG, e funciona. Então, que a Secretaria faça a mesma coisa. Podem até alegar que há o telecentro, mas ultimamente esse serviço também não está funcionando. Dizem que vai voltar a funcionar no ano que vem, vamos ver.

A sugestão, então, é esta: disponibilizar um 0800 para que a população acesse os serviços da Secretaria de Finanças, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Uni São Paulo Trabalho e Empreendedorismo e primeiramente, quero parabenizar o Sr. Secretário pela presença e cumprimento o Relator da peça orçamentária 2015, o Vereador Ricardo Nunes, e todos os demais, incluindo os telespectadores da TV Câmara São Paulo e os internautas.

Secretário, quero focar na meta 79, que aborda o programa de incentivos fiscais

para a região Leste da região do extremo Sul da cidade de São Paulo. Nas 61 audiências públicas da PDE e nas 35 audiências públicas do Plano de Metas do Governo Haddad, a nossa tese se focou na ideia de se levar emprego para os bairros dessas duas regiões da cidade de São Paulo, que são as duas mais populosas, com mais ou menos mil munícipes disputando uma vaga de emprego. O Governo do Estado, ao longo desses anos, sucateou o parque industrial da cidade de São Paulo, expulsando as indústrias e as empresas por conta das altas taxas de tributos e agora as está expulsando por falta de água.

Parabenizo o Prefeito Haddad pela iniciativa, pois duas empresas já se instalaram nos bairros da zona Leste, gerando mais de cinco mil novos empregos diretos, só que as indústrias estão tendo dificuldade, porque o Governo do Estado está pondo empecilhos.

Gostaria, então, de saber de V.Exa. qual é a ação que sua Secretaria tem para viabilizar essa articulação com o Governo do Estado para as indústrias se instalem nos bairros dessas duas regiões.

Quanto à meta 50, que visa à instalação, até 2016, de 50 mil metros de passeios públicos. Nessas audiências públicas, lutamos e defendemos a tese de 1.200 quilômetros, mas já é um avanço, porque os governos passados não cuidaram das calçadas públicas da cidade de São Paulo, e os munícipes, para trafegarem...

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Laerte, calçada pública não é trabalho para a Secretaria de Finanças. Por favor.

O SR. LAERTE BRASIL – Nesses passeios, precisam ser verdadeiros superatletas. Outra, para encerrar, vamos dizer, a meta 85, um programa de incentivo para construir prédios verdes aqui na Cidade de São Paulo. Estamos apresentando essa tese, está na meta 85, mas ela não fala quanto vai isentar os empreendimentos a ser instalados, construir prédios verdes aqui na Cidade de São Paulo. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra, o Sr. Secretário Adjunto, Antônio Paulo.

O SR. ANTÔNIO PAULO – Com relação ao Sr. Carlos Henrique Cardoso, nós tornamos obrigatório o agendamento prévio, a partir do dia 3 de novembro. Já estávamos anunciando nas agências, no site, enfim, há vários meses que isso seria obrigatório a partir do dia 3 de novembro. Com relação a telefone, o senhor tentou fazer agendamento pelo 156? (Pausa) Vamos apurar para saber como está a questão do 156, porque a ideia era colocar no 156.

Sr. Brasil. Com relação ao incentivo fiscal da zona Leste, fizemos ano passado. Ele está andando. Indústria, infelizmente, não conseguimos dar incentivo porque não tem nenhum tributo nosso que atinja a eles. O IPTU é uma parcela muito baixa da planilha de custos deles. A meta todos passeios públicos, não tenho o que falar. É importante perguntar para Sempla, Subprefeituras, e com relação a questão na meta dos prédios verdes, sim, é um item que estamos estudando na Secretaria de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nesse momento, faço a entrega, se o senhor puder protocolar, do documento do Dr. Renato Nalini, Presidente do Trabalho e Justiça, com relação ao Projeto do PPI, onde altera o Art. 15º 1º, da Lei 14800, onde pede que o mínimo do valor a ser ajuizado não seja os 1500 reais como proposto pela Secretaria de V.Exa. mas sim, 10 mil reais com todas as justificativas, inclusive com estudo do IPEA.

O SR. ANTÔNIO PAULO – O Senhor pode entregar para mim. Não sei se a CNJ está aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O ofício está para o Marcos Cruz, Secretário de Finanças.

O SR. ANTÔNIO PAULO – Ok. Sem problemas. A gente encaminha para ele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) Aqui tem tudo a ver com o orçamento, porque vamos arrecadar mais dessa forma e vamos gastar menos.

Nada mais a ser tratado, com relação, a Secretaria de Finanças, declaro realizada a audiência pública dessa Secretaria.

Vamos dar continuidade dos trabalhos com a Secretaria de Negócios Jurídicos. Convido Sr. Marcos Scarpe Costa e Jose Marcos Sequeira da Procuradoria Geral do Município, representando o Sr. Secretário Luiz Fernando Massoneto.

- Assume a Presidência o Sr. Aurélio Nomura.

O SR.PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao Sr. José Marcos Siqueira.

O SR. JOSÉ MARCOS SIQUEIRA – Sras. e Srs. Vereadores, é com satisfação que comparecemos nesta Casa, para apresentar justificativas da proposta orçamentária da Secretaria de Negócios Jurídicos. Inicialmente, até para facilitar os encaminhamentos dos questionamentos que os senhores possam, porventura, ter eu como Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral do Município, participei da elaboração dessa proposta orçamentária, Secretaria de Negócios Jurídicos tem uma característica peculiar, porque, na estrutura da Secretaria, temos duas unidades orçamentárias. A primeira vinculada diretamente ao gabinete do Secretário de Negócios Jurídicos que cuida da administração do gabinete dos órgãos ligados ao gabinete. E uma segunda unidade orçamentária da Procuradoria Geral, que faz a execução orçamentária de todos os órgãos ligados diretamente a Procuradoria Geral do Município. Temos cinco departamentos que cuidam, basicamente, do contencioso judicial do Município de São Paulo, assessoramento jurídico da Administração direta e parte da indireta. E até para facilitar o encaminhamento da Mesa, Dr. Marcos Scape, é nosso assessor especial no Gabinete que cuida da parte de elaboração do próprio orçamento. Então peço aos senhores eu as questões mais ligadas a números, dotações, enfim, esse detalhamento, peço permissão para que possa repassar as perguntas para o Dr. Marcos Scape, porque ele, com maior propriedade, poderá esclarecer as dúvidas. Além disso, gostaria, como acabei sendo convocado para essa reunião, um pouco as pressas, eventualmente alguma questão que a gente não consiga responder de pronto aqui, acredito que bem provável consigamos elucidar todas as questões, mas se porventura ficar alguma questão mais específica, pediria que depois

ela fosse formulada para que possamos, depois, eventualmente apresentar um esclarecimento por escrito. Dados gerais aqui da proposta da Secretaria, primeiro lugar é uma característica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, é uma Secretaria basicamente administrativa. São poucos os investimentos previstos na área da nossa atuação, basicamente temos um orçamento bem enxuto, comparando a proposta para 2015, com o atual orçamento de 2014. Basicamente houve um acréscimo em torno de 10% se comparado ao ano atual. O Marcos tem os números exatos, se for registrar. Basicamente os valores da Secretaria se voltam ao custeio geral de contratos. São contratos continuados. Cerca de 58 contratos; 8 ligados ao gabinete do Secretário e 50 da Procuradoria Geral do Município. A nossa folha de pagamento de servidores, praticamente ela não sofreu o acréscimo, inclusive, vi aqui tem candidatos aprovados no último concurso de ingresso na carreira de Procurador. Não há previsão, já adianto aqui, o que foi feito na proposta orçamentária foi, acho que é uma estimativa de atualização de valores da folha atual. Porque? Porque, em 2014, já na proposta que está sendo executada, de 2013 para 2014 - como o concurso já estava aprovado no final de 2013 -, em 2014 já havia previsão de ingresso dos 70 procuradores, que era um número inicial previsto em edital.

Os 70 procuradores já foram nomeado, só faltam dois a serem empossados. Já estão trabalhando. E a nossa orientação, recebida da Administração, foi de não iniciar o exercício, vamos dizer, com estimativas de novas nomeações. Isso vai ser avaliado pela Administração no decorrer do ano. Setenta novos profissionais ingressando numa carreira gera um impacto e nós pretendemos sentir como eles vão ser absorvidos no dia a dia para poder estimar a necessidade de novas nomeações.

Então só retornando aqui: a folha só foi reajustada, por isso, também não gerou nenhum impacto significativo de um exercício para o outro.

Investimentos. A Secretaria de Finanças acabou de esclarecer, aqui, também, com relação ao Pmat/Pnafm. Temos previsão de três ou quatro projetos, todos eles ligados à área

de tecnologia da informação, melhoria do parque de informática, atualização de sistemas, tanto da dívida ativa e, principalmente, do sistema que chamamos, hoje, de processo eletrônico, o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça está todo voltado para a informatização e, por isso, temos de acompanhar esse movimento. Então parte dos investimentos estão previstos no Pmat/ Pnafm.

Reformas dos edifícios e prédios da Procuradoria Geral. Existe também um estudo e uma estimativa das nossas necessidades e, na distribuição do Orçamento, as reformas de próprios municipais tem prevista uma dotação que fica abrigada na Secretaria de Governo Municipal.

Assim, passamos nossas necessidades para a Secretaria e, daí, a Secretaria de Governo Municipal é que vai abrigar esses recursos, enfim, vai gerenciar essas necessidades. Não sei como ficou na proposta final essa questão.

Mas, para nós, da Procuradoria, seria muito importante que isso ficasse contemplado, pois, inclusive, até para registro, no atual exercício tivemos um problema no prédio que está instalado o Departamento Judicial e o de Meio Ambiente e Patrimônio, que gerou um questionamento com relação a questões de segurança. Intervimos rapidamente, corrigimos o problema existente, mas o que surgiu é que acabamos fazendo uma avaliação de todos os prédios.

O Procurador Geral constituiu uma comissão para avaliar a situação de todos os prédios da Procuradoria. Fizemos um levantamento mais detalhado e passamos esses projetos que, hoje, se encontram em Siurb para análise do pessoal do Departamento de Edificações – Edif; e a dotação vinculada à Secretaria de Governo Municipal.

Também com relação a investimentos, os poucos que temos previstos na Proposta Orçamentária, houve uma alteração. Temos contratos com a Prodam e eles são divididos, basicamente, em contratos de sustentação – que eles, assim, o denominam -, que servem para suportar os gastos ordinários do dia a dia da Procuradoria; o contrato de melhorias e o contrato

do processo de execução fiscal digital.

Esse último foi iniciado há dois anos atrás, se não me engano. Acho que até mais. O prazo inicial acho que era de 36 meses, ele foi aditado recentemente para 43 meses.

Houve um atraso na execução desse projeto por conta de tratativas com o Tribunal de Justiça. No final de 2013 – acho que em dezembro de 2013 ou início deste ano -, o Tribunal de Justiça assinou um convênio, um protocolo técnico com a Procuradoria e, daí, o projeto começou a caminhar. Está com previsão de início para fevereiro de 2015. Está em fase de homologação e testes.

Esses investimentos que antes estavam previstos nas dotações da Secretaria de Planejamento, parece que na Proposta Orçamentária de 2015, eles serão devolvidos às Secretarias que voltarão a gerenciar esses recursos com a Prodam.

Então na nossa proposta aparece valores, uma alteração de valores que, se comparados com o exercício atual, mas, isso se, na verdade, e está mais justificado, por conta dessa realocação de dotações dentro da Proposta Orçamentária.

Falei do convênio com o Tribunal de Justiça. Temos tido um excelente diálogo lá. Dentre essa previsão de investimentos da Procuradoria, e também da Secretaria de Negócios Jurídicos, todos os nossos esforços estão voltados a atender a digitalização dos processos judiciais. Boa parte deles já tramita, hoje, em meio eletrônico e a Procuradoria – confesso aqui – e a Secretaria ficaram um pouco atrasada com relação a essa questão.

Estamos retomando o tempo perdido, recuperando o tempo perdido, e temos lá projetos de digitalização de acervo de documentos, Temos ainda acompanhado outras propostas de outras Secretarias com relação à informatização geral da Administração Pública.

Isso tudo, por enquanto, é um esboço geral. Volto a dizer que o Dr. Marcos é nosso assessor na área, tanto de orçamento e finanças, parte de contabilidade. Assim, com relação a números e detalhamentos, ele pode me auxiliar e eu fico aberto às questões que os senhores queiram fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura – PSDB) – Agradeço sua manifestação.

Passo a palavra ao nosso Relator Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Obrigado. Quero agradecer ao Dr. Marcos Scarpi e ao Dr. José Marcos Sequeira de Cerqueira.

O senhor falou que o Orçamento é pequeno, é pequeno mesmo. São 187 milhões, é dinheiro, viu?

No Código 2171, o senhor tem lá para Manutenção de Sistema de Informação e Comunicação, suponho que seja contrato com a Prodam, o senhor comentou.

O senhor teve, para 2014, R\$ 8,230 milhões orçados. Havia liquidado, até setembro de 2014, R\$ 4,3 milhões e está previsto o mesmo valor 8,298 milhões – quase o mesmo valor – para 2015.

Só a Secretaria de Finanças e, agora, a de Negócios Jurídicos, percebo que manteve valor idêntico 2014 – 2015.

Agora, 8,3 milhões para manutenção do sistema, imagino – só o senhor confirmar – seja toda a parte da emissão da nota fiscal eletrônica; das emissões de toda a parte tributária da Cidade. Imagino que seja dentro desse processo.

O SR. JOSÉ MARCOS SEQUEIRA DE CERQUEIRA - Não, não.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Isso aqui é só o quê?

O SR. JOSÉ MARCOS SEQUEIRA DE CERQUEIRA - Na verdade, a administração tributária é toda da Secretaria Municipal de Finanças.

A Secretaria de Negócios Jurídicos e a Procuradoria Geral do Município tem a gestão e a competência de gestão da dívida ativa.

Então está ligado, sim, a área tributária e a fiscal, de arrecadação, mas não só nota fiscal eletrônica e lançamentos tributários da Secretaria de Finanças. Esses créditos não pagos pelo devedor, ou pelo contribuinte, são inscritos em dívida ativa e, em seguida, iniciado o procedimento de cobrança, que envolve ações administrativas e o ajuizamento de processo

judicial de execução fiscal, que é o objeto de informatização – esse que comentei e firmamos um convênio.

Na verdade é um convênio, mas é mais um protocolo técnico com o Tribunal de Justiça para que seja feita a integração do sistema desenvolvido pela Prodam, com o sistema já implantando e, em funcionamento, do Tribunal de Justiça. Esse sistema chama-se SAJ – Sistemas de Ações Judiciais do Tribunal de Justiça.

Parte desses recursos, que estão no Orçamento atual, e estão também na proposta de 2015, referem-se a esse contrato. Mas, fora esse contrato, tem: sistemas da dívida ativa e sistema de acompanhamento de ações judiciais, que se não me engano, se chama SIAJ, que também passará por modernização para poder ser integrado ao Tribunal de Justiça.

Atualmente, não existe comunicação. Os processos digitalizados da Procuradoria, hoje, são feitos como qualquer escritório de advocacia de forma artesanal. Então se eu tiver de responder um processo digitalizado do Tribunal de Justiça, hoje, não tenho um sistema integrado que eu possa fazer protocolo de documentos ou petições de forma direta e eletrônica. Tenho de digitalizar num scanner manual, comum, salvar no meu computador e fazer a transmissão via internet para o sistema do Tribunal de Justiça.

O que temos lá é autenticador de certificação digital e isso está sendo feito. O que se pretende é automatizar todo esse procedimento em razão da massa e do volume que o Município tem para controlar.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Mas, doutor, então a Secretaria de Negócios Jurídicos gasta quase R\$ 700 mil por mês, setecentos e pouco mil reais por mês, só para ter o SAJ? Só para fazer o encaminhamento das ações da dívida ativa para o Tribunal de Justiça?

O SR. _____ - Os sistemas que estão envolvidos nessa dotação, então, é o SIAJ; há um sistema de precatórios, de registro de precatórios; tem um sistema, a repartição, o que compete para cada órgão da Prefeitura, o sistema de orçamento e finanças, o sistema de suprimentos, o SIAJ que já foi dito; e também o SDA que é o Sistema da Dívida

Ativa.

Então todos esses sistemas já são existentes, já estão operando.

O que você tem, aqui, é praticamente a manutenção e eventuais melhorias muito pontuais desses sistemas, conforme vamos fazendo a correção.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – O senhor acha razoável setecentos e poucos mil reais por mês para isso?

O SR._____ - Olha, são vários sistemas, são várias horas, são orçamentos aprovados pelos órgãos, então, o custo, eu acho, não está assim, tão...

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Setecentos e poucos mil reais por mês?

O SR._____ - Dizer, com certeza, que dez sistemas e pelo volume de informações que é gerado pela Secretaria, só de cobrança de dívida ativa, o volume de informações que é gerado e armazenado lá dentro, sistemas de precatórios...

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Vocês pagam por informação?

O SR. MARCOS SCARPA – Olha, o detalhamento, não tenho a resposta...

O SR. RICARDO NUNES – O quanto de informação que existe lá dentro, isso independe do custo que os senhores estão pagando. Pode-se ter uma ou um milhão de informações, o custo é o mesmo.

O SR. MARCOS SCARPA – Dentro desse valor global, está tudo lá, desde rede corporativa, *e-mail*, *internet*, locação de *links*.

P – Está tudo bem. Os senhores acham razoável.

R – Parece-me que está tudo justificado.

P – Ok. Na administração de unidade, da fonte 00, de 156 caiu para 106 milhões. Foi uma queda de 32%. Como a administração de unidade tem de ter alguma justificativa para flutuar, porque aumentou da fonte 08 que não tinha. Então voltou novamente para 160.

O senhor sabe dizer o porquê da inclusão da fonte 08 nesse código 2100, relativo à administração de unidade?

R - A questão da criação da fonte 08 é a vinculação dos recursos oriundos da verba honorária dos Procuradores. O senhor pode observar que a fonte 08 está como despesa de pessoal. Não é nenhuma novidade, nós apenas fizemos, realmente, uma correção, porque uma parte da receita da dívida ativa corresponde a honorário advocatício. É um recurso vinculado que se destina a pagar uma parte dos salários dos Srs. "Procuradores e outra, que também aparece na dotação 2180, corresponde à capacitação de servidores. Então, 95% são distribuídos aos Srs. Procuradores, lógico que obedecendo a uma regra, e 5% vão para o aprimoramento aos integrantes da carreira de Procurador".

P – Esses 5% são dados em curso ou incorporados ao salário?

R – Não, não. É em curso, aquisição de livros ou equipamentos que possam trazer melhoria ao desenvolvimento do trabalho dos Procuradores.

P – Então sobre a questão 2100, na verdade, a diferença que houve entre 2014 para 2015 foi apenas o desmembramento da verba honorária dos Srs. Procuradores.

R – Isso. Saindo da fonte 00 e indo para a fonte 08, até para amarrar a questão da vinculação, porque na receita também houve essa alteração. Ficou como uma receita, não fonte 00, mas fonte 08 e para ter o equilíbrio, a despesa também passou a ser da fonte 08, como sendo recurso vinculado. Assim como um recurso do Fundurb, do Fundo de Saneamento.

P – Dr. Scarpa, na 4817, com relação às despesas administrativas para execução de ações judiciais, processamento de feitos, de 3,5 milhões, orçado em 2014, está indo para 5,153. Essas despesas administrativas seriam relativas a quê?

R – Sr. Vereador, de 3,5 deste ano, o orçamento já foi atualizado para 5,3. Estamos projetando 5,1 milhões, que são despesas relativas a peritos judiciais e assistentes técnicos que trabalham nos processos de ação judicial, e oficiais de Justiça. Uma despesa forte é com os correios, por volta de 2,5 milhões, que é justamente a citação feita aos contribuintes em dívida com a municipalidade. Praticamente relativas a ações judiciais.

P – Dessa despesa, metade dela é gasta com os correios e o resto com peritos judiciais e tal.

R – Isso.

P – Esse ponto é importante. Não sabia que havia um gasto de 2,5 milhões com correios. Veja, quando é feita a cobrança por meio de cartório, a municipalidade não tem essa despesa, não é? O cartório arca com tudo que é *ad Successum*; se receber, paga. É bastante recurso.

Voltando, no início falamos a respeito dos 8,3 milhões da manutenção do sistema de informação e comunicação e aparece o desenvolvimento de sistemas de informação e comunicação, também da fonte 00, de 5,999 milhões. O senhor havia comentado que a pretensão é criar um programa. Qual é o sistema?

- Manifestação fora do microfone.

P – Aqui já é um desenvolvimento.

R – Sim.

P – O outro era manutenção, agora já é desenvolvimento.

R – Esse é efetivamente a integração do sistema do Tribunal de Justiça com a do nosso sistema de dívida ativa.

P – Ainda não tem isso hoje? Mas são todas petições eletrônicas da dívida ativa?

O SR. JOSÉ MARCOS SIQUEIRA DE CERQUEIRA - Vale o histórico, porque ele é um pouco longo.

O SR. RICARDO NUNES – Como estamos numa audiência pública, é feito o registro taquigráfico e é importante dar publicidade a todas as ações. Por isso faço por etapas e imagino qual a dúvida das pessoas. Às vezes nem é minha a dúvida, mas eu coloco para que todos tenham entendimento.

O SR. JOSÉ MARCOS SIQUEIRA DE CERQUEIRA - Primeiro vou responder diretamente e depois traço um histórico até para esclarecimento. Não existe a integração 100%

eletrônica. Isso será feito agora porque o Tribunal de Justiça efetivamente disponibilizou o sistema de execução fiscal digital neste ano. Se não me engano, foi a partir de março deste ano. No passado, as iniciativas da Procuradoria Geral do Município sempre foram pioneiras.

Trabalhei no Departamento Fiscal desde 93 ou 94 e tivemos vários momentos, vários Presidentes do Tribunal e várias orientações. Mas, para resumir, boa parte das comunicações oficiais entre o Poder Judiciário e a Procuradoria Geral do Município é, de certa forma, informatizada. Não temos um canal direto de comunicação. Existem sentenças em lote que são proferidas em arquivos eletrônicos e transmitidas por mídias. No passado eram disquetes, no início, processados no sistema *mainframe*, no banco de dados da dívida ativa e gerenciados pela Prodam.

Então esse processamento em bloco de informações; seja de andamento processual, resultado de citações positivas ou negativas; esses lotes de informações não vêm por um sistema integrado e seguro de comunicação. Então eles acabavam vindo por mídias. Hoje parte delas vem até por *e-mail*, criptografia, mas foi CD, enfim, existe uma informatização grande.

E para que tudo isso funcionasse, a Prefeitura cedia um sistema próprio para as execuções fiscais e disponibilizava isso por convênio para o Poder Judiciário, que se chamava SEF, Sistema de Execuções Fiscais. Em fevereiro ou março deste ano esse sistema foi deixado de lado e as execuções fiscais passaram a ser tratadas dentro desse sistema maior do Tribunal de Justiça que se chama E-SAJ. Até então, a Prefeitura atuava nas duas pontas com o suporte técnico da Prodam, na Vara das Execuções Fiscais e com o sistema. E, do nosso lado, com o sistema da dívida ativa.

O SR. RICARDO NUNES – Esse sistema que os senhores pretendem adquirir de 5,999 milhões de reais um sistema para fazer a integração das cobranças da dívida ativa do município junto com o Tribunal de Justiça.

NÃO IDENTIFICADO – Pelo valor, eu não tenho certeza. Há dois sistemas voltados

para a integração com o Tribunal de Justiça. Um é o sistema de execuções fiscais digitais. Já existe um contrato em andamento e que está em fase de homologação e testes, o qual estamos encerrando agora, com previsão de início para fevereiro de 2015. Ele ainda tem gastos, custos que vão se projetar para 2015. O que há de novo, o que o Vereador está se referindo, é o sistema que vamos chamar de SGD(?). Tudo que não é execução fiscal são os outros processos judiciais, mandatos de segurança, ações de conhecimento, cautelares e ADINs. Tudo isso a gente vai tratar num sistema semelhante, mas voltado para o Fórum da Fazenda Pública. A execução fiscal é um universo à parte, tanto para o Judiciário quanto para nós, da Procuradoria, pela dimensão e pelas características também do processo em si. Eu acredito que o valor que V.Exa. está se referindo é para esse, que visa à integração da Procuradoria com a Fazenda Pública, mas tudo(?) é o Poder Judiciário.

O SR. RICARDO NUNES – Esses 5,999 milhões de reais estão especialmente na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, como desenvolvimento de sistema de informação. Na dotação, está assim: A definir. Então, eu, particularmente, como homem público, vejo uma previsão de despesa de seis milhões de reais a definir. Não me parece plausível.

R – Teoricamente são esses dois sistemas, o de Execução Fiscal e esse geral, que não seja a execução fiscal. Um já está quase concluído, que vai entrar agora no primeiro semestre de 2015; e o outro já está começando a haver tratativas, para se ver como vai ser operado. Então, aí também há uma estimativa de desenvolvimento de novos projetos para a secretaria.

P – Aparece aqui também, na Procuradoria... Nós já falamos lá com relação a Negócios Jurídicos, os 8,298 milhões de reais. Então, esse serve para a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e a Procuradoria, em conjunto.

Nós estamos falando muito aqui com relação ao ajuizamento da dívida ativa. Há um projeto, na Casa, que trata da alteração do valor, onde a Procuradoria tem que ingressar com a ação ou fazer outra forma de cobrança. Hoje é de mais de 800 reais e a proposta é para se ir

para 1.500 reais. Eu recebi ontem um documento do Sr. Renato Nalini, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça, pedindo que esta Casa reveja, e, baseado no estudo do IPET(?), que isso seja, no mínimo, de 10 mil reais.

Por que é importante os senhores avaliarem isso? A dificuldade do caixa da Prefeitura é bastante grande. Só para os senhores terem ideia, havia, na previsão de 2014, para a gente receber, em números redondos, cinco bilhões de reais de recursos no Governo Federal, mas recebemos 300 milhões de reais. Então, realmente o caixa ficou bastante apertado.

Quanto a essa questão, eu conversei com o Sr. Procurador Chefe da Procuradoria Geral do Estado, do PGE(?), que cuida do ajuizamento das dívidas ativas. No Estado, a ajuização só é acima de 12 mil reais. No Governo Federal, é acima de 20 mil reais. O resultado que há é quando se faz a cobrança via cartório, de 18%; e quando a cobrança é ajuizada, é de 2%. Uma das propostas que eu tenho, nesse projeto, é de fazer, pelo menos, (ininteligível) doze mil, mas com o documento do Sr. Renato Nalina, agora - há todo um estudo e um embasamento com relação a isso - pergunto: “O fato de haver o limite para ajuizar a ação da dívida ativa de 1.500 reais para dez mil reais, isso impacto no recebimento dos honorários dos Srs. Procuradores”? Eu imagino que não, porque acho que todos estão no teto.

R – Impacto há. Se há cobrança, se há arrecadação e se essa cobrança foi ajuizada, há impacto. A questão do valor em si foi 1.500 reais. Eu não acompanhei diretamente esse projeto, essa discussão do PPI e a elaboração da proposta. O que eu posso dizer, pela experiência que eu tive em cobrança de dívida ativa, é que os tributos têm características próprias. Então, o que a gente percebe, por exemplo, é que os tributos da União têm uma característica e os tributos do Estado têm outra característica. Quanto ao município hoje, a dívida ativa, a fonte de arrecadação da dívida ativa vem basicamente de IPTU. O ISS, até pela característica do tributo, que é vinculada a serviço e normalmente serviço não exige grandes investimentos em indústrias e parques industriais, equipamentos etc... Um serviço, uma

atividade empresarial na área de serviço, quando se encerra, normalmente o empresário dissolve, muitas vezes nem regularmente a empresa e dá baixa; e o crédito fica. Então, a gente tem uma dificuldade enorme. Existem créditos muito expressivos de ISS em cobrança que não se realizam. Por quê? Porque o devedor, muitas vezes, realmente perdeu o patrimônio. O patrimônio desapareceu, e a gente tem um crédito, mas não há como se chegar efetivamente ao devedor. A gente tem várias ações nessa área.

Então, em valores, a maior parte da dívida ativa está vinculada ao ISS. Em quantidade de créditos, proporcionalmente é o inverso. Ele vem todo do IPTU, e, na fonte do IPTU, há créditos de menor monta. Então, eu acredito que haja algum dado concreto que tenha levado a chegar a esse valor de 1.500 reais.

Em outras Fazendas, o Estado trabalha com dez mil reais ou doze mil reais. O Tribunal está propondo dez. Eu acho que é razoável. Por quê? Porque hoje a Procuradoria já faz cobrança administrativa, inclusive protesto judicial. Até é uma falha nossa não divulgarmos essas ações ou não haver a comunicação devida, mas se a Procuradoria do Município não foi a primeira, foi uma das primeiras a realizar protestos em cartórios.

Confesso que estou afastado do departamento já há um bom tempo, pelo menos de 2008, quando saí do departamento fiscal, mas eu posso assegurar que são medidas concretas. A gente atua nessa área.

Com relação a protesto também, se não me engano, foi feito um levantamento de acordo - acho que estava em lei ou decreto – mas direcionava esses protestos para acordos rompidos, porque os cadastros da Secretaria Municipal das Finanças não estavam devidamente atualizados, principalmente na área de IPTU; e o risco de se protestar indevidamente um contribuinte é muito grande. Então, o protesto voltou-se para os acordos rompidos, onde o devedor já estava identificado e também nas dívidas de pequeno valor, que acho que era esse teto de 600 reais que o senhor se referiu, que está sendo atualizado agora, que também já era um objeto de protesto judicial.

P – Temos dados bastante concretos e robustos para a cidade é importante elevar, ir para o Tribunal de Justiça que quando se fala para a cidade e tribunal de justiça, que é bom para todo mundo você ter algo mais eficaz com relação às cobranças. Não me lembro do nome do Procurador que participou das audiências públicas aqui e ele falou que o dado que eu trouxe que tem no Estado é o mesmo daqui da Prefeitura e que tinham mais de 15% de sucesso no recebimento daquilo que é protestado, com mais ou menos 2% de resultado daquilo que é ajuizado.

Não queremos prejudicar os procuradores, então, é importante escutar todos os lados até porque é bom ser amigo de Vereador também é bom ser amigo de procurador. Foi separada a verba dos honorários dos procuradores, é um valor considerável, 54 milhões, se o senhor me permitir vou entregar esse documento, mas só para o público poder entender, ler aqui um trecho da carta do Dr. Nalini.

Por que surgiu? Porque no dia que o procurador veio na audiência e falou assim: “estamos fazendo 1500 porque é de consenso com o Tribunal de Justiça” e o Dr. Nalini como é da mesma igreja que eu, temos uma amizade, e comentamos e eu falei que eles estavam querendo 1500. E saiu uma matéria no jornal que o Dr. Nalini fez falando dessa questão de que o Tribunal não aguenta mais tanto processo, já extrapolou. Daí mandei um documento da procuradoria que recebi, fiz uma consulta formal para o Tribunal de Justiça e foi quando se assustaram e me mandaram um documento falando que tinham entendido errado e que nunca tinha falado em 1500, que nunca tinha concordado com os 1500. E falou que o Poder Judiciário existe para resolver conflito, resolver controvérsias, não pode servir para cobrar dívidas, ainda mais sem dispor de estrutura pessoal e a gestão indispensável ao funcionamento de um setor nevrálgico da administração.

Daí fala que mais da metade dos processos em curso no Estado de São Paulo se referem a executivos fiscais, e é um paradoxo. Dá uma boa informação e tem todo um estudo que ele encomendou do IPEA.

Aproveito a presença de vocês e tudo tem a ver com a audiência pública porque isso vai trazer mais receita, vai gerar menos despesas e tem tudo a ver com a peça, aproveito e agradeço a oportunidade de poder conversar sobre isso.

O SR. _____ - Poderia só dar um esclarecimento. Em primeiro lugar eu queria registrar que o Desembargador José Renato Nalini é um parceiro da Procuradoria Geral do Município, nós temos atuado conjuntamente em várias frentes e é bom que se registre isso.

Em segundo lugar, todos esses parâmetros de ajuizamento, na verdade, o que é concedido à Procuradoria Geral do Município é uma autorização prévia para não ajuizar, mas não significa que a gente não possa ajuizar. O registro que eu quero fazer e isso já vem sendo feito pela procuradoria é o agrupamento de dívidas, então, todos sabem que os créditos tributários e não tributários em geral tem um prazo prescricional, então, a procuradoria já faz um processo de seleção e agrupamento de dívidas para ajuizamento conjunto.

Só para dar um exemplo, um contribuinte qualquer que hoje deixe de pagar um IPTU, de pequeno valor, ou uma parcela, enfim, vamos ter autorização de não mais que 1500 ou de outro valor que seja aprovado pela Câmara, isso não significa que esse valor que não está sendo cobrado neste momento, que não vá ser cobrado no futuro porque se ele tiver o devedor outras dívidas elas serão agrupadas e a cobrança vai ser ajuizada e até para registro, às vezes, pode ficar a impressão que 10 mil para algumas pessoas é um valor significativo e a gente tem responsabilidade na arrecadação tributária. Só para ficar o registro que a autorização para não ajuizamento, não é uma autorização para não cobrança ou uma anistia, que seria uma questão bem diferente.

O SR. RICARDO NUNES – E temos responsabilidade na arrecadação tributária, não é? Então, só para ficar o registro que a autorização para não ajuizamento não é uma autorização para não cobrança ou uma anistia - que seria uma questão bem diferente, tá?

Até você vê...

R - Poderíamos até avançar em anistia, em isenções, etc., mas... Porque pode ficar uma impressão de que a Prefeitura não vai cobrar mais esses valores e... (ininteligível)

P - Até aproveitar que está cheio de futuros Procuradores aí, há um trechinho bastante interessante. Isso fala o Dr. Renato Nalini: "Há tempos tenho enfatizado a necessidade de as entidades estatais fazerem o uso de instrumentos mais eficientes e rápidos, direcionados ao recebimento desses créditos, conciliações, cobranças extrajudiciais, protestos, certidão de dívida ativa, entre outras alternativas que, ademais, possam livrar o Poder Judiciário do exercício de função que não lhe é própria".

Então, queria aproveitar aqui, tirei uma cópia desse documento, estou encaminhando aqui ao Secretário, se vocês puderem protocolar e entregar, eu agradeço.

Da minha parte, estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Até indo nessa questão - e até com a presença aqui da Comissão dos Aprovados, da Comissão -, gostaria de indagar de V.Exas. essa questão de quantos feitos cada Procurador hoje tem sob sua responsabilidade; e se todos os órgãos da Prefeitura Municipal têm disponível, pelo menos, um Procurador. Porque o que vemos - não sei se já melhorou -, mas existia a falta de Procuradores, inclusive em Subprefeituras. Em muitos órgãos, uma das grandes travas que temos, vamos dizer, na discussão e na elaboração, elaboração de editais, nas licitações e tal, está atrelada exatamente à falta de Procuradores.

Então, gostaria de fazer esta primeira pergunta.

R - Obrigado, Vereador, pela oportunidade de esclarecer essas questões. Acho que podemos, começando pela primeira indagação, e até aproveitando aqui a oportunidade do Orçamento, da discussão do Orçamento, o número exato que cada um Procurador tem em sua banca, o número de ações, expedientes, processos administrativos, enfim, hoje a Procuradoria não tem esse número, e não tem por falta de um sistema adequado de gerenciamento, tanto das ações judiciais, de tramitação interna de documentos, não é? Isso tudo, uma boa parte é

registrada manualmente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Eu fui estagiário do Fisc (?) 32 e me lembro de que, naquela época, nós fazíamos à mão - mas não havia computador, não é (Risos)?

R - Então. E justamente, esse sistema, o SIASG digital, toda a especificação dele, também está voltada para relatórios gerenciais do gestor lá da Secretaria dos Negócios Jurídicos, enfim, ele vai estar disponível para todas as autoridades que estiverem autorizadas a lá verificar. Então, imaginamos que, num futuro próximo, bem próximo, eu tenha essa resposta para dar aos senhores aqui.

Então, só para exemplificar, na concepção desse sistema que está... É um dos projetos aí da Procuradoria, qualquer ação judicial que der entrada na Procuradoria, ela já vai estar automaticamente registrada no Tribunal de Justiça e na Procuradoria, e os expedientes que forem disparados também vão estar todos anotados lá. Assim, vamos lá, quem é o Procurador que está mais sobrecarregado? O gestor lá, o Procurador-Geral, vai saber: "Olha, realmente, aquela unidade precisa de um reforço de pessoal ou precisa de alguma providência". Todos esses dados gerenciais, vamos ter a partir da informatização.

Hoje, a distribuição de serviço, na Procuradoria, varia de unidade para unidade. Então, não dá para fazer uma regra simples e falar, assim, quantas ações nós temos na Prefeitura e dividir pelo número de Procuradores. Vamos ter um...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Não, mas eu digo assim: é compatível? Porque, na minha época, por exemplo, um mandado de segurança tinha dois Procuradores; ações fiscais tinha outro; embargos e tal. E aí sucessivamente. Desapropriações são vários. Eu acho que ainda hoje é assim. Eu pergunto: é compatível esse número de procuradores, está adequado e é suficiente para a demanda?

O SR. _____ – Olha, com o reforço dos 70 novos procuradores, a gente está num momento de avaliação. Eu acredito que com essas ferramentas que a gente

está projetando, boa parte dessa necessidade tende a diminuir. O número delas, às vezes a gente pergunta lá, o diretor do Departamento Judicial, por exemplo, ações de servidores, nós temos uma unidade lá, não sei de cabeça a quantidade de procuradores, sei que é grande o número de procuradores e são milhares e milhares de ações, se perguntar para um procurador ou para o diretor do Departamento Judicial, pode ser que ele fale: “Olha, eu estou precisando de mais procuradores”. Volto a dizer, acho que o momento agora é de avaliação, de investimento para a gente ter a ideia. Porque o procurador ingressa na carreira, ele vai ficar 30 anos. Então, como toda despesa, a gente tem que ter critério em futuras nomeações ou designações, como o...

O SR. AURELIO NOMURA – Eu falo isso porque a Prefeitura, de maneira geral, vem criando inúmeros cargos. Em todas as secretarias, se o senhor for ver, todas as secretarias estão se criando inúmeros cargos e se está indo na contramão dessa questão, vamos dizer, do aumento da dívida. Nós já chegamos até, ultrapassamos o limite da Lei da Responsabilidade Fiscal, mas mesmo assim estamos ampliando. Agora, paralelamente, existe aquela questão do Senador Federal que aprovou a renegociação da dívida. Nós estamos entendendo, vamos dizer, preliminarmente, que os 13%, percentual de pagamento, mesmo porque me parece que não consta dentro da peça aprovada da renegociação no Senado e na Câmara, a alteração do percentual, mas vai permitir à Prefeitura de São Paulo, contratar novos empréstimos, porque aí vai haver uma redução dessa dívida. Então isso também foi motivo, também faz parte de uma outra pergunta, que o Tribunal de Contas do Município, ele, no dia 10 de junho de 2014, com fundamento no artigo 59, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deu ciência para a Prefeitura de São Paulo que se encontrava em estado de alerta com relação à responsabilidade fiscal. Pergunto também a V.Exa.: tendo em vista, mesmo aprovado, mas ainda há necessidade da Prefeitura assinar um novo documento da renegociação, se ainda a Prefeitura está em curso sobre essa lei da responsabilidade? Não sei se o senhor entendeu?

O SR. _____ – Eu entendo assim, os limites estipulados pelo Senado

Federal, por exemplo, nós teríamos que chegar a 1.2, uma vez, a nossa receita com relação à dívida. Hoje nós estamos próximos, se não me engano, é um número de finanças, mas estamos próximo de dois. Com esse projeto aprovado ontem, como disse o Antonio Paulo, Secretário Adjunto de Finanças, a gente ainda não tem clareza, mas existe uma expectativa, isso a gente ainda não tem clareza, mas existe uma expectativa – isso a gente vem ouvindo ao longo do tempo – de que essa relação dívida/receita fique próxima de um número de um ponto dois, até um pouco abaixo disso. Quer dizer, se não tivesse tido a aprovação na questão do acordo da dívida, com certeza a Cidade seria insolvente a curto prazo.

P – Pergunto ao senhor, podemos rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista essa lei que foi aprovada?

R – Não porque, teoricamente, nós teríamos, se não me engano até 2016 ou 2017, que atingir esse limite de um ponto dois. Então, a princípio, ainda não estaríamos descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje. Agora, obviamente, se mantivéssemos o *status*, sem renegociação, aí sim, mas não seria só o Município.

P – Agora a Lei de Responsabilidade Fiscal faz uma série de exigências. Ela exige uma ação da Prefeitura que já deveria ter começado desde junho do corrente ano. Nós não devemos seguir e até ouvindo o Secretário Adjunto de Finanças que falou que para ela ter validade, até assinar, até celebrarmos um novo pacto junto ao Governo Federal, se passará, pelo menos, um ano. Mesmo incorrendo nesse atraso, apesar do que V.Exa. mencionou, obrigatoriamente, nós já teríamos que cumprir algumas exigências que são formuladas na própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Estou errado? Se não, esse requerimento encaminhado à Comissão, pelo qual foi dada ciência aos Membros da Comissão de Finanças, é um documento inócuo. E a Lei de Responsabilidade Fiscal dentro dos seus artigos não deve ser levada a termo porque vem uma lei que ainda vai ser aprovada, que irá permitir que a Prefeitura assine uma repactuação, mas nessa expectativa, nós não podemos cumprir e não devemos cumprir o que reza a Lei de Responsabilidade Fiscal. É isso o que V.Exa. está

falando?

R – Não. Não estou dizendo que não se tem que cumprir. Existe uma situação real que é a situação fiscal do Município com relação ao pagamento da dívida. Pagamos a dívida corretamente, em dia. O que acontece é que a gente paga muito juros e não amortizamos.

P - Não estou falando em pagar dívidas.

R – Mas para atingir o percentual de um ponto dois – porque o Tribunal dá um alerta, no sentido de que nós estamos acima de um percentual que estaria entre 1,2% e 2,0% que nós estamos. Tem um percentual que nós deveríamos estar hoje 1,5% ou 1,4% até atingir, num determinado ano 1,2%.

O SR. RICARDO NUNES – Posso fazer uma sugestão? Esse assunto é bastante polêmico, e nós estamos com pessoas inscritas. Ainda temos que escutar o Controlador Geral do Município, Relações Internacionais, Comunicação, SPDA, São Paulo Negócios, Prodam, então...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria, para finalizar, de levantar, porque nós estamos vendo aqui a utilização do código 07, aquela que está aguardando a decisão da questão do IPTU. A expectativa que a gente tem acompanhado com todos os Secretários é de que o julgamento da ação ocorra no ano que vem. Essa questão está no Tribunal de Justiça. Primeira pergunta: essa decisão é terminativa? Vai possibilitar à Prefeitura, à Municipalidade, ter a disponibilidade desses 800 milhões no ano que vem?

Primeira pergunta: essa decisão é terminativa, vai possibilitar à Prefeitura, à municipalidade ter a disponibilidade dos 800 milhões o ano que vem?

Segunda: os autores não poderão entrar com outros recursos no Tribunal de Justiça de São Paulo ou no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal tentando o não pagamento ano que vem?

R – Respondendo a questão Vereador. Estamos aguardando o julgamento, como o senhor bem lembrou, de uma ação direta de inconstitucionalidade. Essa espécie de medida

judicial, é que denominamos lá de controle concentrado de constitucionalidade. Então, a decisão que vier a ser proferida de mérito pelo Tribunal de Justiça, qualquer recurso com relação a ela... O nosso código de processo é amplo na quantidade de recursos, tirando, vamos dizer, os embargos declaratórios que poderiam aclarar algum ponto obscuro ou omissos da decisão, essa decisão do Tribunal de Justiça é de eficácia imediata. Só para dar esclarecimento, corrigir, a decisão do Tribunal de Justiça – vamos pensar no caso de improcedência das ações propostas pelos autores – não vai gerar recursos imediatos. Vai gerar crédito. Por quê? Porque os lançamentos tributários sequer foram constituídos porque no início, logo após o início da vigência da lei, a lei foi suspensa por decisão judicial do Tribunal de Justiça. Esses créditos, vamos dizer, o excedente que o senhor disse, de 800 milhões, está suspenso. Ele não foi constituído, os contribuintes nem foram notificados. Então, há uma perspectiva sim de arrecadação, e os recursos para os tribunais superiores, no caso caberiam certamente recursos para o Supremo Tribunal Federal por conta da questão constitucional envolvida nesse tipo de ação, dependeria de provimento superior do Supremo Tribunal Federal, seja pelo presidente, pelo colegiado, enfim. Há uma possibilidade de recurso, mas, via de regra, a decisão do Tribunal de Justiça vai ter eficácia sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Entendi. Então, agradeço a manifestação, ia fazer mais questões, mas acho que demandam discussão mais ampla.

Gostaria de convidar o Sr. Maurício Schaun Jalil da Comissão dos Aprovados do 7º Concurso da PGM.

O SR. MAURÍCIO SCHAUN JALIL – Boa tarde, nobres Vereadores Ricardo Nunes, Aurélio Nomura, procurador José Marcos.

Pelo avançado da hora é pelo tempo regimental que me cabe, tentarei ser o mais objetivo possível. O objetivo da comissão é que se repita para o Orçamento que será votado no próximo mês a mesma dotação dos anos anteriores, 2012 e 2013, por exemplo, que era a possibilidade, a autorização da nomeação de 161 cargos de procuradores do Município de São

Paulo. É uma dotação já prevista em anos anteriores e repetindo-se isso para o próximo Orçamento, nada extraordinário seria feito nesse sentido. Portanto, a ideia da comissão é exatamente essa.

Tenho vários números que seriam vantajosos e fundamentariam a nossa pretensão de nomeação de todos os aprovados. Esse estudo foi entregue para os Vereadores, para a Procuradoria do Município de São Paulo, mas o fato é que hoje há 150 cargos vagos, há previsão até 2016 de, pelo menos, 50 aposentadorias. Foi discutida a situação de demandas judiciais, sobretudo na área de execuções fiscais. Temos aproximadamente 2 milhões de execuções fiscais hoje em São Paulo. A procuradoria, todos sabemos o amplo espectro de atuação não só no campo judicial, como também consultoria aos órgãos da administração indireta. É muito importante destacar a situação envolvendo as subprefeituras e até mesmo algumas secretarias. Há aproximadamente 93 cargos em comissão, advogados que atuam exercendo a função de procuradores. Ainda assim haveria necessidade de nós, procuradores, no caso de haver interesse da municipalidade, de novas nomeações, de criação de cargos em comissão porque a demanda requerida pela municipalidade envolvendo todos os assuntos de São Paulo é muito grande. O fato é que – isso é incontestável – o número atual de procuradores, e isso considerando os 70 e poucos já nomeados no último concurso, é extremamente reduzido, não atenderá a demanda. Isso é um fato. Obviamente, e falo com todo respeito aos procuradores que expuseram a situação, é um momento de avaliação das pessoas que foram nomeadas, até para que possamos apurar efetivamente novas necessidades nesse ou naquele departamento, mas obviamente serão necessárias novas nomeações, sobretudo considerando a existência de alto número de cargos em comissão, de pessoas que fazem a função de procuradores do Município, e o não atendimento a inúmeras secretarias e subprefeituras de preenchimento de cargos por procuradores para atenderem essa necessidade, como bem o Vereador Aurélio Nomura falou, situações envolvendo licitações, coisas do tipo.

É importante destacar que 98 auditores fiscais foram agora nomeados, a tendência na mudança da forma de fiscalização deverá obviamente- imagino que seja lógico – aumentar a demanda no futuro com relação às execuções fiscais. Aumentando a demanda fatalmente vai sobrar um trabalho maior para o Departamento de Execuções Fiscais da Prefeitura de São Paulo.

Outro assunto muito importante também é a situação envolvendo projeto aprovado por esta Câmara referente ao cargo de auditor de controle interno. São 300. (Pausa) Não foi votado? Desculpe. Está em votação, deve ser votado, imagino eu, ainda este ano, o ano que vem, em breve. O fato é que provavelmente aumentará a demanda em outros departamentos da procuradoria, como, por exemplo, em procedimentos disciplinares, novas investigações, novas situações serão apuradas e fatalmente aumentarão a demanda na Procuradoria do Município.

Bom, concluindo: o percentual hoje de recuperação da dívida ativa de São Paulo gira em torno de 1,49%.

Enfim, o objetivo da comissão é esse que acabei de explicar.

Agradeço a atenção e todos os números, todo estudo consolidado já foi entregue para alguns Vereadores e será entregue nos próximos aos demais Vereadores.

O SR. RICARDO NUNES – E a sua pergunta a eles é se haverá contratação?

O SR. MAURÍCIO SCHAUN JALIL – Sim... Não! (Risos) Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado pela manifestação. Gostaria de chamar Carlos Henrique Cardoso. (Pausa) Ah, vai mandar por escrito? Ok.

Uma dúvida eu tenho e acho de fundamental importância é quanto aos precatórios.

A Ordem dos Advogados do Brasil vem afirmando que não é só a Prefeitura de São Paulo, mas o Estado também vem pagando valores insuficientes para fazer a fila andar. Pelo que nós estamos verificando no orçamento do próximo ano, a fila não vai andar, ela vai parar. Então gostaria de ouvir V.Exa.

O SR. _____ – Vereador, estamos depositando e não temos nenhuma contestação junto ao Tribunal de Justiça do percentual. Hoje a gente está depositando praticamente 3% da receita corrente líquida.

O SR. **PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** - Mas tem aquela questão *sub judice* no Supremo.

O SR. _____ – Mas como ainda não houve a modulação da questão da Emenda 62, a determinação, óbvio, do próprio Tribunal é que continue com a regra vigente até que haja a modulação.

O recurso para o exercício de 2015 está crescendo razoavelmente com relação a este ano. Nós vamos depositar aproximadamente 110 milhões por mês só do precatório, então isso dá quase 1,3 milhão...

O SR. **PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Dois vírgula nove nove por cento a mais, mais ou menos isso.

O SR. _____ – É, hoje nós estamos depositando por volta de 88, entre 80 e 90 milhões, e estamos subindo para 110 milhões, quer dizer, bem mais que a...

O SR. **AURÉLIO NOMURA** – Um pouquinho mais.

O SR. _____ – Quer dizer, a questão de andar a fila é que, como havia um descompasso entre a cronologia dos precatórios de natureza alimentar com os precatórios de outras espécies, o que tem que se fazer hoje é os precatórios de outras espécies coincidir com a fila dos precatórios de natureza alimentar, para que esses passem a receber; e os de natureza alimentar, a maioria é de funcionários da prefeitura.

O SR. **AURÉLIO NOMURA** – Agradeço mais uma vez...

O SR. **RICARDO NUNES** – Ele vai responder a pergunta importante que foi colocada.

O SR. **PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – É verdade. Fundamental.;

O SR. **RICARDO NUNES** – E só para corroborar, falar em números rápidos, se eu

estiver errado me corrijam, do que houve de recursos (ininteligível) Secretaria de Negócios Jurídicos com relação a (ininteligível) judicial, (ininteligível) de natureza alimentar, várias outras, de 1.337.144.518,00 reais. Então as ações da Procuradoria realmente estão sendo bastante eficientes e acho que a gente pode aumentar mais esse número contratando aí o pessoal.

O SR. _____ – Agradecendo mais uma vez a oportunidade de prestar os esclarecimentos, vamos lá. Com relação à necessidade de pessoal da Procuradoria, quero tranquilizar todos aqui, principalmente os candidatos aprovados, que a Procuradora Geral está atenta a isso. O que a gente não pode fazer é antecipar juízos. Então volto a dizer, a gente está numa fase de avaliação, são 70 novos procuradores que ingressaram de imediato, de uma única vez. Isso nunca aconteceu antes na Procuradoria.

Nós sabemos da necessidade, e isso é um reflexo da sociedade em geral. Como hoje, no mundo moderno, as informações correm muito rápido, há uma judicialização em todas as esferas, seja na União, no Estados e aqui no município, a necessidade de assessoramento jurídico é uma realidade. Hoje os administradores, os senhores aqui certamente têm um corpo técnico por trás dando todo o suporte...

O SR. RICARDO NUNES – Estamos perdendo. Tem gente daqui que foi aprovada lá e quer ir para lá.

O SR. _____ – Pois é, é uma verdade. Então eu quero tranquilizar, a instituição está atenta a isso.

Só duas questões que foram colocadas aqui com relação a subprefeituras: essa é uma preocupação da administração como um todo e inicialmente a proposta que se tem hoje, que se está trabalhando, é com o núcleo de assessoramento. No momento não é possível a gente alocar um procurador em cada subprefeitura, mas não significa que isso não possa ser feito no futuro. Então é uma questão a ser analisada e avaliada pela administração como um todo e, se houver necessidade, certamente... Aí vamos depender do orçamento também, da questão orçamentária e financeira para fazer as nomeações.

A outra questão também levantada pelo Vereador Ricardo Nunes com relação... Não sei se foi o Vereador Aurélio que levantou, mas, enfim, a questão com a OAB, eu também quero dizer que a Procuradoria Geral, até pela função que lhe é própria, mantém canal de diálogo permanente com, no caso, a OAB. Inclusive o Presidente Marcos também tem nos recebido lá, tem nos atendido prontamente; e da nossa parte também. O problema dos precatórios é o tamanho da dívida e o prazo que a gente vai ter que cumprir. Temos regras a seguir e, lá no Tribunal de Justiça, o desembargador responsável, que é o Desembargador Pires de Araújo, também dentro da Procuradoria nós temos uma coordenadoria própria para esse assunto de precatórios e que está em contato permanente com as entidades. Então acredito que esse assunto esteja bem cuidado pela Procuradoria, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Mais uma vez, só lembrando que essa questão de falta de procuradores não é desta administração, já vem há muito tempo. Quando fui estagiário do Fisc já faltavam procuradores. Só para lembrar.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, neste ato representado pelo Dr. Marcos Escarpini Costa, Dr. José Marcos Sequeira de Cerqueira, e agradecer mais uma vez a presença de todos. Muito obrigado. Está encerrada a audiência pertinente à Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Perdão. Corrigindo. Eu falei Secretário Spinelli, que nós vamos ouvir agora. Obrigado.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos dar continuidade aos trabalhos agora nós vamos ouvir o Sr. Marcos Vinícius Spinelli, Controlador Geral do Município. O Sr. Marcos Vinícius Spinelli, Controlador Geral do Município, será representado pelo Sr. Diogo Bardal, assessor técnico do gabinete. A seguir, vamos aguardar a presença do Vereador Ricardo Nunes. Logo após passaremos para a apresentação.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Diogo Bardal para sua exposição.

O SR. DIOGO BARDAL – Boa tarde a todos os presentes, aos nobres Vereadores e aos integrantes da Mesa. Fiz uma breve apresentação do nosso Orçamento. A Controladoria é um órgão novo, tem cerca de um ano e meio desde a sua criação, em maio, e no Orçamento de 2015 apresenta um crescimento.

O crescimento ocorre, sobretudo, relativo às despesas com a Prodam, porque a Controladoria passou a assumir sistemas como o portal da transparência, o portal de Serviços de Acesso à Informação – o SIC – que antes ficavam a cargo de contratos de Sempla. Então, há um aumento de cerca de quatro milhões. A proposta orçamentária de 2015 é de 20 milhões.

É possível até que a gente peça uma suplementação. A gente passou bastante tempo discutindo esse contrato com a Prodam. Além de desenvolvimento de sistemas para as questões de transparência e promoção da integridade, desenvolveremos também um sistema melhor para a Ouvidoria. Enfim, todas as outras funções de controle interno que a Controladoria desenvolve. Normalmente o que é mais conhecido da Controladoria são a auditoria e a corregedoria. Mas as funções de promoção da transparência de Ouvidoria - ou seja, transformar as demandas dos munícipes em registros, em estatísticas, que possam melhorar os serviços públicos - são também ações muito importantes da Controladoria, que aparecem na proposta orçamentária.

Entre esses programas de fortalecimento do controle interno e transparência temos também os eventos de formação, que são destinados às organizações e aos cidadãos para as pessoas entenderem os mecanismos de transparência passiva e ativa no Município.

A secretaria executiva da comissão de acesso à informação que vai deliberar sobre os recursos de serviços de informação ao cidadão e outras secretarias que ainda serão

aprovadas, a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Transparência e a dos Comitês de Éticas. Também está incluso o desenvolvimento do portal das transferências voluntárias dentro dessa proposta. Não está incluída na proposta orçamentária quando fora aprovado o concurso. Portanto, será pedida uma suplementação assim que for aprovado.

O resto das despesas, que são despesas essencialmente com contratos de veículos, correios e contratos comuns para a manutenção da unidade se manteve igual. Portanto, é bastante breve o orçamento da Controladoria, ainda por ser pequeno; relativo a outras Secretarias, é bastante simples. Então, concluo já para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Gostaria de passar a palavra ao nosso relator, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura, que preside esta audiência pública. O senhor falou que não está nesta peça orçamentária a previsão de contratação através de concursos.

O SR. DIOGO BARDAL – Sim.

O SR. RICARDO NUNES – Mas aqui no item “pessoal e encargos sociais”, de 7 milhões 444 mil, está indo para 11 milhões, 868 mil, um aumento de 59%. Ao que se deve esse aumento?

R – Esse aumento ocorreu ao longo do ano já. Quer dizer, foi feito um remanejamento. O orçamento do ano passado era de cerca de 16 milhões. Alguns projetos que estavam inclusos nessa proposta de 2014 foram adiados, e, para conseguir estruturar algumas áreas, como a área de Inteligência – aí, aparecem os funcionários cedidos da CGU - e aumentar o nosso quadro de funcionários... Porque a gente conta com um quadro de funcionários. Na verdade, são 120 servidores: 37 da Ouvidoria – ou seja, já existiam em uma estrutura precedente -, 25 são da Auditoria, 8 na Corregedoria e, na área de suporte administrativo, cerca de 40 a 45 servidores. Ou seja, há uma necessidade de consolidação desses quadros, profissionalização; por isso aumentou essa despesa de pessoal relativamente

à possibilidade que já havia na lei de criação da Controladoria. Esses quadros somente foram incorporados ao longo do ano e aí foi pedida uma suplementação. Quer dizer, foi feito um remanejamento. Aqueles projetos que foram adiados para o ano que vem, na verdade se remanejou para integrar essa despesa com o pessoal.

P – Então, o total é de 120 servidores...

R – Isso. Cerca de 120 a 125, pela última atualização.

P – Só para a gente entender, porque é novo, começou no ano passado. A atividade da Controladoria é de acompanhar a evolução patrimonial dos funcionários, aquela coisa toda. O que mais justifica ter 120 funcionários?

R – Como eu disse, 37 funcionários são Ouvidoria do Município. Ou seja, era um órgão que já existia na Prefeitura...

P – Estão dentro dos 120 servidores?

R – Isso, exato. Eles cuidam, por exemplo, do registro das reclamações dos munícipes em relação aos serviços públicos; ou seja, servem como uma segunda instância ao 156: quando o 156 não registra devidamente, quando o serviço não acontece, quando a poda de árvore não ocorre *etc.*, a Ouvidoria fica como uma segunda instância. E aí, de ofício ou por motivação dos munícipes, elas comunicam pontos focais em subprefeituras, em órgãos da Administração Municipais para que sejam tomadas providências em relação àquele serviço e medidas estruturantes. Não é só resolver o problema do munícipe, mas fazer ações que tenham um resultado ao longo do tempo.

P – Entendi. O sistema que vocês têm lá, de informação e comunicação, é algum programa?

R – Para a Ouvidoria?

P – Para a Ouvidoria e para a Controladoria – que estão dentro da mesma peça.

R – São vários sistemas. Para a Ouvidoria, é um chamado SIDOGM, que é um sistema de registro desenvolvido pela Prodam. Para 2015, a gente vai aprimorar. Há algumas

dificuldades naquele sistema, que não gera relatórios do jeito que a gente gostaria, coisas assim, de desenvolvimento mesmo, que vão custar as horas técnicas dos técnicos da Prodam. E algumas outras ações como o Portal da Transparência, os catálogos de base de dados também são abrigados em servidores da Prodam. E também há a ideia de se desenvolver o sistema para transferências voluntárias, que isso é também um projeto para 2015. Outras ações não são feitas em sistemas; então, nosso planejamento trimestral, eventuais outras ações, a gente desenvolve com o ferramental que a gente possui para desenvolvimento em sistema posterior.

P – Entendi. Está bom. Presidente, acho que é tranquilo. Há 8 milhões de despesas, mas, se a Ouvidoria está dentro... Eu particularmente acho que esse trabalho de fiscalização compete mais à Câmara Municipal, que já tem o Tribunal de Contas do Município com bastante recurso. Mas tudo o que puder aprimorar para a gente combater maus feitos, acho que é bem vindo. Estou satisfeito e agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Eu gostaria até de falar, porque temos aqui um projeto de lei em andamento na Casa, o PL 311/2014, do Executivo, que cria inúmeros cargos. Dentre eles, pretende-se criar, como o senhor já havia mencionado, 300 cargos de auditores com salário inicial de 13.900 reais, podendo chegar até 21.358 reais, que terá como finalidade a fiscalização de contratos das 28 Secretarias e 31 subprefeituras, além de verificar anualmente a evolução patrimonial dos servidores paulistanos. Parece-me que a Controladoria vai atuar da mesma maneira como hoje é feita pelos contadores e auditores da Secretaria de Finanças, como também pelos auditores de fiscalização do Tribunal de Contas do Município e, como disse também o Vereador Ricardo Nunes, até pela Câmara Municipal, que muitas vezes deixa de fazer a fiscalização. Mas o principal papel da Câmara Municipal é a fiscalização, pelo que sabemos.

O que nós temos verificado é que o impacto dessa proposta está estimado anualmente em 260 milhões. Acabamos de ouvir a Procuradoria Geral do Município e vemos a

necessidade primordial – porque não adianta também só ter a Controladoria...

R – Claro.

P - ... se nós não tivermos os procuradores. E estamos vendo que os procuradores sequer constam do orçamento, ou a ampliação dos seus quadros. Não existe a perspectiva de novos concursos. Essa é a pergunta que faço ao senhor: de que adianta fazermos essas contratações? Quero dizer que a medida é meritória, mas também o cobertor é curto. O senhor deve ter acompanhado: puxa-se de um lado para vestir outro, e muita gente vai ficar chupando o dedo, infelizmente. Coisas primordiais. Não entendo o porquê dessa ampliação, dessa criação de novos cargos. Essa é a questão. Nós poderíamos ampliar um pouco mais, até fazendo as alterações na lei, até porque estamos em uma fase em que haverá a possibilidade de mais recursos através de financiamentos, mas não de Fonte 00, que são recursos municipais. Nós vamos ter, talvez no ano que vem ou no outro, condições de ter novos financiamentos, mas de recursos federais. E a gente vê que a questão do funcionário está estritamente ligada à Fonte 00. Pergunto? Temos necessidade mesmo? O Tribunal de contas, não faz o mesmo papel, ou está fazendo errado? Minha primeira pergunta.

Segunda: a Secretaria de Finanças, por meio dos seus auditores, também não fazem a mesma coisa? Se fazem, eles estão errados; terceiro, a Câmara Municipal de São Paulo, também tinha esse dever, não está fazendo. Essas são as indagações que faço. O que está, e o que não está funcionando para que a Controladoria do Município, peça, por meio desse PL a criação de mais 300 novos cargos.

O SR. RICARDO NUNES – Veja, 300 cargos, só para ter uma ideia, são quase que dez, por subprefeitura, com salários de 20 mil, se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Até 21 mil...

O SR. RICARDO NUNES – Complementando a pergunta do nobre Vereador Aurélio Nomura, 300 funcionários...Uma média de 10, por subprefeitura. É muita coisa. Se estivéssemos aí com um orçamento de 100 bilhões, com orçamento de 51 bilhões, faltando

para a educação...

O SR. _____ - Vou sensibilizar os senhores com uma perspectiva um pouco diferente. o nosso entendimento como Controladoria e a nossa intenção é trazer o Município padrões internacionais de auditoria e de avaliação de controle, é que na verdade todos nós somos fiscais. O Legislativo é fiscal, a Secretaria de Finanças é fiscal, o cidadão é fiscal, o cidadão é fiscal. Só que essa fiscalização acontece em níveis diferentes que podemos chamar, por exemplo, de linhas de defesa. Então as Secretarias, as subprefeituras, vão apresentar linhas de defesa que são controles primários. Ou seja, será que o estoque de remédios, as entradas e saídas batem com o que foi comprado, e por vai. Dentro dessas subprefeituras, dentro desse hospital, unidade gestora que faz gestão. Você teria de ter na Prefeitura do Município de São Paulo uma área que vai avaliar conformidade desses controles primários, o que chamamos de controles secundários, ou seja, eles vão ver, será que está tendo controle de estoque no hospital? Como é feito esse controle? É feito por um sistema? É feito manualmente por papel? E essa é a segunda linha de defesa. Temos a terceira linha de defesa, que será o controle interno. No controle interno os auditores vão poder avaliar se esse jogo, entre análise e conformidade e controle primário, ocorre de maneira de maneira adequada. Então o trabalho dos auditores, não é bem fiscalizar, mas de avaliar todo o sistema de controle interno no Município e o controle externo vai ajudar aqui, para que ocorra de maneira harmonizada. Na verdade, todos nós somos fiscais. Outra questão, será que é muito 300 auditores? Bom! O porte da Prefeitura, temos hoje 150 mil, 140 servidores ativos. Quais as organizações que seguem os padrões internacionais de auditoria hoje no mundo? É, essencialmente, organizações do mercado financeiro: bancos, porque são requeridas por legislações muito rígidas para ter auditorias eficazes. Bradesco, citando o exemplo de uma empresa que tem também mais de 100 mil funcionários, fosse 500 auditores internos, outros bancos possuem 200,300, 400... Se o Município quer chegar ao nível de controle que é o nível que o cidadão de São Paulo merece, ele precisa ter pessoas qualificadas, especializadas.

Porque especializadas? Elas precisam distinguir como elas vão avaliar o controle, elas não podem gerir. Não pode participar da gestão. Quem participa da gestão faz controle primário. O auditor não vai poder a participar na gestão. Porque senão ele vai falar: Ah! O auditor veio aqui, a Controladoria me abençoou tudo está certo. Como que ocorre a avaliação de controle? Ela fica inexistente. É a mesma coisa que você colocar, ninguém para avaliar para aprovar o que cada um faz. Então eu vejo essa necessidade, e nos vemos, como controladoria, á necessidade de ter um serviço especializado com independência, com padrões internacionais de qualificação para dar os serviços públicos, porque, o controle interno não vai só prevenir a corrupção. Ele vai criar um ambiente em que tudo, os controles façam o serviço funcionar para à população e quando os serviços funcionam para á população acredito que todos ganham. Recentemente, com a descoberta que saiu nos jornais, da Máfia de ISS, tal, foram recuperados mais de 100 milhões até agora, 500 milhões, que foram deixados de ser arrecadados por todo esse período. Isso se justifica. Justifica no campo financeiro, porque a hora de trabalho desse auditor trará retorno para a Prefeitura do Município de São Paulo em termos financeiros, mas também do ponto de vista moral: a prestação de contas que fazemos do cidadão. O retorno que o Cidadão tem nos serviços. Não só quanto gasta, aquele controle contábil, mas o que ele recebe em troca em termos de bem-estar. Quer dizer, sua saúde, o transporte, chegar antes. A criação da Controladoria e a da carreira agora, é um grande passo para o Município. É um passo que iremos ver os resultados por muito tempo ainda. Resultados imediatos, médio e longo prazo, também. Essa é a nossa posição. Esperamos conseguir o apoio da Câmara Municipal de São Paulo nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vejo um paralelo, abrindo inscrição para 300 e pouco assistentes sociais. Salário inicial: 1.800 reais. Na realidade, entendo, maravilhoso. É importante. Mas temos que ter parcimônia, tem de colocar mais médicos, mais assistente social, mais professores. Estamos com carência de tudo. Infelizmente. O ideal, e concordo, com o senhor, mas acredito que tem de ser gradativo.

Com a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Na realidade gostaria de complementar. Nobre Vereador V.Exa. questionou uma questão que julgo importante. O papel do Vereador é fiscalizar o serviço público, mesmo porque o Vereador tem uma legitimidade porque é eleito pelo povo. A questão dessa nova pasta, acreditamos ser pertinente. Agora o que deixa a desejar é sobre os conselhos: quando você fala de Saúde, gestão de Saúde, têm lá os conselheiros de Saúde, inclusive, eleitos pela sociedade civil. Temos lá na Cohab os conselheiros da Cohab.

Então percebemos que isso cria despesa e quem paga isso é o munícipe. E a questão da ouvidoria, infelizmente, tenho de dizer que é só para ouvir. Resolver as coisas não resolve. Inclusive, aqui na Câmara Municipal foi mandada uma reclamação da Ouvidoria – também para o Ministério Público – e o nosso Promotor Valério do Ministério Público está avaliando isso. Muitas vezes a Ouvidoria nem dá resposta para o munícipe, o que é uma questão grave.

Estava falando com a colega sobre o Conselho. Os conselheiros que muitas vezes não são remunerados, não há remuneração para alguns determinados conselhos – só o Conselho Tutelar é remunerado –, que são mais atuantes do que alguns órgãos competentes da Prefeitura. E acho que estamos aqui não para dividir, mas para somar. O Conselho deve estar junto acompanhando isso porque é importante e a sociedade civil está mais perto do povo do que, às vezes, o órgão da Prefeitura.

Por exemplo, o 156 não funciona. Foi muito questionado e está sendo questionado e ninguém toma providência. A própria Ouvidoria não dá resposta para o munícipe sobre a questão do 156. Essa é uma coisa grave. Se falar para a nossa comunidade do 156, ele até apanha. É uma vergonha.

O que o senhor falou dessa questão, têm muitas secretarias que estamos ouvindo aqui e que parece que fazem o mesmo papel. Ficamos preocupados porque é receita. É

dinheiro do povo. Isso tem de ser analisado para ver se é pertinente. Vão criando secretarias e isso deixa a Saúde, a Habitação um caos e outras secretarias também. E ficam criando secretarias e secretarias e precisamos ver a questão da receita, porque isso é dinheiro do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente da Uni São Paulo Trabalho e Empreendedorismo, o Estado de São Paulo, um Estado com 42 milhões de habitantes, seria equivalente a um país como a Argentina com 40 milhões de habitantes.

Fizemos uma pesquisa e até o ano de 2000, se São Paulo fosse um país, estaria entre os 85 países mais ricos do planeta. E com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Governo Federal, hoje se o Estado de São Paulo fosse um país, estaria no G20 sendo o 18º mais rico do planeta.

A cidade de São Paulo é equivalente a um país como o Uruguai. E em 32 subprefeituras, 96 distritos e quase 2 milhões de habitantes. Quando o Sr. Kassab estava na Prefeitura eu denunciei, em várias audiências públicas, a máfia que ele montou na cidade de São Paulo para desviar dinheiro, inclusive, da Saúde e da Educação. Só da Saúde ele roubou junto com a máfia que ele montou aqui mais 3 bilhões de reais.

Denunciei também a máfia que ele montou para desviar tributos da cidade de São Paulo, inclusive até dos alvarás. É por isso que a nossa central hoje defende ações dessa controladoria que foi montada há dois anos. E São Paulo, eu já falei, se fosse um país, teria as 32 subprefeituras e fossem divididas em estado eu acho que caberia as ações dessa controladoria pertinente.

Para concluir, eu acho que os salários deviam ser reduzidos para 15 mil reais em vez de 21. É a mesma coisa que o Governador do Estado faz e ele além de expulsar as empresas da cidade de São Paulo e do Estado, agora, está expulsando as empresas através

de falta de água porque durante esses 30 anos o Estado do Tucanistão não investiu em políticas públicas de tecnologia avançada para o desenvolvimento do saneamento básico e hoje joga água contaminada dentro das torneiras da população paulista e caberia até uma ação coletiva contra o Geraldo Alckmin e essa equipe incompetente que hoje está no Estado de São Paulo.

Encerro por aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Diogo Bardal.

O SR. DIOGO BARDAL – Em relação à primeira pergunta do cidadão, de fato, as prioridades têm de ser saúde, educação, habitação, assistência social e na controladoria essas são as prioridades quando a gente vai analisar os contratos, quando vamos avaliar controles, as prioridades são nas secretarias que dão retorno de bem-estar para a população.

A questão do controle é que sem controle o dinheiro público vira um ralo sem fundo, um buraco sem fundo que você vai gastar um real, mil reais, um milhão de reais e se não tem controle aquilo não vai trazer benefícios. A questão do controle e da Controladoria é para aumentar, para quando você avalia os controles e vê se aquele controle de estoque está sendo feito, aquilo está conforme a lei, com os programas e o Orçamento está atingindo os objetivos que ele se propõe a atingir. Aquilo significa que um real que você está colocando, está virando 1,50; 1,70 ou 2 reais para a população em termos de bem-estar. E

Investir em controle não é jogar dinheiro no ralo, jogar dinheiro no ralo é você não investir em controle e continuar dando a mesma solução para um problema que nós conhecemos, que é a falta de controle na Prefeitura.

A questão em relação à ouvidoria que é uma percepção que muitas vezes a gente entra em contato. A ouvidoria não responde ao cidadão, ela não apresenta resposta. A gente tem de ver que a ouvidoria vai registrar e daí vai contatar as subprefeituras, os órgãos municipais, os prestadores de serviços, as secretarias que fazem os serviços para a população e vai falar que o cidadão está reclamando disso e o que está sendo feito? Quais as

providências? Pode acontecer que essas Secretarias podem não responder, por exemplo. Se o cidadão não receber a resposta isso não é por causa da ouvidoria em si, mas é porque todo o ciclo que não está funcionando bem, mas temos de agir, temos de trabalhar para que juntos isso seja feito.

O que a ouvidoria pode fazer? Aprovamos uma portaria com um manual de ouvidoria que define os pontos focais da ouvidoria, que vão trabalhar junto com a ouvidoria para dar resposta e aumentar o grau de solubilidade, resolubilidade das questões dos cidadãos. É uma luta gradual, tem de ser trabalhado todo o dia isso, junto com as Secretarias e muitas secretarias e muitas subprefeituras houve avanços significativos, mérito dessas Secretarias.

A outra questão, que o cidadão falou, e que é muito importante, é relativa a participação nos conselhos populares. A controladoria, na Copi, que é a Coordenadoria de Promoção da Transparência Copi - Coordenadoria de Promoção da Igualdade) também tem como atribuição avaliar o que está sendo feito desses conselhos populares: estão tomando, estão acatando as deliberações desses conselhos? As pessoas que participam estão devidamente capacitadas para deliberar, às vezes, questões que são complicadas, são complexas, o município tem muitos serviços, tem muitas coisas. Então, organizamos vários eventos de formação, de capacitação, que vão nesse sentido, para melhorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - OK. Agradeço a presença do representante da Controladoria Geral do Município, o Sr. Diogo Bardal e dou por encerrada esta audiência pública pertinente à Controladoria.

Gostaria de chamar a Sra. Gisele Amêndola, Supervisora de Administração e Finanças, representando a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas.

O SR. _____ - Presidente, só alertar todos os presentes para podermos acelerar, porque temos de entregar o plenário, senão me engano, às 18h30, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - É, 18h30. Até comunicando, se não

conseguimos terminar antes, vamos remarcar aquelas pessoas que não foram envolvidas, porque não sabemos dessa sessão que iria ocorrer às 18h30. Então, acredito que o melhor horário acho que seria na terça-feira, não é, Relator?

- Conversas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Por favor, por gentileza. Desculpe. Terça, às 10h existe essa possibilidade? Eu pediria para a Assessoria verificar a possibilidade já de terça, às 10h na manhã, para que possamos continuar...

Tem a palavra. Pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - É verdade, poderíamos remarcar também...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Eu acho que é fundamental, porque a Secretaria, Coordenação das Subprefeituras, infelizmente, não tivemos tempo hábil, porque, logo depois começou a Comissão de Constituição e Justiça, e eles estavam com uma pauta apertada e não permitiram a nossa continuidade. Como tínhamos uma discussão aqui no plenário, tivemos de encerrar e não tivemos a condição de marcar para as 15h, para dar continuidade.

Então, acho que seria interessante - e peço também para a Assessoria para indagar dessa possibilidade - da continuidade dessa discussão. Poderíamos convidar a novamente o Secretário da Coordenação das Subprefeituras com os demais órgãos que não forem ouvidos na tarde de hoje. Concordo perfeitamente. Assiste razão à senhora.

Bem, a senhora Gisela Amêndola. Como vai, tudo bem? Não sei se a senhora apresentou, tem alguma apresentação pertinente à Secretaria.

- Manifestação fora de microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Mas gostaria de falar alguma coisa do

Orçamento? (Anuência) Então, gostaria de passar a palavra a senhora, por gentileza.

A SRA. GISELE AMÊNDOLA CONTART DE ASSIS - O Orçamento da Secretaria, basicamente, é constituído de...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Pediria para ficar mais próxima ao microfone, para que possamos fazer o registro.

R - Assim fica bom? (Pausa)

Bem, o Orçamento da Secretaria é basicamente de manutenção da unidade administrativa. Temos poucos projetos. Os projetos que temos tiveram seu Orçamento reduzido para o ano de 2015. E acredito que somos o menor orçamento da Prefeitura de São Paulo, não é?

- Manifestações fora do microfone.

R. Bom, é isso. Acho que os nossos principais projetos são mesmo de administração da unidade; e a competência da Secretaria é basicamente ser de relacionamento. E o nosso papel é realmente uma secretaria-meio – não executamos, não trazemos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agradeço a manifestação. Entendemos que realmente que a Secretaria de Relações Internacionais e Federativas tem uma ação transversal. Na realidade, ela interage com outras secretarias, já mais bem estruturadas, razão pela qual não há necessidade de ter um quadro e recursos para a efetivação dos seus objetivos.

Em maio deste ano, recebemos o Sr. Secretário nesta Casa para se manifestar a respeito do projeto da candidatura de São Paulo para a Expo 2020. Na ocasião, solicitamos a prestação de contas sobre os gastos realizados com a viagem a Paris, e com o escritório montado na capital francesa. Foram gastos recursos, passaram-se seis meses, e até hoje não foi encaminhada essa documentação.

A senhora poderia me dizer o porquê do não envio até hoje, passados seis meses

desse requerimento aprovado por esta comissão.

A SRA. GISELE AMÊNDOLA – Desculpe, não tenho essa informação.

P – Não tem essa informação?

R – Não, não tenho.

P – Então, caro Vereador Ricardo Nunes, creio que precisamos fazer nova solicitação de apresentação dessa documentação ao Secretário, tendo em vista que se passaram seis meses. Na realidade esta Casa, como havíamos discutido até a pouco sobre essa questão da Controladoria, tem como um de seus papéis fundamentais a fiscalização.

O SR. RICARDO NUNES – Gisele, sabe se ainda tem o escritório lá na... Onde é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não, não existe mais.

A SRA. GISELE AMÊNDOLA – Não, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o nosso Relator, Vereador
Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Queria agradecer a presença da Sra. Gisela Amêndola.

Gisele, apesar de ter um orçamento pequeno, de 6 milhões e 300 [mil], tem 336 mil reais para a Prodam. Vocês gastam 30 mil por mês? O que vocês fazem por lá?

A SRA. GISELE AMÊNDOLA – Esse contrato é de sustentação de TIC. Acredito que outras secretarias também já discutiram sobre isso.

P – Sustentação de TIC?

R – Isso. Esse contrato é basicamente para isso. Houve um aumento de pessoal na Secretaria, e por isso foi necessário aumentar um pouco também nesse contrato. Então foram contratados mais pontos de rede...

P – Tem quantos funcionários lá na Secretaria?

R – Cinquenta e sete, hoje em dia.

P – Puxa, eu tenho mais funcionário que a Secretaria e não gasto nem cinco mil. Trinta mil por mês? Quanto dá 30 mil dividido por 57? Espere aí. Tem calculadora aí? Quando

dá 30 mil reais por mês dividido por 57?

R – O valor, na verdade, é estimativo.

P – Não, vocês gastaram... atualizado, 312 em 2014.

R – Sim, mas mesmo assim o valor é estimativo, porque muito do nosso contrato é de horas/homem.

P – Quinhentos e vinte e seis reais? É muita coisa. Está errado isso. Deve ter gente lá que ganha quase isso de salário. É verdade.

R – Não, mas o problema é esse: o contrato é dividido em algumas áreas. Tem algumas, obviamente, como o suporte que eles nos dão, que é computado em horas/homem. Então só pagamos quando utilizamos esse serviço deles, assim como foi com o cabeamento e rede, por exemplo, que a gente também só paga quando utiliza o produto deles. Então é um contrato estimativo, não é cobrado todo mês sempre o mesmo valor.

P – Eu sei, mas veja bem: atualizado até setembro de 2014, tinham 312 mil reais. O que eu te pediria: se puder, dar uma olhada, porque não tem cabimento ter 57 funcionários e pagar 500 e poucos reais *per capita* por uma manutenção de sistema de informação. É ilógico. Juro por Deus que é ilógico. Nenhuma empresa do mundo conseguiria ficar em pé. Precisamos começar a ter um conceito de administração de resultado, de custo-benefício. Então dá uma olhada lá se compensa. Às vezes não vale a pena manter esse contrato. Vocês não são obrigados a ficar amarrados à Prodam. Às vezes é melhor ter outro tipo de atendimento, porque é muito alto 500 e poucos reais *per capita*. Você concorda comigo?

R – Concordo que é alto. Mas o que estou te falando é que o contrato não é pago...

P – Você já tinha imaginado isso, fazer o *per capita* do valor?

R – Então, mas o valor varia todo mês no pagamento.

P – Mas está aqui o que vocês gastaram. Dá uma olhada lá com relação a isso. É muita coisa 500 e poucos reais por pessoa. Tem gente que ganha isso por mês, ou um pouquinho mais, com o salário mínimo.

“Atração de novos parceiros e investimentos internacionais; participação e organização de emissões (?) e eventos de caráter internacional”.

Olha, eu não estou falando que tem que tirar da sua secretaria esse valor, eu estou dizendo que de repente você pode usar melhor o recurso em outras atividades, com relação à atividade importante da sua secretaria.

Aqui estavam previstos 300 mil reais em 2014, e agora 355 mil em 2015. Depois tem relacionamento e cooperação com municípios, estados e União, de 400 mil, e que agora foi para 110 mil.

Essas variações é porque não está conseguindo ter uma cooperação com os outros estados e a União?

Com relação a pessoal em cargos, você teve, em 2014, 2 milhões, 353 [mil]. E agora foi para 3 milhões, 229 [mil], o que deu um aumento de 37%. Quanto dá, Assessoria, 3 milhões e 229 [mil] divididos por 57, por favor? Por que teve esse aumento de 37%? Vai aumentar os funcionários?

R – Não, na verdade, o que aconteceu é que Sempla tinha a competência de pagar os governadores cedidos que temos do Governo Federal – temos três servidores cedidos, e no ano que vem essa incumbência ficou para nós.

P – Três servidores?

R – Cedidos.

P – Dá 900 mil reais de diferença.

R – A Secretaria tem, ainda, cargos vagos...

P – Então aumentou três funcionários, e aumentou 900...

R – Não, tem três funcionários cedidos, que no ano que vem vamos ter de começar a restituir o Governo Federal. Fora isso, temos ainda dez cargos que não foram completados, mas acredito que não vai ser necessário completar no ano que vem.

P – Ah, então esse valor de 37% a mais pode ser que não seja necessário. Então

não tem a certeza dessa previsão de 3 milhões, 229 [mil] para a folha.

R – É uma previsão, porque afinal cabe ao Secretário avaliar se há necessidade de completar os cargos. Mas...

P – É isso?

R – É isso, só uma previsão.

P – Está bom. Obrigado, Gisele.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de saber da Assessoria se existem inscritos. (Pausa) Não havendo inscritos, declaro encerrada a audiência pública pertinente à Secretaria Municipal das Relações Internacionais e Federativas, agradecendo desde já a sua representa, Sra. Gisele Amêndola. Muito obrigado pelo comparecimento.

O próximo é o Sr. Nunzio Briguglio Filho, Secretário Executivo e de Comunicação. Está presente? Há representante? (Pausa) Não. Peço à assessoria que faça a reconvocação do Sr. Nunzio.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, por gentileza, só para esclarecer, houve justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Consulto a assessoria se houve a justificativa pela ausência.

O SR. RICARDO NUNES – A assessoria entrou em contato e ele não retornou a ligação. Só para deixar no registro taquigráfico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos deixar registrada essa observação.

Aproveitando, antes de chamar o próximo, na terça-feira não temos local para fazer a audiência pública. Temos na quarta-feira, a partir das 9h, no Prestes Maia.

Suspendo a audiência por um minuto.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Reabertos os trabalhos. Convido o Sr.

Roberto Carlos Madoglio, Presidente da Companhia Paulista de Securitização e Sra. Silvana Léa Buzzi, Diretora Administrativa e Financeira da Companhia Paulista de Securitização e da Companhia São Paulo Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, para fazerem uso da palavra.

Não sei se o senhor fez uma apresentação.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Então, gostaria de franquear a palavra para que o senhor falasse a respeito do Orçamento das duas companhias, lembrando que temos aqui projeto de lei quanto à fusão.

Por gentileza, tem a palavra o Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Bem, o Orçamento está bem simples, enxuto, foi feito de forma separada entre SP Securitização e SPDA. Mas como o senhor bem lembrou, há projeto para fundir as duas empresas, pois o objeto da SPDA é mais amplo, e da securitização é só sobre os recebíveis. Achamos melhor passar o objeto da SP Sec para baixo da SPDA, fazer uma estrutura só principalmente para redução de custo. Você fica então com uma empresa só, com uma diretoria só e podendo fazer tudo que a SPDA fazia mais SP Sec fazia.

O Orçamento está simples, e como já disse, foi feito separado. E se o projeto de lei for votado favoravelmente vamos juntar os dois orçamentos numa empresa só. Repito, o objetivo principal é a redução de custo administrativo, de pessoal, ao fazer uma empresa só.

Fico à disposição para as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao relator, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Muito obrigado, Vereador Nomura, cumprimento o Sr. Roberto e a Sra. Silvana. Com relação à Companhia Paulista de Securitização, melhor, começo pela SPDA. Há nas fontes de receita um contrato com Sehab de 4 milhões é um contrato com a Secretaria de Finanças de 1,8 milhão. Na parte da manhã esteve aqui o Sr. Antonio Paulo, ele

fez só uma menção, e se o senhor puder detalhar. Da Sehab ele comentou alguma coisa referente ao contrato que estão firmando com Sehab, com relação a alguma antecipação de receita... Não, era do FMSAI – Fundo Nacional de Saneamento, e o que comentei é que por coincidência, o valor de 4 milhões Nacional de Saneamento mais 1,8 milhão bate justamente com a despesa. Esse valor de 4 milhões não é certo ainda...

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Não.

O SR. RICARDO NUNES – Vai depender de dar certo a operação do FMSAI, dos 360 milhões votados nesta Casa, ano passado. Em não havendo a operação do FMSAI, dos 360 milhões, tendo em vista que estão comprometidos os valores das despesas, do custeio, o que poderia acontecer – Sr. Roberto e Sra. Silvana – com relação a isso? Se o senhor puder me explicar o que esse contrato com a Secretaria de Finanças.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Esse valor da Sehab é o valor máximo que pode vir a ser pago, incluindo bônus se o valor a ser captado for exceder determinado valor. Só para esclarecer.

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – Esse valor de 4 milhões vai ser repassado para SPDA para que ela repasse ao banco contratado referente a uma das nossas operações em andamento. O valor de 4 milhões, o que ficará com SPDA são apenas 360 mil. Se isso não se concretizar, não afetará o desenvolvimento da companhia.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Os serviços de terceiros primordialmente são despesas referente aos 4 milhões.

O SR. RICARDO NUNES – Está aqui, serviços de terceiros que tem o valor 3,584 milhões.

O SR. ROBERTO - Ele só se concretiza se fechar os 4 milhões.

P – E com a Secretaria de Finanças, o que são esses 1,8 milhão?

R – É para assessoramento em estudo, em operações.

P – Aqui eu não li previsão com relação à PPI. Devemos votar a PPI na Casa e

decerto será SPDA e a Companhia de Securitização que irão operar. Não há previsão. Não há ideia de se fazer a antecipação de receita?

R – Desses 1,8 milhão está previsto o estudo para isso.

P – Isso é do PPI?

R – Uma parte, sim está previsto como sendo operação, pelo menos, de estudo do PPI.

P – Ah, tá. Com relação à SPDA, a parte do pessoal, está tendo aumento considerável, de 661mil reais para 1,126 milhão. Um aumento de 70%. O que justifica?

R – A SPDA não tinha presidente, o próprio Secretário Adjunto acumulava função e não tinha conselheiros de administração, e agora tem, estamos colocando mais três conselheiros de administração.

P – Aqui?

R – É, na SPDA.

P – Não é possível... Três conselheiros aqui?

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – Posso complementar? (Pausa) Na verdade, já houve o ingresso de mais três conselheiros e a entrada de um presidente remunerado. Por isso é que houve o aumento. Na verdade, o aumento já aconteceu em 2014.

O SR. RICARDO NUNES – Conselheiro de Administração?

R – Conselheiro de Administração.

P – Quanto ganha cada um?

R – Seis mil.

P – Parabéns! (Pausa) Não tenho mais o que falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Gostaria de saber qual a economia que se pretende fazer com a fusão?

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGGIO – A economia real de hoje, com números de hoje, é da ordem de 400 mil reais por ano. A economia potencial, porque as duas

empresas...

P – Os 400 mil, o senhor poderia discriminar?

R – Claro, claro. É só para falar que as duas empresas, hoje, estão no mesmo local, as pessoas acumulam função. Então, se fossemos ter estrutura separada, como deveria ser, a economia chega perto de 1 milhão, até mais como deveria funcionar. Hoje estão de forma precária, as duas no mesmo escritório compartilhando a mesma estrutura. (Pausa) Vamos pegar a planilha de economia real, ao ano.

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – A economia, com a incorporação, é a redução do conselho fiscal; e alguns contratos, como escritório de contabilidade, de auditoria e algumas outras taxas também.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – E pessoal também.

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – E alguma parte do pessoal, também.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está em tramitação na Casa o projeto de lei 384/14, estamos verificando que dentro dos estatutos da lei 14.649/07, que criou a SPDA, há proibição de contratação de pessoal, contando com servidores da administração pública direta e indireta. Pelo que estamos vendo, pelo presente projeto de lei, parágrafo quarto, art. quinto; capítulo primeiro, textualmente diz: “A contratação de funcionários pela SPDA será feito por meio de concurso público de provas e títulos, ressalvadas aquelas relativas aos preenchimentos de cargos cujas funções sejam de direção, chefia e assessoramento, observadas as diretrizes fixadas pelos órgãos deliberativos da companhia”. Pergunto: quantos desses cargos serão necessários? Qual o impacto orçamentário que causarão?

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – A despesa já está prevista no Orçamento da SPDA porque a SP Sec, hoje, já pode contratar. Então, a fusão está pegando isso da SP Sec. O orçamento da SP Sec mais o orçamento da SPDA é o total que vai ter a nova empresa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor poderia falar em números, por

favor?

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO - São 624,9 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – E quantos cargos?

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI - São cinco Assessores e um Assistente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tivemos debatendo esse aspecto.

Inclusive está aqui o nosso prezado colega Vereador Paulo Fiorilo que deve ter participado do debate. Mas segundo o Secretário de Finanças, não seria criado nenhum cargo. Disse até que apresentaria um substitutivo para retirar essas novas contratações desse projeto de lei em tramitação nesta Casa.

Pergunto: quem está equivocado? O Secretário se equivocou ao declarar aqui na Comissão?

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – Na verdade, não há mesmo a criação de novos cargos. Acontece é a transferência de alguns cargos da SP Securitização para a Spda, porque a Spda hoje funciona com apenas três Diretores e deixando de existir a SP Securitização, ela vai precisar de Assessores, de Analista, então, haverá a transferência.

P – E quanto vai receber cada Assessor por mês? A senhora tem ideia?

R – Em torno de nove mil.

P – Nove mil reais?

R – Isso. Um Analista ganha em torno dessa faixa.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO - Que é o salário pago por outras empresas também.

R – Sim, é o valor pago também por outras empresas do Município.

P – Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Desculpe entrar no debate agora, mas não tive a oportunidade de acompanhar a apresentação. Tenho algumas dúvidas a partir do que ouvi.

Com a fusão, com base no projeto que está aqui, a senhora disse que na realidade

não haverá contratação, porque haverá uma transferência dos que estão na SP Securitização para a Spda. Mas a senhora anteriormente fez uma referência ao Vereador Ricardo Nunes a respeito dos Conselheiros.

Gostaria que a senhora explicasse um pouco isso. O que significa essa questão.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – Perdoe, não é que não haverá, vai haver contratação. Não haverá é criação de novas vagas.

O SR. PAULO FIORILO – Então vamos voltar a esse ponto. O que significa “não haverá criação de novas vagas, mas haverá contratação.” Quantas vagas já existem disponíveis para contratação?

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – A SP Sec hoje conta com três Assessores e eles serão transferidos para a Spda. No Orçamento de 2015, há a previsão para a contratação de mais dois Assessores. Há a previsão. Essa contratação só ocorrerá conforme o desenvolvimento da empresa.

P – Vou voltar para ver se ficou claro. A senhora disse anteriormente que seriam cinco Assessores. Desses, três serão transferidos. Então na realidade não estão sendo criados.

R – Não.

P – Esses três já recebem o salário que a senhora declinou aqui?

R – Para 2015 está contemplado o reajuste. Não chega a ele, é quase esse valor.

P – A minha pergunta é: dos cinco, três já existem?

R – Sim.

P – E serão cinco se houver a contratação de dois.

R – Perfeito.

P – Então, apenas para podermos entender. Na realidade o que pode ocorrer é a possibilidade de duas novas contratações.

R – Perfeito.

P – As outras três já existem. E com relação aos Conselheiros, que era a outra questão.

R – O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da SP Securitização serão extintos com a incorporação. Permanecerá apenas o Conselho de Administração e Fiscal da Spda.

P – Mas a senhora disse que na Spda foram criados alguns cargos de Conselheiros. É isso?

R – Não foi criado. O Conselho de Administração da Spda prevê até sete Conselheiros.

P – A Spda tem quantos Conselheiros hoje?

R – Em 2014 fechou em sete.

P – Mas são sete com a incorporação?

R – Não. Essa questão do Conselho não tem nada a ver com a incorporação da Spda. Existiu desde o início da criação da companhia...

O SR. PAULO FIORILO – Já tinha a expectativa de ter sete conselheiros?

A SRA. SILVANA LEA BUZZI - Existiam as sete vagas, que o preenchimento das sete foram concluído esse ano.

P – Entendi. Então vocês não vão criar vagas novas?

R – Não.

P – O que vocês vão fazer, é preencher as vagas que foram aprovadas pela Câmara Municipal de São Paulo, na gestão passada?

R – Perfeito.

P – O que vocês estão dizendo para a Comissão de Finanças, é que dois novos assessores poderão ser contratados porque tem vaga, e três estão vindo da SPDA?

R – Isso. Três serão transferidos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Pelo que entendi, esses três

conselheiros que estão vindo...

R – Assessores...

P – Assessores, já estão dentro do orçamento?

R – Já estão.

P – Na realidade estamos aumentando para 624 mil, a mais para contratação de assessores e um assistente, é isso? E mais os conselheiros. 624 mil, refere-se a ampliação para cinco, para mais dois assessores, um assistente e quantos conselheiros?

R- Esses 624 mil refere-se a três...

P – Não! Você falou que vem três, que já estão...

R – Assessores.

P – Três assessores!

R – Conselheiros...

P – Então vem dois assessores. Será criado dos cargos para dois assessores?

R – Isso.

P – A senhora estava falando que tem um assistente. Um assistente, dois assessores...

R – Essa vaga de assistente será convertida em Assessor.

P – Na realidade são três vagas de assessores. Então são cinco assessores..

R – Serão transferidos três vagas e a previsão de contratação de mais duas.

Assessores, total: cinco.

P – A senhora falou que o assistente vai ser convertido no assessor.

R – Só que...

P – Então, na realidade são três assessores?

O SR. PAULO FIORILO – Apenas para ajudar, senão não sairemos daqui. O que a senhora está dizendo que será transformado é nos dois, não é no terceiro.

R – Isso mesmo.

P – Porque senão a gente vai entender aqui que são dois mais um. Não são. São dois, sendo que um é assistente que irá virar assessor.

R – Perfeito.

P – São dois. O Assistente que existia, torna assessor, então são dois. Dois assessores. Não vai ter o assistente.

O SR. RICARDO NUNES – Na CIA Paulista securitização nós temos previsto, com gasto pessoal, 624 mil reais. E na SPDA, 1 milhão 126. Como a securitização será expedida pelo SPDA nós passaremos a ter um gasto de pessoal, de 1 milhão 750. É isso?

R – Sim.

P – 1 milhão 750, é o que vai ter de gasto de pessoal nessas duas companhias e tem essa questão dos assistentes, ou do assessor, mais a criação do conselho...

R – Não haverá a criação de conselho, haverá extinção do conselho fiscal e do conselho de administração da SPC securitização.

P – E fica com o conselho da SPDA?

R – Somente com conselho SPDA.

P – A securitização está sendo absorvida. E só tem dois conselhos..

R – Isso. E nem haverá aumento no número de conselheiros.

P – Continua com quantos conselheiros?

R – Com a incorporação ficará sete conselheiros de administração e três conselheiros fiscais.

P – sete conselheiros de administração e três do conselho fiscal.

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGLIO – É o que tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Roberto, o senhor tinha mencionado que na realidade, a economia, seria a redução dos conselheiros. Na realidade são os mesmos conselheiros. Não entendi essa redução.

R – A securitização ela tem conselhos. Tem conselheiros. A SPDA tem

conselheiros.

P – Redução de 400 MIL.

R – Vai eliminar os conselhos da Securitização. Vai ficar só da SPDA.

O SR. PAULO FIORILO – Para eu entender. O nobre Vereador Ricardo Nunes, quando incorporar a SP securitização, incorpora o valor do pessoal que está na SP securitização, 624 milhões. Esse valor, mais o que está disponível, é o valor suficiente ou esse valor está a mais? É suficiente ou vocês vão precisar de mais, ou ele está a mais?

R – Não. É suficiente.

P – Para poder pagar os funcionários, os conselhos e os assessores?

R - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado nobre Vereador, Ficou um pouco de dúvida, mas acho que vamos fazer as outras solicitações por escrito, só para que possamos ter uma posição.

Consulto se há mais alguma indagação?

O SR. RICARDO NUNES – É necessário ter sete conselheiros? Se existe essa necessidade, uma vez que estamos fazendo essa incorporação para diminuir o custo, de repente podemos aproveitar um projeto de lei aqui nesta Casa para corrigir isso, se eventualmente entenderem que podemos diminuir essa despesa ou se necessário?

O SR. ROBERTO CARLOS MADOGGIO – Esse é um padrão de outras empresas do Município, essa quantidade.

P – Pelo tamanho da empresa aqui. Por exemplo, a Prodam tem uma atividade constante. A securitização e a SPDA trabalha na eventualidade de momentos. Se não tiver nenhuma ação durante o ano todo, não vai ter nenhuma...

R – A gente trabalha com uma expectativa...

P – Vocês correm o risco de passar seis meses, quatro meses, seis meses, até um ano, sem ter à necessidade de chamar o conselho para decidir alguma coisa, porque não vai

ter nenhuma decisão a ser tomada.

R – Conselho tem todo mês.

P – Para decidir o quê?

R – Questões administrativas e vários projetos que estão andando. Só tem esse projeto que está andando, oficialmente. Mas a empresa, até agora funcionou de forma pequena. Têm poucas coisas a serem feitas. A expectativa é que aumente atividade da empresa. Elas ficam onde? Localizadas em que endereço?

R – Na Secretaria de Finanças.

P – Tem uma sala lá dentro?

P – Mas, quando ocorre a reunião dos sete cabem na sala?

R- Empresta uma sala de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a audiência pública da CIA São Paulo Desenvolvimento e Mobilização de Ativos. Temos de desocupar o espaço, nesse sentido, peço desculpas, não sei se está o Sr. Wilson Martins Point que indicou o Sr. Pirajá, pedimos desculpas, em não darmos a continuidade. Peço desculpa ao Marcio Andrade e todos os demais, que infelizmente não vamos poder dar continuidade aos trabalhos. Na próxima terça feira ficam convocados das 9 às 18 hs, Salão Nobre, onde ouviremos SPNegócios, Comunicação, Coordenadoria das Subprefeituras e Prodam.

Agradeço a presença de todos. Estão encerrados nossos trabalhos.